



Renata Benigno Ribeiro

Silenciadas e Desacreditadas: O impacto psíquico nas mulheres que revelam violência sexual em meios religiosos.

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a Luciana Fontes Pessôa

Rio de Janeiro,
Setembro de 2023



Renata Benigno Ribeiro

Silenciadas e Desacreditadas: O impacto psíquico nas mulheres que revelam violência sexual em meios religiosos.

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof.^a Luciana Fontes Pessôa

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof.^a Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Dra. Lúcia Helena da Silva Alves

Polícia Civil do Estado do Pará

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2023.

Direitos autorias

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total parcial do trabalho sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

Renata Benigno Ribeiro

Graduou-se em psicologia no Centro Universitário Celso Lisboa (CEL) em 2015. Fez especialização em psicologia jurídica na Universidade Cândido Mendes (UCAM/AVM) em 2018. Especialização em clínica e teoria psicanalítica na Universidade Santa Úrsula (USU) em 2020. Especialização em terapia-cognitivo comportamental na Universidade Estácio de Sá (UNESA) em 2022. Integrante e pesquisadora do Grupo de Pesquisa - Desenvolvimento: Biologia & Cultura (DBC), vinculado à PUC-Rio, coordenado pela Profa. Luciana Fontes Pessôa. E-mail de contato: renata.psicologa.br@gmail.com

Ficha Catalográfica

Ribeiro, Renata Benigno

Silenciadas e desacreditadas: O impacto psíquico nas mulheres que revelam violência sexual em meios religiosos / Renata Benigno Ribeiro; orientadora: Luciana Fontes Pessôa. – 2023.

161 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2023.

Inclui bibliografia

1. Psicologia - Teses. 2. Violência sexual e religião. 3. Saúde mental. 4. Psicanálise. 5. Desenvolvimento humano. I. Pessôa, Luciana. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD:150

Dedicatória

Este trabalho é dedicado a todas as mulheres que confiaram em mim para compartilhar suas histórias e dores, assim como àquelas que agora podem estar sendo vitimadas ou desmentidas. Com muito carinho, ofereço-o à D. e A. que quase uma década atrás me revelaram suas vivências de horror, em meios religiosos, e plantaram a semente que frutificou nesta pesquisa.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Departamento de Psicologia da PUC-Rio e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio, por acreditarem neste trabalho e pelo apoio com a bolsa VRAc de isenção de mensalidade, que possibilitou a realização dessa dissertação.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ – pela bolsa de mestranda nota 10 de 2022.

À minha amada filha Letícia Benigno, meu irmão Fernando Manoel Benigno Ribeiro, meu sobrinho Pedro Lucas Machado Benigno, minha cunhada Melissa Braga Muller e ao saudoso Dudu, por todo o apoio, carinho e paciência ao longo desta jornada.

Aos meus pais (in memoriam) Jacira Louzã Estevão, Manoel Benigno Ribeiro e meu tio Aluízio de Jesus Vitório (in memoriam).

À minha orientadora, Professora Luciana Fontes Pessôa. Se não fosse por essa mulher incrível e excelente profissional, eu não teria forças para concluir essa pesquisa. Muito obrigado por tudo.

À pessoa muito especial na minha vida, uma grande amiga e companheira, Maria do Carmo Cintra de Almeida-Prado, expressei imensa gratidão pela generosidade na transmissão de conhecimentos, e pelos sábios conselhos.

Às mulheres inspiradoras, que me incentivaram a começar este percurso: Cidiane Vaz Melo, Raquel Veloso da Cunha e a prezada Profa. Alexandra Vianna, por sua carta de recomendação e confiança.

Aos colegas de mestrado e laboratório, por todas as trocas, em especial: Mariana Consentino, Jaqueline Sabino, Andresa Barbosa da Silva, Kelly Zangrando e Michelle Maranhão (in memoriam).

À minha querida Psicóloga Anna Carolina Mourão e ao meu estimado Psiquiatra Dr. Antônio Luis de Sanfim Arantes Pereira, que foram meus alicerces em momentos cruciais desta trajetória.

Apesar de todos os atravessamentos que surgiram no meio do caminho, aos meus amigos que não me deixaram desistir: Andreia Alcântara, Ana Pantaleão, Ana Paula Lopes Martins, Débora Sampaio, Flávia Watson, Fran Camparoni, Luiz Felipe Martins, Maisa Favorett, Patrícia da Costa de Oliveira, Ton Souza, Vanessa

Andrade, Vivianne Huet, Wania Maria Lopes Esteves e Paulo Moura Filho, meu gentil guia nesse mundo digital.

Todos que ajudaram na divulgação desta pesquisa: Deputada Renata Souza, Adriana Negreiros, Cristina Fibe, Gabriela Mansur, Camila Appel, Maria Carol Medeiros, Valeska Zanello, Márcia Ciriha, Prof. Christian Dunker - que fez a ponte com o generoso Prof. Eduardo Silva, Psicanalista André Martins, Taly May Braga (@redepsioficial), Lucimeia e Isaque (@DigaNãooAbusoSexual), Júlio Braga (@braga.imob), Chis Oliveira (@justicapraelas), Tatiana Badaró (@badarotatiana), Dra. Carol Escavassini/Dr. Cláudio Escavassini (@institutoescutaativa), @mapadoacolhimento, Juliana (@bazaroxumare), Combate ao Abuso Sexual no Meio Espiritual (COAME – www.facebook.com/coamebr) e Anaruez Moraes, do Movimento Nacional de Combate ao Abuso em Meio Ayahuasqueiro (@MovAya) pelos valerosos ensinamentos.

À rede que se expandiu, composta por pessoas anônimas, porém fundamentais para a circulação desta pesquisa, em meu nome e das entrevistadas, expressamos nossos sinceros agradecimentos!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - (CAPES) Código de Financiamento 001.

Resumo

Benigno-Ribeiro, Renata; Pessôa, Luciana Fontes. **Silenciadas e Desacreditadas: O impacto psíquico nas mulheres que revelam violência sexual em meios religiosos**. Rio de Janeiro, 2023. 161 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa abordou mulheres vítimas de violência sexual, em meios religiosos, explorando se foram desacreditadas ou não. Baseada no conceito psicanalítico do “Desmentido” de Sándor Ferenczi, que pode favorecer o silenciamento das vítimas e a manutenção do segredo abafado na instituição, essas reações podem resultar em um trauma patogênico e severos impactos psíquicos. Buscou-se examinar as principais estratégias de controle que esses líderes abusadores podem exercer. Foram selecionadas mulheres brasileiras maiores de 18 anos, entrevistando 20 participantes com idades entre 25 e 58 anos, residentes no Brasil. As entrevistas semiestruturadas, ocorreram via plataforma *Zoom*. Para análise, utilizou-se o *software* SPSS na parte quantitativa, medindo médias, frequências e porcentagens. Na parte qualitativa, o *software* *IraMuTeQ* foi empregado para analisar as falas das participantes, gerando nuvens de palavras e análise de similitude dos principais afetos e sentimentos emergentes. Esta pesquisa ampliou o estudo acerca dos abusos sexuais contra mulheres em diferentes ambientes religiosos e suas consequências psicológicas, bem como as questões relacionadas à espiritualidade nessas vítimas. A análise dos resultados focou na compreensão dos impactos psíquicos das vítimas de violência sexual e como esses eventos afetaram a fé das participantes. A constatação de que o desmentido das vivências traumáticas, amplificou o sofrimento e influenciou a relação com a fé aponta para a importância de políticas públicas abrangentes e mais estudos na área tornam-se evidentes, buscando proporcionar apoio eficaz às vítimas e fomentar ambientes religiosos seguros e saudáveis.

Palavras-chave

mulheres; violência sexual; meios religiosos; trauma psíquico; desmentido.

Abstract

Benigno-Ribeiro, Renata; Pessôa, Luciana Fontes (Advisor). **Silenced and Discredited: The Psychosocial Impact on Women Disclosing Sexual Violence in Religious Environment**. Rio de Janeiro, 2023. 161 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research addressed women victims of sexual violence in religious environments, exploring whether they were discredited or not. Based on the psychoanalytic concept of Sándor Ferenczi's "Denial", which can favor the silencing of victims and the maintenance of a hushed secret in the institution, these reactions can result in pathogenic trauma and severe psychic impacts. We sought to examine the main control strategies that these abusive leaders can exercise. Brazilian women over 18 years of age were selected after interviewing 20 participants aged between 25 and 58 years, residing in Brazil. The semi-structured interviews took place via the Zoom platform. For analysis, SPSS software was used in the quantitative part, measuring means, frequencies and percentages. In the qualitative part, the IraMuTeQ software was used to analyze the participants' statements, generating word clouds and similarity analyses of the main emotions and emerging feelings. This research expanded the study of sexual abuse against women in different religious environments and its psychological consequences, as well as issues related to spirituality among these victims. The analysis of the results focused on understanding the psychological impacts of victims of sexual violence and how these events affected the participants' faith. The finding that the denial of traumatic experiences amplified suffering and influenced the relationship with faith points to the importance of comprehensive public policies, and more studies in the area become evident, seeking to provide effective support to victims and foster safe and religious environments.

Keywords: women; sexual violence; religious environments; psychic trauma; denial.

Sumário

Apresentação.....	12
Introdução.....	15
Capítulo 01- Constructos religiosos: influências na vivência pessoal e coletiva..	18
1.2 Definições de seitas e cultos: compreendendo suas peculiaridades.....	21
1.3 Narcisismo e poder: possíveis dinâmicas dos líderes religiosos tóxicos.....	26
1.4 Estratégias de controle em meios religiosos abusivos.....	31
Capítulo 02 - Breve contextualização sobre o que é violência e seus	
desdobramentos.....	39
2.2 Patriarcado, machismo, misoginia e feminismo: relações com a violência	
contra mulheres.....	40
2.3 Violência de gênero e suas ramificações.....	44
2.4 As leis brasileiras e as violências sexuais: uma visão geral.....	47
2.5 Abusos sexuais em meios religiosos no Brasil: uma lacuna legislativa.....	51
Capítulo 03 - Reflexões sobre o trauma e suas repercussões.....	59
3.1 Consequências psíquicas da violência sexual em mulheres vítimas.....	61
3.2 Violência espiritual e trauma espiritual/religioso.....	63
3.3 Psicanálise: trauma sexual, desmentido e confusão de línguas.....	65
3.4 Clivar para suportar: mecanismo de defesa e o trauma cumulativo.....	72
3.5 A recusa de reconhecimento: um diálogo com a Psicanálise.....	74
Capítulo 04 - Justificativa.....	77

Capítulo 05 - Ferramentas de investigação: integração de abordagens	79
5.1 Objetivo Geral.....	79
5.2 Objetivos Específicos.....	79
Capítulo 06 -Metodologia.....	80
6.1 Participantes.....	80
6.2 Coleta de dados.....	82
6.3 Análise de dados.....	83
6.4 Cuidados éticos.....	83
Capítulo 07 - Resultados e discussão.....	86
Capítulo 08 - Considerações finais.....	129
Capítulo 09 - Referências bibliográficas.....	134
 Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	 151
Anexo II - Parecer da Câmara de Ética em pesquisa da PUC-Rio.....	156
Anexo III - Parecer Consubstanciado do CEP.....	157
 Apêndice I - Questionário sociodemográfico.....	 159
Apêndice II - Roteiro semiestruturado da entrevista.....	160
 Lista de Figuras	
Figura 1 - Continuum de Influência - Modelo B.I.T.E. (Steven Hassan)	35
Figura 2 - Evolução do número de estupros no Brasil (2011-2022)	49
Figura 3 - Análise de similitude - “História de Vida” traumas e violências.....	90
Figura 4 - Análise de similitude - Principais afetos durante os abusos sexuais.....	108

Figura 5 - Nuvem de palavras - Afetos que permearam a revelação.....	110
Figura 6 - Nuvem de palavras - Busca de elaboração psíquica.....	124

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Cor/raça, região do país e estado civil.....	86
Tabela 2 - Faixa etária.....	86
Tabela 3 – Escolaridade, profissão e faixa-salarial	87
Tabela 4 - Traumas antes dos abusos religiosos	89
Tabela 5 – Incidência de violência doméstica.....	93
Tabela 6 – Contextos religiosos em que ocorreram às violências sexuais.....	94
Tabela 7 - Ingresso e idade que chegou no meio religioso abusivo.....	97
Tabela 8 - Abuso sexual: dados relevantes	99
Tabela 9 - Percepção e permanência no meio religioso abusivo.....	102
Tabela 10 - Tempo médio para sair do meio religioso abusivo.....	102
Tabela 11 – Revelação pela primeira vez	113
Tabela 12 – A primeira revelação foi na entrevista?.....	114
Tabela 13 – Média de tempo da entrevista.....	114
Tabela 14 – Desmentido e validação.....	117
Tabela 15 - Questões psíquicas.....	122
Tabela 16 - Relações com a fé e a espiritualidade	125

Apresentação

O principal motivo para escolher este tema de pesquisa foi plantado há muito tempo, quando eu estava recém-formada e de férias. Uma conhecida de uma amiga, que eu nunca tinha visto antes, me perguntou se eu era psicóloga. Eu disse que sim e, numa noite reveladora, essa pessoa compartilhou comigo todas as humilhações e abusos sexuais que estava enfrentando no meio religioso que frequentava. Foi impactante ouvir, entre lágrimas, os relatos de violências sexuais perpetrados pelo líder. Nunca esqueci dessa história e de como foi fundamental para ela poder desabafar com alguém, que fosse de fora do meio e a ouvisse sem julgamentos, simplesmente a ouvisse.

Com o tempo, descobri que minha amiga também era vítima de abusos em contextos religiosos. Porém, esse tema já me intrigava, muito antes desse encontro. Ainda nem estava estudando psicologia quando fazia parte de um grupo de leitura das obras de Eça de Queirós. No dia em que iríamos começar a discutir “O Crime do Padre Amaro”, uma colega mais madura sussurrou para mim: “odeio esse livro.” Respondi: “mas por quê? Este livro é tão fascinante; expõe a hipocrisia de parte da Igreja Católica numa época em que mal se podia falar contra a instituição.” Ela apenas disse: “eu detesto esse livro.”

Com o avançar dos anos, eu já havia decidido pesquisar sobre abuso sexual em meios religiosos, motivada por casos midiáticos como o de João de Deus e outros. Ao ser aceita no programa de mestrado, era a época da pandemia de COVID-19 e o acesso ao mundo exterior estava um tanto restrito. Reencontrei na rua, por entre máscaras, a querida companheira dos círculos literários. Apesar da passagem do tempo, o afeto mútuo ainda era grande, e ao compartilhar a notícia da minha admissão no programa, ela me parabenizou e perguntou sobre o tema.

Respondi que iria pesquisar sobre violência sexual contra mulheres em ambientes religiosos. Ela respondeu: "Agora você entende por que detesto 'O Crime do Padre Amaro' ". Fiquei sem palavras, refletindo sobre a jovem que havia conhecido uma década antes e sobre a resposta inicial que havia dado a minha colega de roda literária, quando ela expressou seu desgosto pelo livro.

Foi um momento de compreensão, similar há como alguns segredos são mantidos trancados em caixinhas, como descreveu uma das entrevistadas deste estudo. Convidei-a para um café e confessei: "Acho que estou começando a entender agora." Naquele dia, ela compartilhou a experiência que havia sofrido aos 13 anos na igreja que a família frequentava.

Ela contou à mãe ou à avó materna sobre o ocorrido, e a resposta que recebeu foi: "Pare de inventar histórias, menina, e venha ajudar com o jantar." Ela relatou que o gosto amargo daquelas palavras ecoou em seus ouvidos mais intensamente do que o sabor do fluido seminal que sentiu em sua garganta. Ela nunca mais tocou no assunto. Eu me tornei a segunda pessoa a saber, e quase 60 anos haviam se passado desde então.

Foi nesse momento que tive a certeza de que esse seria o meu tema de pesquisa. Ao buscar literatura que discutisse o “desmentido” e a “confusão de línguas”, que são conceitos psicanalíticos de Sándor Ferenczi, não encontrei nenhuma referência a mulheres vítimas de violência em contextos religiosos. Na verdade, encontrei muito poucos estudos que contemplassem essas vítimas, no contexto brasileiro, em qualquer abordagem da psicologia.

E assim, minha jornada como pesquisadora nesse campo teve início. Espero que ela possa despertar o interesse nas pesquisadoras(os) e contribuir para a produção de mais estudos.

Esta pesquisa não buscou encerrar a discussão com respostas definitivas, mas sim expandir o debate. É um convite para entender os direitos que todas nós, mulheres, temos na sociedade brasileira atual e o quanto ainda precisamos avançar nas legislações e políticas públicas. Cada história compartilhada neste estudo, cada voz que se levantou, são sinais que apontam para essas lacunas.

Espero que este trabalho sirva de inspiração para mais estudiosas(os), queiram se debruçar sobre o tema e possa ajudar a ampliar nosso olhar e compreensão sobre o horror que são os abusos sexuais em meios religiosos. Que seja um lembrete da importância de cada fala, que esteja soterrada e precisa ser ouvida e acolhida. E que, unidas(os), possamos contribuir para a construção de um

mundo onde cada vez menos mulheres tenham que sofrer em silêncio, guardando para si seus traumas, por medo de não serem validadas.

Ao final desta jornada, encontro-me com mais perguntas do que quando comecei. E é isso que tornou este trabalho tão intenso, doloroso e necessário para mim, como mulher e pesquisadora. A sensação que ficou é de que não estamos no fim da conversa, mas apenas no começo.

Introdução

A violência sexual, presente desde os primórdios da humanidade, não se restringe a um só gênero ou faixa etária. Vários são os registros documentados, tanto em épocas longínquas quanto atuais, que envolvem estupro, abuso de poder e sexual, coação, torturas, pedofilia, incesto dentre outras sevícias, utilizadas inclusive, como “arma” de guerra onde pessoas têm seus corpos violentados para marcar o poderio de um povo sobre o outro (Treis & Moraes, 2018).

Em uma sociedade marcada pelo patriarcado, o corpo feminino se torna particularmente vulnerável, sendo frequentemente visto e utilizado como um mero objeto, uma propriedade dos pais, da igreja e, posteriormente, dos maridos. Essa dinâmica, muitas vezes velada e sutil, porém, não menos violenta, estabelece uma relação de posse e uso da mulher como se fosse um bem mercantil. A hierarquia na biopolítica machista foi se estabelecendo de maneira desequilibrada, pois as mulheres foram submetidas a um sistema de submissão e obediência à ordem social estabelecida. Nesse cenário, o estupro era considerado como uma transgressão contra a propriedade masculina, em vez de ser reconhecido como um crime contra a mulher (Alcici, 2021; Vilhena & Zamora, 2004).

Nesse contexto, as mulheres são relegadas a papéis de fragilidade, vulnerabilidade e fraqueza, o que as coloca em uma posição propícia à vitimização. Quando atos abomináveis como abusos sexuais ocorrem, as vítimas ainda são confrontadas com a vergonha e a culpa (Pereira & Cavalcanti, 2016).

Quando as violências sexuais ocorrem no ambiente religioso, que tem em sua essência, o acolhimento e busca de bem-estar, este fenômeno ganha contornos ainda mais perversos e desagregadores para a pessoa vitimada. Um adendo se dá pela inversão desses valores e traz consigo a marca do desamparo e do sofrimento ao nível físico, psíquico e espiritual. A partir de um recorte contemporâneo percebe-se que relatos sobre abusos sexuais, perpetrados por lideranças religiosas contra mulheres, eclodiram na mídia nos últimos anos. Nestes casos, a exposição das situações envolvendo violências recorrentes e práticas inadequadas no contexto religioso parecem, inicialmente, um primeiro movimento em direção à sistematização de abordagem de assistência das possíveis vítimas.

Conforme as reportagens vinculadas¹, apesar do importante impacto na saúde mental da maioria das entrevistadas, observou-se que muitas preferiram o anonimato nas denúncias, pois traziam em seu discurso um grande receio de retaliação física e espiritual, bem como um descrédito no Poder Público para defendê-las. Apesar de algumas vítimas, não revelarem suas identidades, todas se mostraram implicadas na necessidade quebrar o silêncio acerca das violências vividas. Nesse sentido, abordar os efeitos do silenciamento frente a tais situações, bem como sua quebra mostra-se relevante em termos de investigações acadêmicas e sociais.

Esta dissertação abrange nove capítulos que exploram interseções entre religião, violência e psicologia. Inicialmente, examinamos a influência dos constructos religiosos e a dinâmica de líderes tóxicos em contextos religiosos, seguido pela análise de conceitos de seitas, cultos, narcisismo e poder. Abordamos também as estratégias de controle presentes nesses ambientes. No segundo capítulo, contextualizamos a violência e seus desdobramentos, incluindo o impacto do patriarcado, machismo, misoginia e sua relação com o feminismo. Discutimos também as leis brasileiras e a lacuna legislativa em relação às violências sexuais, especialmente em ambientes religiosos.

No terceiro capítulo, focamos no trauma como resultado dessas violências, destacando suas consequências psíquicas nas vítimas. Exploramos pelas lentes da psicanálise para compreender o trauma sexual, examinando os conceitos de “desmentido” e “confusão de línguas” propostos por Sándor Ferenczi. Ao longo dos capítulos seguintes, justificamos nossa pesquisa, delineamos objetivos gerais e específicos, apresentamos a metodologia adotada, incluindo participantes, coleta e análise de dados, além de considerações éticas. Os resultados obtidos são

¹13/09/2018 - A ciranda de sexo, dinheiro e mentiras de Prem Baba.

17/08/2020 - Casa Flordelis tinha rituais secretos com nudez, sexo e até sangue.

20/08/2020 - Líder espiritual é acusado de abuso sexual e psicológico na Bahia.

14/09/2020 - O Clamor das prisioneiras da mente.

15/11/2020 - “Guru espiritual” é denunciado por crimes sexuais no Ceará.

07/11/2022 - Fé violada: 5 mulheres abusadas por líderes religiosos relatam dor e medo.

discutidos, seguidos pelas considerações finais, encerrando com as referências bibliográficas que embasam esta exploração sobre a violência em contextos religiosos. O intuito é fornecer uma visão ampla e informada dessas complexas dinâmicas, contribuindo para o entendimento e futuras investigações no campo.

É importante frisar que o objetivo principal, desta dissertação, foi investigar os impactos psíquicos em mulheres vítimas de violência sexual, em meios religiosos, quando têm sua experiência invalidada, ou não pelo meio e há uma inversão em que a palavra feminina é tomada como fruto de calúnia, percepção errônea dos fatos, ou até mesmo a culpabilização da vítima.

Capítulo 01

Constructos religiosos: influências na vivência pessoal e coletiva

Alguns termos, que se referem à experiência de relação com o transcendente, se misturam e podem ser considerados extensões da religião ou da organização religiosa. No entanto, são destacadas características conceituais que podem auxiliar na circunscrição de meios religiosos, como não sendo limitados às instituições ligadas a uma religião, e essas distinções são úteis para nossa pesquisa.

A *fé* é uma questão intrínseca e de importância universal para a humanidade. Antes mesmo de nos identificarmos como seguidores de uma religião específica, como o catolicismo, o protestantismo, o judaísmo, o islamismo, entre outras, já estamos profundamente imersos nas questões relacionadas à fé. Nossa preocupação está intimamente ligada à como organizamos nossa existência e ao que consideramos que torna a vida digna de ser vivida (Valle, 2005).

Seguindo o pensamento do mencionado autor, estamos em busca constante de algo para dedicar nosso amor, um ser transcendental que também possa nos corresponder. Ansiando por encontrar significado que eleve nossa experiência humana, buscamos aquilo que mereça nossa honra e respeito, com a capacidade de sustentar nosso ser e espírito. Em resumo, almejamos conferir uma dimensão espiritual à nossa própria existência.

A *espiritualidade* pode ser compreendida como um processo que não está necessariamente vinculado a práticas religiosas. Segundo Lucchetti et al., (2011), ela envolve um esforço pessoal para compreender questões profundas, como o significado da vida, e da finitude, e suas inter-relações entre o sagrado e o transcendente. Hill e Pargament (2008) sugerem que a espiritualidade pode ser considerada como o “coração e a alma” da religião, manifestando-se tanto na fé pessoal quanto em pessoas que não se identificam oficialmente como religiosas.

Nesse sentido, não há obrigação de acreditar em um Deus ou em múltiplas divindades, mas sim a busca por uma conexão com uma dimensão cósmica metafísica que está intrinsecamente ligada ao indivíduo (Frankl, 1946/2010; Hervieu-Léger, 2005).

Braga (2016) explica que a palavra “religião” vem do latim “*Religare*” e está relacionada à ideia de unir pessoas em torno de algo compartilhado. A religião é um espaço onde as pessoas se unem e estabelecem questões comuns, observando os dados sociais e promovendo laços de solidariedade, baseados em uma ética que circunda as convicções comunitárias do grupo em torno de sua fé.

O sobrenatural é frequentemente visto como uma característica da religião, envolvendo aspectos misteriosos e incompreensíveis, como afirma Durkheim (1912/1996). Portanto, a *religião* seria uma discussão de tudo o que está fora do alcance da lógica e da ciência. Além disso, ele define a religião como um conjunto de crenças e rituais associados a entidades consideradas sagradas, que unem seus seguidores em uma comunidade moral singular, referida por ele como *Igreja*.

Muitas pessoas experimentam sensações profundas de conexão, amor, gratidão e reverência em relação ao divino ou ao sagrado. Esses afetos estão relacionados ao sentimento de *religiosidade*, que pode ser compreendido como um conjunto de práticas e crenças institucionalizadas ou não, visando conectar os indivíduos a uma dimensão transcendental. Isso envolve rituais, costumes e preceitos ligados a uma tradição religiosa específica (Pargament, 1999).

Essa identidade religiosa pode influenciar a maneira como as pessoas interpretam e respondem a diferentes situações na vida, tanto no coletivo quanto no singular, além de oferecer suporte social e emocional, impactando a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos (Moreira-Almeida et al., 2006 ; Reis & Menezes, 2017).

A expressão, *dogma religioso*, é utilizado para descrever uma crença ou ensinamento estabelecido em uma determinada religião, considerado fundamental e inquestionável pelos seus seguidores. O dogma tem sua origem etimológica na palavra latina “*dogma, -atis*” e na palavra grega “*dóigma, -atos*”, que significam opinião, decisão, decreto ou sentença. Representa um conjunto de princípios ou doutrinas tidos como verdade absoluta e aceito como autoridade suprema. É importante ressaltar as implicações sociais, culturais e históricas do dogma, bem como seu papel na estruturação das crenças e práticas religiosas (Ferreira, 1975/1996;Torinha, 1937).

Armstrong (2009) argumenta sobre *o fundamentalismo religioso*, que pode ser entendido, como um movimento que se desenvolve dentro de uma tradição religiosa e tende a rejeitar abordagens que consideram influenciadas por perspectivas não religiosas ou de outras crenças, bem como interpretações baseadas em princípios éticos, morais, filosóficos ou científicos independentes. É uma defesa de uma compreensão estritamente alinhada às escrituras sagradas e doutrinas religiosas, considerando-as como a única fonte confiável de conhecimento e orientação espiritual. Tendem a rechaçar modos de existência pluralistas e modernos, visando manter a pureza e a ortodoxia religiosa secular, resistindo às influências que consideram contrários aos valores religiosos tradicionais.

O conceito acima, pode direcionar o sujeito ao *fanatismo religioso*, que ocorre quando a pessoa estreita, seu olhar para o mundo, e para o social, considerando apenas sua própria visão como correta e não tolerando outras perspectivas espirituais. Isso pode levar à perseguição e à desvalorização dos indivíduos com diferentes concepções de fé e religiosidade. O fanatismo desrespeita um direito humano fundamental, o da liberdade religiosa e de crença, e causa problemas sociais e interpessoais que podem ocasionar sofrimento psicológico tanto para si quanto para o entorno. Ele exerce uma influência negativa na vida daqueles que vivenciam tais situações, portanto, merece atenção (Carunchio et al., 2018; Dalgarrondo, 2008).

Rocha (2014), alerta para uma megalomania narcísica, que leva o fundamentalismo ao fanatismo e a intransigência, e em casos extremos, a situações insanas como dar a própria vida, de bom grado pelo ideal que acreditam piamente. Somente uma gratificação narcísica tão profunda, poderia tentar justificar os motivos para tais atitudes: “não fazem necessariamente uma opção contra a vida, eles renunciam ao desejo de viver sobre esta terra, porque acreditam que uma nova vida os aguarda além da morte, na qual todos os seus desejos serão plenamente satisfeitos” (p.768).

Continuando em nosso terreno conceitual, existem manifestações que desafiam o campo da ciência, denominadas de *experiências anômalas*, as quais também podem abranger vivências religiosas e espirituais inexplicáveis. São fenômenos que desafiam nossas expectativas normativas de realidade e não são

facilmente explicados pela atual base de conhecimento científico (Cardeña et al., 2000). Tais eventos incluem percepções extracorpóreas, premonições, encontros com entidades desconhecidas e experiências místicas ou transcendentais que não são totalmente compreendidas.

Essas manifestações são frequentemente descritas como misteriosas, estranhas ou sobrenaturais, porém, não devem ser rapidamente desconsideradas como produtos da mente. As pesquisas indicam que as experiências anômalas, inclusive as de natureza religiosa ou espiritual, podem ter impactos significativos na saúde mental dos indivíduos e levar a uma reavaliação de crenças pessoais e paradigmas de mundo (French & Stone, 2013).

Em vez de serem simples anomalias, essas experiências têm potencial de representar aspectos da mente humana que ainda são pouco compreendidos pela ciência, mas intrinsecamente importantes nos contextos de vida de vários sujeitos que vivenciam esses fenômenos.

Esses constructos demonstram uma relevância fundamental no desenvolvimento humano, impactando os indivíduos tanto em sua esfera privada quanto pública. Em termos pessoais, os sujeitos são afetados intimamente por suas crenças, enquanto no contexto público, muitos moldam suas identidades e modos de existência baseados nos valores, dogmas e regras que governam os sistemas de preceitos aos quais aderem.

Dando prosseguimento a essa discussão, o próximo subcapítulo explorará a definição e caracterização de seitas e cultos, além das estratégias de controle e dominação frequentemente associadas a tais grupos.

1.2. Definições de seitas e cultos: compreendendo suas peculiaridades

Compreender a natureza de uma seita/culto, requer uma análise detalhada de sua estrutura e características, uma vez que existem várias definições, o que pode levar a controvérsias. Ao contrário de religiões maiores e estabelecidas, as *seitas* tendem a ser menos institucionalizadas e mais flexíveis em sua organização e práticas. Muitas seitas representam uma tentativa de restaurar ou reviver o que seus membros acreditam ser a verdadeira forma de uma tradição religiosa existente. Além disso, elas também podem ser definidas por seu alto nível de fervor e

entusiasmo, bem como por suas expectativas mais intensas em relação ao comprometimento de seus membros (Beckford, 1985).

Do ponto de vista etimológico, o termo "culto" tem sua raiz no latim "*colo, colere*", que sugere os significados de "honrar" ou "cultivar". No contexto religioso, *culto*, pode ser traduzido como a adoração e reverência a Deus, a uma ou mais divindades, ou a poderes sobrenaturais (Ferreira, 1975/1996).

Rodrigues (2008) elucida que “Os cultos são expressões religiosas de raiz popular, que surgem normalmente no contexto das grandes religiões históricas mundiais” (p. 28). Essa adoração e reverência são expressas através de ações que estabelecem uma conexão espiritual com o plano transcendente entre um grupo de indivíduos. Esse sentido é amplamente difundido na cultura brasileira.

Além das definições tradicionais de “culto” e “culto religioso”, é importante mencionar uma categoria particularmente preocupante de grupos, conhecidos como *seitas nocivas* ou *cultos destrutivos*. São grupos religiosos ou pseudo-religiosos, políticos, terapêuticos, entre diversos outros, que se caracterizam por um padrão de abuso, controle e manipulação psicológica dos seus membros. A chave para entender a nocividade desses grupos está na forma como eles operam e se estruturam, de acordo com o grau de “controle mental” ou “influência social destrutiva”, em uma lógica de “nós” contra “eles”, que pode levar os membros a se submeterem a terríveis atrocidades, ou mesmo atentar contra outras pessoas sob influência indevida da liderança (Hassan, 2018).

Palayon et al., (2022) conduziram um estudo com o objetivo, de investigar o uso da linguagem em cultos destrutivos em comparação com religiões benéficas aos seguidores. Utilizando a metodologia da análise multidimensional de Biber², eles buscaram identificar padrões linguísticos e dimensionais em discursos, expressos nesses contextos. Os resultados obtidos proporcionam uma compreensão,

²A análise multidimensional de Biber é uma metodologia que busca identificar padrões linguísticos e dimensionais em um texto ou conjunto de textos, considerando múltiplas características linguísticas simultaneamente. Essa abordagem contribui para uma compreensão mais aprofundada da linguagem utilizada em diferentes contextos e tipos de discursos (Sardinha, 2000).

da distinção, de sermões proferidos entre cultos nocivos e espaços religiosos saudáveis. Nos cultos nocivos, foram identificadas palavras-chave como "salvação", "divino", "morte", "sacrifício" e "obediência" nas pregações.

Essas falas destacam a forte ênfase na devoção ao líder do culto e na necessidade de aderir às suas diretrizes, frequentemente com um sentido de sacrifício extremo. Além disso, foram identificados registros semânticos significativos, relacionados à deificação do líder, como "messias", "divindade" e "iluminação". Esses marcadores indicam a tendência dos líderes dos cultos destrutivos de se apresentarem como figuras divinas, exercendo controle absoluto sobre seus seguidores. O uso frequente de pronomes de primeira pessoa do singular, como "eu" e "meu", associados ao líder, reforça a sua autoridade e centralidade, refletindo a estrutura hierárquica e autoritária desses espaços religiosos perniciosos (Palayon et al., 2022).

Por outro lado, os autores, ao analisaram enunciados em sermões de grupos religiosos saudáveis, encontraram palavras-chave como "fé", "amor", "esperança", "comunidade" e "compaixão". Esses termos destacam a importância da crença religiosa, dos valores humanitários e do apoio mútuo dentro da comunidade que congregam. Foram identificados também marcadores semânticos relevantes relacionados à adoração de uma divindade superior, como "Deus", "graça" e "redenção". Isto reflete a centralidade de Deus e da salvação, utilizando uma linguagem mais inclusiva e enfatizando a comunidade e os valores religiosos compartilhados. Além disso, o uso frequente de pronomes de primeira pessoa do plural, como "nós" e "nosso", reflete a ideia de corpo social e pertencimento.

Um esclarecimento, importante para ampliar o conceito de cultos/seitas nocivos, para além da perspectiva religiosa é proposta por Singer e Lalich (2003):

Lembrando que muitos dos cultos mais conhecidos do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 tendiam a ser cultos religiosos, algumas pessoas hoje em dia erroneamente pensam que todos os cultos são religiosos. Outro fator que pode alimentar a ideia de que todos os cultos são religiosos é que muitos desses grupos se incorporam como igrejas, devido aos benefícios fiscais e legais concedidos a entidades religiosas. No entanto, não é de forma alguma verdade que todos os cultos sejam religiosos. Um culto pode se formar em torno de qualquer conteúdo: política,

religião, comércio, técnicas de autodesenvolvimento, modismos de saúde, temas de ficção científica, psicologia, fenômenos espaciais, meditação, artes marciais, estilos de vida ambientalistas e assim por diante. No entanto, a ideia equivocada de que todos os cultos são religiosos deixou muitos desinformados não apenas sobre a variedade de conteúdo dos cultos, mas também sobre a infinidade de cultos, grandes e pequenos, que se espalharam por toda a nossa sociedade (p.22).

Elas também desmistificam o senso comum de que todos os líderes de culto possuem carisma (Singer & Lalich, 2003). No entanto, segundo as pesquisadoras, na realidade, o carisma não é tão importante quanto as habilidades de persuasão e a capacidade de manipulação. Para estabelecer um grupo, um líder precisa encontrar formas de convencer os outros a segui-lo, e esses líderes tendem a ser relutantes em renunciar ao controle. A posição de liderança em um culto pode ser extremamente envolvente quando o líder percebe a quantidade de controle que exerce e como é fácil influenciar os seguidores.

No estudo de Holoyda e Newman (2016), é destacado um traço marcante em diversos cultos ou seitas tóxicas: a adesão dos membros a um sistema de crenças e lições, elaboradas ou endossadas pelos líderes, que podem parecer estranhas ou até absurdas para aqueles fora da organização. Esta perspectiva pode tornar complicado para alguém externo distinguir se uma determinada crença é fundamentada nos princípios de uma seita, ou se é, na verdade, uma fantasia. A intensa unidade social, a presença de hábitos comportamentais firmes, e a visão dos líderes como figuras carismáticas ou divinas contribuem para essa percepção (Barker, 1990).

O tamanho da influência psicológica é tão devastador que Singer e Lalich (2003) observaram, em seus estudos, que existem diferentes graus de comportamentos abusivos e prejudiciais ao desenvolvimento humano, em grupos que agem de forma nefasta. Alguns limitam seus abusos aos próprios membros, enquanto outros direcionam a violência para fora. Existem também aqueles que praticam ambos os tipos de comportamento. Sob o comando, ou orientação de seus líderes, os seguidores de cultos, já demonstraram condutas como confrontos armados com autoridades policiais, envolvimento em atividades relacionadas a

drogas e prostituição, acúmulo de armas ilegais, prática repetida de abuso sexual, violência fatal contra crianças, imposição de diversas formas de punição interna e assassinato de dissidentes.

Shaw (2003), após ter vivido e trabalhado por mais de 10 anos em uma seita/culto tóxico, apresenta a seguinte definição para essa organização social:

[...]um grupo liderado por uma pessoa que afirma, explicita ou implicitamente, ter alcançado a perfeição humana; ou, no caso de um culto religioso, que reivindica unidade com o divino; e, portanto, reivindica estar isento de limitações ou restrições sociais, ou morais. Na linguagem do diagnóstico psicanalítico, tais pessoas seriam chamadas de narcisistas patológicos, com tendências paranoicas e megalomaníacas. Sem o líder do culto, não há culto, e, na minha perspectiva, para entender os seguidores do culto, devemos simultaneamente procurar entender os líderes do culto (p.102).

Assim sendo, enquanto atividades como meditação e canto podem ser vistas como métodos destinados a exercer controle sobre os outros, também são antigas e tradicionais expressões espirituais. Líderes de cultos podem impor tais práticas induzindo estados de transe e entorpecimento em seus seguidores, acreditando sinceramente que estão fazendo isso pelo bem supremo do indivíduo. Em doutrinas religiosas que privilegiam o desapego e a transcendência, estados de transe são frequentemente valorizados, como vias para alcançar esses fins espirituais. A "rendição" religiosa - à sensação de completude, à ligação com a vida, a um espírito interno e externo que é tanto amoroso quanto criativo - não deve ser confundida com a experiência de submeter-se à dominação, controle e exploração por parte de um grupo ou líder específico (Shaw, 2013).

O autor, enfatiza que, aqueles que não vivenciaram experiências nocivas em meios religiosos, frequentemente se surpreendem ao saber de pessoas próximas que foram vítimas ou ao ver reportagens que revelam os bastidores de seitas com lideranças abusivas. Algumas das primeiras indagações que surgem incluem: “Como você se envolveu nisso?”, “Como não percebeu?”, “Como conseguiu permanecer tanto tempo nesse lugar?”.

Causa assombro saber que uma, pessoa conhecida, ou não, envolveu-se em grupos destrutivos. Por esta razão, é fundamental investigar os dispositivos psicológicos que podem estar presentes entre um líder abusivo e os membros do grupo. Para tentar elucidar essas dinâmicas perversas, iremos refletir sobre o conceito de narcisismo.

1.3. Narcisismo e poder: possíveis dinâmicas dos líderes religiosos tóxicos

O termo narcisismo requer algumas distinções conceituais na psicanálise. Freud (1914/2010) abordou esse conceito em seu texto “Introdução ao Narcisismo”. Inicialmente o bebê experimenta o autoerotismo, no qual seu próprio corpo é fonte de prazer. Ele enxerga o mundo externo como si mesmo, sem distinguir entre o interior e o exterior. Um exemplo desse momento inicial é a fome, em que o bebê sente um desconforto em sua boca e a própria boca apazigua essa sensação, sem perceber que existe um objeto externo (mãe/pai/cuidadores) que o alimenta.

O narcisismo primário é considerado um avanço em relação ao autoerotismo. Embora em algumas ocasiões, na obra freudiana (1899/2010), ele seja usado como sinônimo do autoerotismo, o bebê começa a identificar objetos externos, como o alimento e os cuidadores, mas os, vê como extensões de si mesmo, sem percebê-los como objetos separados. O interno e a realidade exterior se confundem como uma constância de si. Durante essa etapa, ele é o centro de seu próprio mundo, sendo chamado, pelo autor, de “sua majestade, o bebê”, buscando a satisfação imediata de suas necessidades. Esse período, embora ainda autoerótico, representa uma evolução, pois existe uma percepção de que há um prolongamento do próprio ser. Através desse processo psíquico, o eu começa a se formar.

Conforme o bebê se desenvolve, passa para o narcisismo secundário, no qual ele começa a reconhecer, a realidade e os objetos como distintos de si mesmo. Nessa fase, o outro pode frustrar suas necessidades imediatas. Por vezes, o cuidador, ocupado com outros afazeres, não consegue atender às demandas prontamente. Devido às decepções que o bebê vivencia, ele desinveste a energia pulsional no objeto (cuidador) e a redireciona para o seu próprio ego. Aqui, ocorre a percepção de que o objeto não é uma extensão de si, mas um outro ser, e de que o eu e a realidade são separados. Isso só é possível devido à ferida causada pela frustração, o que leva à distinção entre o outro e o eu. A criança começa a entender

que tem necessidades e que precisará de outro para atendê-las, mesmo que isso não ocorra de forma imediata. Essa fase é um passo importante no desenvolvimento emocional (Freud, 1914/2010).

A consequência desse estágio é o deslocamento da centralidade fantasiada que o bebê tinha. Ele percebe que não é o único nem o centro do mundo, deixando sua posição de “majestade”. Isso cria, feridas no narcisismo primário. A partir desse ponto, o objetivo passa a ser o de ser amado pelo outro. Inicia-se um processo de agradar e reconquistar, pois essas frustrações podem ser entendidas como uma perda do amor dos cuidadores (Freud, 1914/2010). Se, nos estágios iniciais, o ambiente for suficientemente favorável, há benefícios, como o progresso em direção à independência, não precisar mais do outro como parte de si para se sentir completo e nem ser constantemente agradado. Será capaz de lidar com a frustração, reconhecer a alteridade, desenvolver o amor-próprio e investir sua energia no ambiente e na socialização.

Esses estágios acompanharão toda a existência humana, se intercambiando, e o rumo pode ser saudável ou não, dependendo de como foram vivenciadas. Essas experiências poderão deixar marcas como uma sensação de incompletude, em que a pessoa só se sente completa com a admiração e submissão dos outros. Permanecer fixo nas fases arcaicas impede o desenvolvimento necessário para investir no amor e respeito aos outros. Nesse caso, a pessoa não tolera ser contrariada, acredita que o mundo existe para servi-lá e não desenvolve um ego realista. Fica presa na idealização de si, habitando em uma outra realidade que não a factual e sim a condizente com suas fantasias (Afek, 2019; Freud, 1914/2010; Kohut, 1966).

Green (1967/1988) ampliou o conceito, dividindo-o em “narcisismo de vida”, que se refere à capacidade de o sujeito de ter uma boa autoestima e um relacionamento saudável consigo mesmo, com os outros e com o mundo ao seu redor. Isso permite que o indivíduo, estabeleça limites adequados e experimente gratificação por meio do investimento em atividades e relacionamentos significativos, valorizando as relações interpessoais, a empatia, a criatividade e a capacidade de amar.

Por outro lado, o “narcisismo negativo” é uma defesa psíquica patogênica que emerge com a função de desobjetalizar os vínculos (Green, 1967/1988). É uma

via de evitação do próprio narcisismo de vida, em busca de um estado de zero tensão. É um narcisismo direcionado à pulsão de morte do próprio eu. Nessa dinâmica, o ego se retrai, recusando-se a reconhecer o próprio valor. Como resultado, a pessoa experimenta falta de confiança, baixa autoestima, sensação de vazio interno e angústia existencial. Esses casos tendem a ser graves, pois o sujeito acaba se autodestruindo psiquicamente e busca formas de aniquilar a si mesmo e/ou seus relacionamentos.

De acordo com Cassorla (1984), o narcisismo patológico envolve algumas características particulares. Indivíduos com essa condição tem dificuldade em estabelecer e manter vínculos emocionais com outras pessoas, resultando em uma capacidade limitada de amar. Eles frequentemente experimentam insatisfação com o mundo, percebendo-o como vazio e frustrante. Além disso, esses sujeitos possuem uma necessidade intensa de valorização do meio, considerando os outros como meros objetos, como espelhos que servem para refletir suas próprias qualidades, muitas vezes de forma delirante.

Sentem-se grandiosos, altamente capazes e superiores em suas áreas de atuação, e têm uma visão idealizada do ego. A dependência contínua da validação externa é essencial para sua autoavaliação. A forma como são refletidos pelos outros é crucial: se o espelho confirma sua superioridade, reforçam a crença de que são poderosos, escolhidos e competentes. No entanto, se o espelho não refletir suas fantasias narcísicas patológicas e mostrar suas fragilidades, imperfeições e desvios de caráter, negam essa realidade, em alguns casos de forma psicótica, mantendo comportamentos megalomaníacos (Cassorla, 1984; Kernberg, 1979).

Características predominantes nesses indivíduos incluem inveja voraz e ódio agudo, que, quando direcionados àqueles que quebram seus ideais de perfeição, podem levar a comportamentos de perseguição, difamação e manipulação desonesta, com o intuito de prejudicar aqueles que não concordam com suas atitudes, por meio de astutas táticas de persuasão. Os narcisistas patológicos evitam conflitos e assumir suas falhas, atribuindo, quase sempre, a culpa aos outros. Quando se veem encurralados, invertem a posição, assumindo um falso remorso e colocando o erro como uma falha humana isolada (Cassorla, 1984; Kernberg, 1979; Jorge, 2021).

A título de ilustração, tomemos o caso de Jules Woodson, relatado pelo *The New York Times* (2018). Aos 17 anos, Jules sofreu abuso sexual perpetrado por Andy Savage, o pastor da juventude na época. Após o ato, Savage disse a ela que levasse aquele assunto “para o túmulo”. O crime ocorreu há 20 anos, na ocasião ela denunciou o abuso ao pastor líder da congregação, Larry Cotton. A resposta foi que a igreja cuidaria do caso. A violência sexual não foi encaminhada para as autoridades criminais e o abusador permaneceu em suas funções pastorais. Posteriormente, a vítima compartilhou sua história com outras pessoas, o que levou ao afastamento de Andy Savage da congregação com uma festa de despedida.

Embora o crime tenha prescrito devido ao tempo, Jules, inspirada pelos movimentos nas redes sociais, enviou um *e-mail* para o abusador perguntando se ele se lembrava da violência que a assombrava há tantos anos. Como não obteve resposta, ela compartilhou sua história em um *blog* destinado a vítimas de abuso na igreja. Dias após esse episódio, Andy Savage, que ainda atua como pastor, compareceu à igreja e durante um culto presencial com transmissão *online* pediu desculpas à mega congregação pelo que descreveu como um “incidente sexual” que ocorreu quando era um jovem pastor do interior do Texas, frisando várias vezes que já se passaram duas décadas e seu arrependimento.

Ao ver a gravação, a vítima demonstrou estar chocada com a forma meticulosamente planejada como ele conduziu essa confissão pública, em parceria com outro pastor que o introduziu ao palco. Fundamentando-se em princípios cristãos enviesados de pecado e redenção, numa tentativa de justificar seu comportamento e buscar absolvição popular. Segundo as palavras da vítima: “As pessoas o celebraram, o encheram de amor enquanto, eu luto, pois aos olhos deles, foi pecado sexual consensual”. O abusador diz que Deus o perdoará de qualquer pecado. No final de sua confissão, os fiéis o aplaudiram calorosamente de pé. Posteriormente, tentaram retirar o vídeo do ar. No entanto, o jornal que noticiou o fato preservou uma cópia³ com os comentários da vítima (*The New York Times*, 2018).

³ *I Was Assaulted. He Was Applauded.* NYT – Opinion. (*The New York Times*, 2018)
<https://www.youtube.com/watch?v=yu-ICnjoBC8>

É importante ressaltar que o diagnóstico de narcisismo patológico, requer uma avaliação especializada por profissionais de saúde mental e que o caso da Jules Woodson, é uma possível interpretação, conforme as características descritas pelos autores de base desse capítulo.

A partir desse modo de agir nocivo, Shaw (2013), observou que líderes religiosos, com essas características narcisistas deletérias, dependem da adoração das pessoas para apaziguar as angústias de uma possível personalidade fixada no narcisismo primário, muitas vezes, inconsciente. No entanto, simultaneamente, eles sentem vergonha dessa dependência devido a traumas passados em seu desenvolvimento inicial. Para compensar, utilizam defesas maníacas, tentando controlar seus seguidores, por meio de promessas de amor e aceitação, seguidas de intimidação e humilhação. Essa dinâmica leva o líder do culto a um paradoxo, negando sua própria dependência e mantendo a ilusão de perfeição, ao mesmo tempo, em que se torna cada vez mais dependente da adoração de seus seguidores para que a fantasia de superioridade não se desvaneça.

De acordo com Racamier (1992/2022), os sujeitos que praticam formas de controle, como intimidação e humilhação, exigindo submissão masoquista, compõem com o narcisismo patológico, sendo considerados perversos narcísicos:

O movimento perverso narcísico se define essencialmente como uma maneira organizada de se defender de toda dor e contradições internas e de expulsá-las para incubá-las em outro lugar, enquanto se supervalorizando, tudo isso às custas de outros e, para terminar, não somente sem pena, mas com gozo. [...] quanto à perversão narcísica, propriamente dita, ela consistirá no resultado desse movimento: [...] ‘uma maneira particular de se colocar ao abrigo dos conflitos internos fazendo-se valer às custas do meio’ [...] a perversão narcísica se organiza: ela será aquilo que vai envenenar os outros, sem incomodar absolutamente aquele ou aquela que a exerce[...] As manobras perversas narcísicas são atos de dominação, de sedução mentirosa, de ameaças de aniquilamento que permitem que objeto seja controlado, dominado [...] o objeto do perverso, seja uma pessoa, uma família, um grupo, ou mesmo, porque não, uma nação inteira, esse objeto é, antes de tudo, um utilitário, investido contanto que seja utilizável, lisonjeado, contanto que sirva e se deixe seduzir, difamado assim que ele se esquive [...] O perverso narcísico realizado tem tudo para

tomar de todo mundo, mas não deve nada a ninguém (Racamier, 1992/2022, grifo do autor, pp.19-201).

O autor alerta que da mesma forma, os ditadores totalitários estudam e inventam técnicas de controle do pensamento, envoltos pela paranoia. Esses indivíduos aplicam sistematicamente técnicas de dominação, cerceamento da liberdade e retaliação como forma de controlar o pensamento e o comportamento dos outros. Eles procuram isolar e excluir aqueles que não compartilham das mesmas crenças.

As técnicas de persuasão podem assemelhar-se às estratégias empregadas por outros abusadores, tais como agressores domésticos, estupradores e perpetradores de incesto. Nesses casos, são observados comportamentos característicos da perversão narcísica e do narcisismo patológico. Essas condutas incluem a inflação da autoestima e a necessidade de admiração, entre outros fatores que foram abordados neste segmento. A seguir, serão elencadas algumas dessas formas de agir que encontram terreno fértil no contexto da fé.

1.4. Estratégias de controle em meios religiosos abusivos

Indivíduos que se envolvem em seitas, cultos ou qualquer meio religioso abusivo não buscam serem controlados, tornarem-se dependentes, explorados ou sofrer danos psicológicos ao aderirem à crença que irão professar. No entanto, eles acabam aceitando e até glorificando certos tipos de maus-tratos, em parte devido à habilidade dos líderes e dos seguidores com cargos de importância, que dominaram a arte da sedução ao utilizarem técnicas de influência inadequadas.

Lifton (1961/1989) estabeleceu uma relação entre a base teórica de Erikson sobre o desenvolvimento psicossocial ao longo da vida e as considerações de Freud sobre os processos de culpabilização. Ao investigar estratégias de controle presentes em contextos como cultos religiosos, doutrinação política e campos de prisioneiros de guerra, ele identificou oito táticas de influência e manipulação mental.

Essas táticas representam manobras utilizadas para exercer controle sobre a mente e o comportamento das pessoas em situações de influência coercitiva. Elas

envolvem o controle do ambiente, a manipulação da informação, demandas de pureza, o uso do tempo, a criação de pressão social, a doutrinação, a restrição do pensamento crítico, a promoção da dependência e o emprego de técnicas de punição e recompensa. Entender essas técnicas, é essencial para analisar e compreender os processos de manipulação mental e doutrinação presentes em diversos contextos sociais (Lifton, 1961/1989).

O autor ofereceu uma visão valiosa sobre as dinâmicas psicológicas envolvidas na influência coercitiva e ressaltou a importância de abordar essas questões para proteger os indivíduos contra a manipulação indevida.

No trabalho de Singer e Lalich (2003), elas discutem a influência indevida ou a reforma do pensamento. Nessa obra, as estudiosas entendem que o termo "reforma do pensamento" faz mais sentido do que "lavagem cerebral" ou "controle do pensamento". Ao conduzirem seus estudos, elas observaram alguns parâmetros, e nesta pesquisa destacaremos os seguintes:

- Exercer controle sobre o tempo e o ambiente dos indivíduos: líderes procuram dominar o tempo que as pessoas têm para pensar e manipular o espaço físico ao seu redor. Isso envolve ocupar constantemente os seguidores, restringir seu acesso a informações externas e influenciar o ambiente físico para fortalecer a dependência e a obediência.
- Fomentar uma sensação de impotência, medo e dependência: estratégias são utilizadas para criar um sentimento de vulnerabilidade nos seguidores, tornando-os dependentes do grupo ou líder. Isso pode incluir a geração de um clima de medo, manipulação emocional, isolamento social e a exploração das fraquezas e inseguranças individuais.
- Manipular com recompensas, punições e experiências: os líderes empregam um sistema de incentivos e penalidades para moldar o comportamento e as atitudes dos seguidores. Eles podem oferecer elogios, privilégios ou pertencimento ao grupo, para promover a conformidade. Por outro lado, podem aplicar punições, como exclusão, humilhação ou violência, para desencorajar qualquer forma de dissidência.

- Estabelecer um sistema de pensamento fechado e autoritário: os líderes criam uma estrutura de pensar inflexível e tirânica, na qual críticas, questionamentos ou modificações não são permitidos, a menos que sejam aprovados pela liderança. Dissidentes ou questionadores são rotulados como defeituosos, ou desviados, levando-os a duvidar de si mesmos e a se conformarem às crenças e diretrizes estabelecidas.

Manter os seguidores desinformados e inconscientes da agenda de controle e mudança: os líderes buscam deixar os adeptos na ignorância em relação às verdadeiras intenções do grupo ou líder. Eles podem ocultar informações, distorcer a realidade ou manipular as percepções dos seguidores para mantê-los alinhados com a visão e os objetivos estabelecidos pela liderança.

Após, análises de estudos e pesquisas sobre influências indevidas em seitas, cultos e grupos (Lifton, 1961/1989; Schein et al., 1961; Singer & Lalich, 2003; West & Martin, 1994), Hassan⁵ (2015) desenvolveu o Modelo BITE (*Behavior, Information, Thought, and Emotional Control*).

Este modelo descreve as técnicas utilizadas por grupos manipuladores para influenciar e controlar o comportamento, informações, pensamentos e emoções dos indivíduos, uma ferramenta relevante para identificar os métodos de controle mental e auxiliar as pessoas a compreenderem sua própria experiência em tais coletivos.

O Modelo BITE é dividido em quatro categorias de controle mental:

1. Comportamento (*Behavior*): refere-se às regras e regulamentos impostos pelo grupo, controle sobre ações e interações sociais dos membros, incluindo restrições à liberdade pessoal.

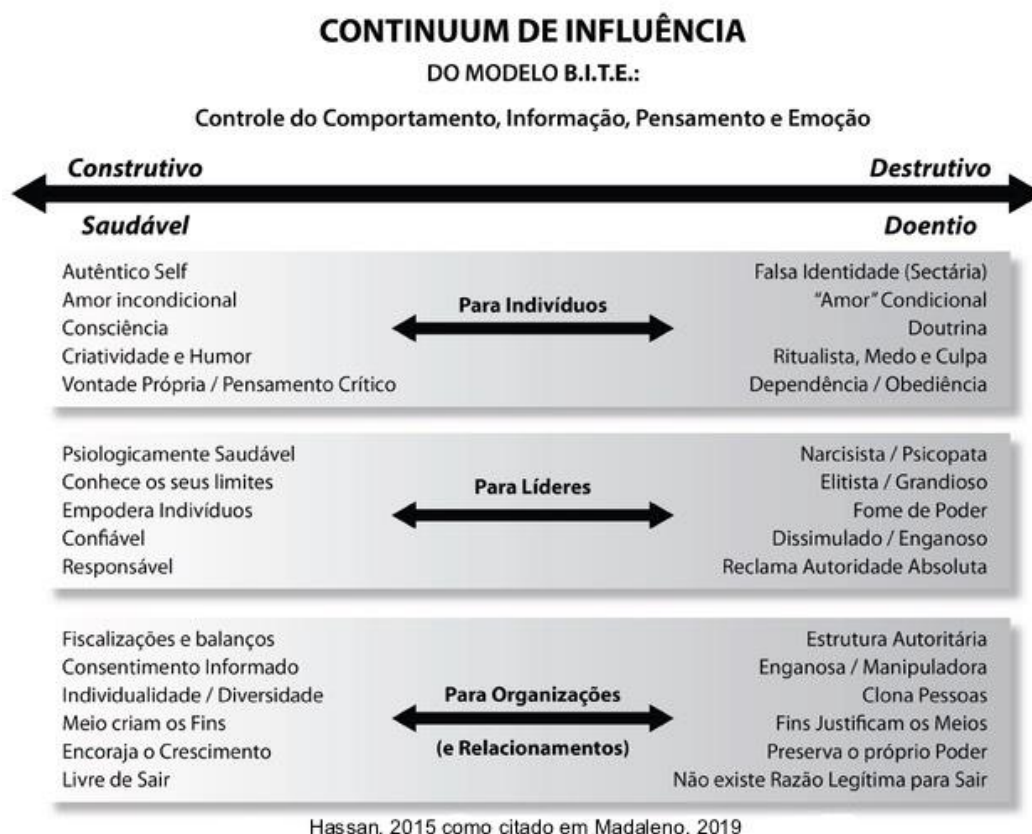
⁵Steven Alan Hassan, PhD em saúde mental, é um dos maiores especialistas em seitas que utilizam influências indevidas. Ex-membro da Igreja da Unificação, também conhecida como Seita Moon, onde foi vítima de estratégias de influência tóxicas e coerções psicológicas inconscientes. Ele dedicou sua vida a ajudar as pessoas a saírem de cultos e seitas nocivas. Hassan escreveu quatro livros, incluindo *Combating Cult Mind Control* e *Freedom of Mind: Helping Loved Ones Leave Controlling People, Cults, and Beliefs*. <https://freedomofmind.com/>

2. Informação (*Information*): envolve o controle e à manipulação das informações disponíveis para os membros, incluindo censura, restrição do acesso, ao que se passa no mundo externo e promoção de desinformação.
3. Pensamento (*Thought*): diz respeito à manipulação do pensamento dos membros, incluindo doutrinação, condicionamento e técnicas de persuasão para moldar as crenças e valores individuais.
4. Emoção (*Emotional*): é o controle das emoções dos membros, incluindo técnicas de manipulação emocional, uso de medo, culpa e recompensa condicionada.

Hassan (2015) distingue grupos construtivos, de grupos destrutivos, com base em suas práticas e objetivos. *Grupos construtivos* promovem o desenvolvimento pessoal, a autonomia e o bem-estar dos indivíduos, encorajando a liberdade de pensamento, a diversidade de opiniões e a tomada de decisões individuais.

Em contraste, *grupos destrutivos* são caracterizados por práticas manipuladoras, coercivas e abusivas que visam controlar e subjugar os membros, restringindo sua liberdade e autonomia. Ele enfatiza a importância de estar ciente dessas diferenças, para tomar decisões sobre a participação em determinados grupos e evitar situações de manipulação e abuso.

Figura 1: Continuum de Influência – Do modelo B.I.T.E.



No campo religioso, essas manipulações incluem o emprego de pseudos milagres, experiências anômalas ou encenações, envoltas em mistério e autoridade, que prometem salvação. Em vez de enfrentar o tédio, são apresentados objetivos nobres e amplos. Em lugar de lidar com a ansiedade existencial, encontram estrutura e certeza. Ao invés de enfrentar a alienação, são envolvidos em uma comunidade. E, em lugar da impotência, são conduzidos por líderes perspicazes e oniscientes (Cialdini, 1984; Hochman, 1990; Shaw, 2013).

Uma questão comum entre as vítimas de abuso sexual, em contextos religiosos, é a vulnerabilidade que as leva a buscar amparo espiritual. Muitos relatos envolvem doenças físicas, tanto das vítimas quanto de seus entes queridos, ou um intenso mal-estar existencial ou psíquico. Esses aspectos colocam as pessoas mais receptivas às orientações dos líderes, na tentativa de mitigar o sofrimento, o que as torna alvos suscetíveis quando estão sob a influência de indivíduos perversos. De acordo com Malgarim e Benetti (2010), líderes abusivos exploram vivências traumáticas, aproveitando-se da fragilidade, ou da sensibilização dos indivíduos, muitas vezes devido à incapacidade destes em reconhecerem, em meio ao

sofrimento, as situações extremas e potencialmente desorganizadoras presentes no contexto em que estão se inserido.

Outras estratégias usadas em violências psicológicas diversas, também são praticadas por líderes abusivos, com o foco de confundir, manipular, fazer valer seus desmandos e práticas criminosas, abaixo citaremos algumas.

Conforme definição de Zanello (2016), *gaslighting*⁶ é uma estratégia deliberada para prejudicar alguém por meio da distorção de informações, alterando acontecimentos e omitindo contextos, com o intuito de gerar incerteza na vítima em relação a suas lembranças e lucidez. Esse método cria um ambiente de confusão e desconfiança, minando a estabilidade emocional e mental da pessoa afetada (Kosak et al., 2018). Segundo Kuster (2017, p. 96), “é uma manipulação psicológica que faz a vítima acreditar que sua mente está confusa ou que determinado evento não ocorreu, ou aconteceu de forma diferente da que ela se recorda.”

No campo da sociologia, Sweet (2019) argumenta que o *gaslighting* é mais que um sintoma psicológico narcisista, é também um fenômeno social que transita nas desigualdades estruturais, principalmente nos relacionamentos íntimos marcados pela assimetria de poder. A autora destaca que “os abusadores mobilizam estereótipos de gênero, vulnerabilidades estruturais relacionadas à raça, nacionalidade, sexualidade e desigualdades institucionais contra as vítimas para corroer suas realidades” (p. 852).

Quando a tática é bem-sucedida, cria-se uma vivência que Ferraro (2006, p. 73) “chamo de ‘surrealidade’, mostrando como os abusadores ‘inventam histórias’ que violam o senso de realidade das vítimas, distorcendo suas percepções de tudo, desde pequenos detalhes da vida cotidiana até as biografias inteiras de seus parceiros’ e faz parecer que a pessoa é insana ou não sabe o que está dizendo.

⁶ O termo “*gaslighting*” deriva da peça teatral “*Gas Light*”, escrita por Patrick Hamilton em 1938. No enredo, um marido perverso manipula sua esposa, fazendo-a acreditar que está enlouquecendo. Sua estratégia inclui diminuir as luzes a gás da casa e insistir com a mulher que as luzes estão normais, além de outras sutis manobras. Isso faz com que ela não possa confiar nas próprias percepções e orquestrando o meio social para que também pensem que ela está insana. A peça foi adaptada para o cinema com o título “À meia luz (*Gaslight*, 1940)” <https://www.youtube.com/watch?v=APPjME7hOnM>

A consequência desse processo é a perda do senso de realidade, autonomia e identidade. Além disso, dependendo das estruturas de poder vigente, o contexto social pode acreditar que a vítima está realmente fora de si ou inventando narrativas, deixando-a ainda mais desamparada e vulnerável (Sweet, 2019).

O *love bombing*, em sua tradução ‘bombardeio de amor’, é uma expressão que pode ter um lado positivo no desenvolvimento infantil e em suas relações com cuidadores (James, 2012). No entanto, em nosso estudo, iremos trabalhar com o lado negativo do conceito.

Segundo Pretorius (2013), ele também é utilizado para descrever uma técnica, que sujeitos narcisistas utilizam para capturar suas vítimas. No começo, um indivíduo ou grupo demonstra carinho, afeto e admiração excessivos pela vítima no início de um relacionamento, seja ele romântico, de amizade ou em um coletivo com interesses em comum. Essa forma de agir pode ser observada no comportamento de líderes e membros de meios religiosos tóxicos. Sendo uma estratégia nociva, faz com que o novo integrante se sinta acolhido, valorizado e seguro, criando a ilusão de que a pessoa ou grupo são perfeitos.

O objetivo do *love bombing* é estabelecer confiança e submissão. Ele faz com que o sujeito acredite que finalmente encontrou seu lugar, onde é aceito e cuidado, sem perceber nenhum defeito nas pessoas ou na organização ao seu redor. Isso pode levar à cegueira em relação às falhas do líder tóxico ou do grupo, colocando a pessoa na obrigação de retribuir o afeto recebido, gerando dependência emocional. Geralmente, o *love bombing* termina quando a pessoa não é mais uma novidade, ou quando sentem que ela está completamente envolvida. A partir daí, o afeto pode começar a ser controlado e circunstancial, e a vítima se encontra tentando atender às demandas do indivíduo, ou do grupo para tentar recuperar aquele nível inicial de amor e carinho, mas nunca o consegue completamente. Isso a torna vulnerável a outras táticas de manipulação (Brenner, 2017; Galanti, 1993; Hassan, 2018; Pretorius, 2013; Singer & Lalich, 2003).

Stocker e Dalmaso (2016) discutem sobre o *mansplaining*, um tipo de abuso sutil, machista e naturalizado na sociedade. O termo vem da junção das palavras em inglês *man* (homem) e *explaining* (explicar), e o objetivo dessa dinâmica é diminuir o conhecimento de uma mulher, invalidando seus argumentos. É comum

que esse tipo de agressão incluía falas dirigidas às mulheres relacionadas a “ensinar” ou “esclarecer” algum tema, com o intuito de esvair a confiança, autoridade e respeito de uma mulher em relação ao assunto ou conhecimento, colocando-a como infantilizada e menos capaz intelectualmente do que um homem. Essa prática também é usada por agressores, muitas vezes próximos à vítima, para convencê-la de que está errada ou teve uma interpretação equivocada dos fatos, quando, na verdade, ela está correta em relação à realidade, experiência e ao discurso (Kosak et al., 2018).

Como exemplo, tomemos um documentário sobre um líder abusivo que se autoproclamava o indivíduo mais espiritualmente elevado que a diretora da obra já havia encontrado. No decorrer da conversa, ao responder uma pergunta da mesma, o guru afirmava que ela não possuía os atributos, como educação, idade e inteligência, necessários para compreender sua grandiosidade (Orner, 2019).

É importante ressaltar que essas práticas abusivas podem resultar em danos psicológicos graves, tais como a perda de autonomia pessoal, a desorientação cognitiva e o trauma psicológico (Langone, 1993). Portanto, compreender e identificar líderes e grupos nocivos é crucial para prevenir violências, como o abuso e a exploração de indivíduos vulneráveis ou não, que podem acabar sendo enredados nessas relações entre o poder e a fé, chegando ao ponto de se alienarem da realidade factual e minarem suas potências de vida.

No próximo capítulo, aprofundaremos nossa investigação sobre o tema da violência, com foco nas questões de gênero e nas implicações legais. Exploraremos diversas dimensões dessa problemática, desde suas raízes nas estruturas sociais até as questões legislativas do Brasil na atualidade. Este prosseguimento fornecerá uma compreensão mais ampla e detalhada das questões relacionadas a proposta deste estudo.

Capítulo 02

Breve contextualização sobre o que é violência e seus desdobramentos

Para a compreensão do tema da violência sexual, em meios religiosos, vamos apresentar alguns constructos básicos, começando com a definição de violência, passando pelos atravessamentos da opressão do gênero feminino e suas repercussões. Aproximando a discussão da realidade em nosso território, iremos finalizar como o Estado Brasileiro, tipifica os crimes sexuais, contra as mulheres.

Segundo Costa (1986), “o terror é, com certeza, a forma mais monstruosa da violência, mas se baseia no poder” (p.51). Para ele, a *violência* consiste em usar a agressividade com o propósito de causar destruição. O que torna um ato agressivo violento é o reconhecimento, por parte da vítima, ou de quem observa, do desejo do agressor de causar dano, morte, terror ou sofrimento. Isso evidencia que a agressão tem um propósito, uma intenção, portanto, possui dimensões políticas.

Todavia, a definição de violência pode ser complexa, em suas diferentes formas e manifestações, que variam desde as mais brutais até os movimentos sutis, velados e até mesmo internalizados. De modo amplo, esse construto pode ser entendido como qualquer ação ou omissão que cause danos físicos, psicológicos, sexuais, econômicos ou culturais a uma pessoa, ou grupo de pessoas, e que esteja relacionada ao poder e à desigualdade (Odalía, 1991).

De acordo com o autor, esse fenômeno caminha junto à trajetória de nossa espécie e, muitas vezes, a violência é naturalizada e reproduzida socialmente. Grande parte desses atos acaba invisibilizada tanto por aqueles que a praticam quanto por aqueles que sofrem. Por exemplo, a violência contra as mulheres se manifestam de formas variadas, desde a agressão física e verbal que visa desqualificá-las, até a imposição de padrões de comportamento e beleza, e em inúmeros casos é justificada por crenças culturais e religiosas.

Para Birman (2009), a presença da violência ao longo da história humana ultrapassa as fronteiras das sociedades, estando enraizada em diferentes tradições culturais, registros políticos, religiosos e simbólicos. Essa manifestação de violência é um aspecto essencial da experiência social, pois tanto desestabiliza quanto estabelece as relações entre os sujeitos.

É interessante considerar que a percepção da violência pode variar de acordo com o contexto e a cultura em que se está inserido. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é um importante instrumento de luta contra a violência e a opressão, e estabelece princípios fundamentais que devem ser respeitados em todas as sociedades, tais como o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade humana.

A violência estrutural do Estado e das instituições, que reproduzem as condições geradoras desses atos, precisa ser analisada no jogo de forças entre as lutas por direitos humanos e da flexibilização da linha dura do macrossistema⁷. Isso requer levar em consideração às particularidades de cada grupo e construir a partir do diálogo, da escuta ativa, as estratégias de enfrentamento para esse grave problema.

No entanto, é necessário mobilização social, de modo a efetivar a implementação de direitos por meio de políticas públicas e ações educativas. Assim, a violência poderá ser combatida de forma efetiva e justa, sem se tornar banalizada, como frequentemente ocorre com a violência de gênero e outras formas de agressões que passam imperceptíveis tanto no meio social, quanto para algumas vítimas.

2.2. Patriarcado, machismo, misoginia e feminismo: relações com a violência contra mulheres

Historicamente, o surgimento do patriarcado é, frequentemente, associado à transição para a agricultura, por volta de 10.000 a.C., quando as mulheres passaram a desempenhar um papel fundamental na produção de alimentos, enquanto os homens se tornaram responsáveis pela proteção do território (Johnson & Earle, 2000). Essa divisão de tarefas contribuiu para que as relações entre homens e mulheres fossem moldadas pela hierarquia de gênero, resultando em um sistema social profundamente desigual.

De acordo com Saffioti (2015), o *patriarcado* é um sistema social e cultural que coloca as mulheres em uma posição de subordinação em relação aos homens.

⁷ Macrossistema, conforme a Teoria Bioecológica, é composto pelos elementos oriundos das normas culturais, valores morais, estruturas legais, políticas, religiosas e sociais em escala global ou de amplo espectro, que impactam no desenvolvimento humano (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Ele estabelece uma hierarquia de gênero na qual as mulheres são excluídas dos espaços de tomada de decisão. Essa estrutura desigual é perpetuada por normas culturais, valores patriarcais e instituições sociais que reforçam a desigualdade de gênero.

Bourdieu (2002) em sua obra "A dominação masculina" problematiza a incorporação desse tipo de sistema enfatizando que:

A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: *ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada*. [...] Ora, longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário comprovar que elas são *produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução* para o qual contribui agentes específicos [...] instituições, famílias, igreja, escola e o Estado [...] A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. (grifo do autor, pp. 16, 22 e 23)

Saffioti (2015) examina que no cenário político, a participação das mulheres tem sido historicamente limitada, resultando em uma representatividade feminina significativamente inferior à masculina. Já no contexto econômico, elas enfrentam desigualdades salariais, obstáculos na progressão profissional e segregação ocupacional. Na esfera familiar, são frequentemente sobrecarregadas com tarefas domésticas e a responsabilidade do cuidado dos filhos, enquanto os homens são tradicionalmente incentivados a desempenhar papéis de provedores financeiros, muitas vezes se eximindo das responsabilidades familiares.

As reflexões de Saffioti (2015) sobre a condição das mulheres em esferas políticas, econômicas e familiares trazem diversas implicações na desigualdade de gênero nos contextos biopolíticosociais, alimentando o machismo e a misoginia. Esses são os principais fatores de risco que contribuem para os crimes de ódio contra as mulheres.

O *machismo* é o fruto de uma “cultura patriarcal” que promove a submissão das mulheres aos homens. Neste contexto, a figura feminina passa a ser vista como inferior ao masculino, originando-se nas tradições culturais e relacionando-se à

história da opressão das mulheres na sociedade. O machismo pode ser percebido nas relações sociais, nos estereótipos de gênero, na diferença salarial, na desigualdade na educação e no mercado de trabalho, além de outros fatores (De Oliveira & Rose Maio, 2016).

Apesar de ser historicamente predominante nas sociedades ocidentais, Oliveira et al., (2019) argumentam que o machismo é universal e também pode ser encontrado em outros contextos culturais. Eles apontam que o machismo pode assumir várias formas, desde atitudes de desrespeito às mulheres, relações de posse e até violência física e psicológica.

O ódio ou desprezo pelo gênero feminino é o que significa o termo *misoginia*, relacionado à discriminação e opressão das mulheres, podendo manifestar-se de diversas maneiras, como desvalorização das capacidades intelectuais, políticas e de autonomia, colocando-as no local de objeto a ser usado. Infelizmente, muitos são os casos de abuso verbal, físico e/ou psicológico motivados por esse sentimento de raiva ao feminino e às conquistas que a mulher possa conquistar ao longo de seu desenvolvimento, gerando, por vezes, afetos de inveja e ressentimento (Tiburi, 2018).

Para bell hooks (2018), o feminismo desempenha um papel fundamental no enfrentamento da violência contra as mulheres. Através de uma perspectiva de gênero, o feminismo busca analisar as estruturas de poder e desigualdade que perpetuam a violência baseada no gênero e trabalha para desafiá-las. A luta feminista procura não apenas combater a violência em si, mas também abordar suas causas estruturais e promover a igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade.

Em sua obra “O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras” (2018, p.13) argumenta sobre o sexismo e a naturalização dos comportamentos:

[...] o movimento não tem a ver com ser anti-homem. Deixo claro que o problema é o sexismo. E essa clareza nos ajuda a lembrar que todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas. Como consequência, mulheres podem ser tão sexistas quanto homens. Isso não desculpa ou justifica a dominação masculina; isso significa que seria inocência e equívoco de pensadoras feministas

simplificar o feminismo e enxergá-lo como se fosse um movimento de mulher contra homem. Para acabar com o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), precisamos deixar claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas.

O feminismo brasileiro possui um longo percurso na luta pela igualdade de gênero e direitos das mulheres. A adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará (em homenagem ao Estado brasileiro que sediou o evento), foi um marco importante nessa luta. Este instrumento internacional de direitos humanos foi adotado pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos.

Neste momento histórico, o primeiro tratado internacional legalmente vinculante que criminaliza todas as formas de violência contra a mulher, especialmente a violência sexual, foi apresentado. Ele estabelece que os Estados-membros devem adotar medidas para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher e garantir seus direitos humanos. Inovando ao enfatizar que esses atos acontecem a despeito de cor/raça, renda, idade ou religião, tendo como alicerce as desigualdades de gênero (Negreiros, 2021; Convenção de Belém do Pará, 1994).

No Brasil, essa Convenção foi um dos fundamentos para a criação, 12 anos depois, da Lei Maria da Penha, considerada uma das principais conquistas do movimento feminista brasileiro na luta contra a violência doméstica e familiar contra a mulher (Bandeira & Almeida, 2015).

O conjunto de termos explicitados neste subcapítulo representa formas de opressão alimentadas pela cultura estruturada no patriarcado, que desvaloriza a vida das mulheres e oferece um terreno fértil para as violências de gênero. Essas agressões são balizadas pela rigidez dos sistemas, frequentemente silenciando as vozes das vítimas, visando perpetuar as estruturas de poder. Em contrapartida, o feminismo é um dispositivo de enfrentamento desses enraizamentos culturais e sociais.

2.3. Violência de gênero e suas ramificações

Qualquer agressão resultante de desigualdades de gênero é chamada de *violência de gênero*. Embora essa categoria de violência possa afetar várias identidades, como meninos, pessoas não-binárias, transgênero e, em menor escala, homens, as mulheres e meninas são desproporcionalmente atingidas por essa violência quando comparadas a outros grupos. Portanto, o enfrentamento da violência de gênero é um componente essencial da luta pelos direitos humanos e das mulheres (Heise et al., 1999).

As formas que abrangem esse tipo de violência são: físicas, sexuais, psicológicas, morais ou patrimoniais, e podem ocorrer em uma variedade de situações, como relacionamentos íntimos, trabalho, escola, comunidade, espaço religioso e sociedade, em geral. Essa violência é vista como uma forma de discriminação e violação dos direitos humanos, tendo sua origem nas normas culturais e sociais que atribuem papéis diferentes a homens e mulheres. Ela gera consequências negativas para a saúde física e mental das vítimas, afetando também sua capacidade de se integrar plenamente à sociedade e no desenvolvimento de suas potencialidades de vida (Garcia-Moreno et al., 2015).

Segundo o "Dossiê da Mulher" (Mendes et al., 2020), somente no Estado do Rio de Janeiro, de cada três mulheres, uma sofreu violência física no ano de 2019. A compreensão e a luta contra a violência de gênero são cruciais no Brasil. Há necessidade de uma abordagem multidisciplinar que integre as transformações culturais, educacionais e políticas públicas, em direção à implementação de ações socioeducativas para a prevenção e enfrentamento dessa questão em nosso país.

Infelizmente, o patriarcado, machismo e misoginia arraigados na cultura servem como base para práticas criminosas, como a violência de gênero, que engloba outros delitos contra os direitos humanos e causa consequências perniciosas para suas vítimas. A legislação brasileira vem caminhando, com leis que visam tipificar esses crimes de gênero. Dentre elas, podemos citar:

Chamada de “Lei Maria da Penha”, a Lei n. °11.340/2006, de 7 de agosto de 2006, caracteriza a violência contra a mulher no ambiente doméstico e familiar, podendo ocorrer tanto no espaço público ou no privado. Considerada como grave

violação dos direitos humanos, tem como definição quaisquer ações ou omissões, com base no gênero, que provoquem sofrimentos psicológicos, físicos, sexuais, lesões ou levem à morte a vítima. Alguns pontos abordados na lei são: mulheres que vivem violência doméstica precisam de medidas protetivas emergenciais; que haja juizados preparados para atuar com exclusividade nesses casos, bem como políticas públicas afirmativas que visem à assistência e prevenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (Brasil, 2006).

Nesse sentido, a violência doméstica, abrange diversas formas de agressão ou abuso que ocorrem, dentro ou fora, dos lares brasileiros. Essa violência pode afetar casais, parceiras, ex-parceiras, pais e filhos, irmãos ou outros familiares que compartilham o mesmo domicílio, ou possuem laços de parentesco.

Destacamos três tipos de violência, que não utilizam da agressão física, mas podem ser extremamente nocivas para as vítimas: a *violência psicológica* envolve atitudes que causam danos emocionais, diminuição da autoestima ou interferência no direito de tomar decisões individuais. São comportamentos como ameaças, humilhações, perseguições, chantagens, constrangimentos, controle excessivo das ações da mulher, proibição de sair, isolamento social, além da invasão de mensagens no celular ou *e-mail* (Brasil, 2019).

Já a *violência moral* visa difamar e prejudicar a imagem e a reputação da vítima por meio de calúnias, difamações e insultos, como a disseminação de boatos e acusações falsas. Essa forma de violência também pode ocorrer no ambiente virtual, como o compartilhamento de fotos íntimas nas redes sociais como forma de retaliação (Brasil, 2019).

A *violência patrimonial* caracteriza-se pela retenção, furto ou destruição de bens materiais, ou pertences pessoais, como instrumentos de trabalho, documentos e roupas, bem como o controle abusivo ou apropriação de recursos financeiros contra a vontade da vítima (Brasil, 2019).

Em 2021, ocorreu um grande avanço na luta para o combate aos crimes que têm como intenção o desrespeito às mulheres, causando danos emocionais e psicológicos. Foi implementada no Código Penal a Lei n.º 14.188/2021, que legisla e tipifica a violência psicológica contra as mulheres por meio do artigo 147-B. este

explicita que o agressor, mesmo que tenha ou já não haja relacionamento familiar, afetivo ou íntimo, e venha agredir a mulher com intuito de provocar danos emocionais, como ameaças, assédios, humilhação, manipulação, isolamento, perturbação da paz, estado de vigilância contínua e outras mazelas emocionais que visem deteriorar a saúde psicológica e autonomia das mulheres, está cometendo um crime, mesmo sem necessidade de agressão física. Esse tipo de violência é caracterizado como uma forma de violência doméstica e familiar, e terá punição legal variando segundo os agravantes da violência infligida (Brasil, 2021).

Essas legislações em defesa das mulheres são muito importantes, mas há um caminho a percorrer para que brechas jurídicas não deixem impunidades ocorrerem. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, em 1 agosto de 2023, decidiu por unanimidade que não é possível a defesa de réus em caso de feminicídio com a tese de “legítima defesa da honra”, que continuava sendo utilizada até a atualidade. O Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940), no art. 25, especifica que a legítima defesa é aceitável nos casos de eminente agressão à vida contra si ou outrem. Portanto, a defesa dos acusados de feminicídio fica proibida de usar esse argumento no tribunal e, se for utilizado, o julgamento pode ser anulado. Essa estratégia da defesa do réu ia de encontro à inversão da ordem dos fatos, tentando colocar a culpa pelo assassinato ou lesão na vítima.

A Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha proferiu: “A tese jurídica de legítima defesa da honra não tem amparo legal, construiu-se ela por discussão em julgamento proferido pelos tribunais e firmou-se como adequar práticas de violência e morte à tolerância vivida na sociedade aos assassinatos praticados por homens contra mulheres tidas por adúlteras ou comportamento que fugisse, ou destoasse do desejado pelo matador” (Supremo Tribunal Federal, 1 de agosto de 2023). A jurista fez uma contraposição entre a dignidade humana e a sociedade patriarcal, que continua machista, sexista e misógina, tirando a vida de mulheres por apenas quererem ser donas de suas próprias vidas (Vivas & Falcão, 2023).

Apesar dos avanços, em relação à legislação que visa prevenir e punir, as violências de gênero, é um sintoma social multifacetado, por isso, em nossa escrita, é imprescindível aprofundar a compreensão sobre a violência sexual, um dos aspectos mais alarmantes desse fenômeno. Encerrando este subcapítulo,

direcionaremos nossa atenção à análise desse tipo de crime, no contexto brasileiro, que representa uma séria violação dos direitos humanos, deixando marcas profundas nas vítimas e exigindo uma resposta efetiva da sociedade e do sistema de justiça.

2.4. As leis brasileiras e as violências sexuais: uma visão geral

A noção de violência sexual é bastante ampla, constituindo-se como um grande guarda-chuva que engloba diferenças conceituais, especificidades e tipificações, podendo gerar confusão sobre o que constitui um crime sexual. Neste ponto, faz-se necessário compreender as minúcias de tais atos e o que legislação de nosso país estabelece a respeito.

Até quase a primeira década do século XXI, o crime de estupro era configurado exclusivamente se houvesse conjunção carnal. Qualquer outro tipo de prática sexual era incluso no Código Penal, com a Lei n.º 2.848/1940, na redação do Art. 214: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal" (Brasil, 1940).

O ano de 2009 foi um importante marco para o combate e punição dos crimes sexuais em nosso país. Foi sancionada a Lei n.º 12.015/2009, que revê a configuração para a tipificação do mais *grave crime sexual, que é o estupro*. Este não pressupõe somente o ato de penetração, bastando haver finalidade de prazer sexual do agressor. Em tese, um beijo mais caloroso pode se caracterizar como estupro. A composição do Art. 213 do Código Penal tem a seguinte configuração: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar, ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". O Art. 215 trata do *crime de violação sexual mediante fraude*: "Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima". O Art. 215-A discorre sobre o crime de *importunação sexual*: "Praticar contra alguém, sem a sua anuência, ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro" (Brasil, 2009).

A citada Lei, no Art. 216-A, faz menção ao *crime de assédio sexual*, outra grave situação que fere a dignidade e liberdade humana, que tem por definição: "Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função". O Art. 217-A legisla sobre *crime hediondo de estupro de vulnerável*: "Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos", sendo este ampliado para as vítimas nas seguintes condições: "Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência" (Brasil, 2009, grifo do autor).

No atual Código Penal Brasileiro, os *crimes de abuso sexual* não se configuram como outrora um delito à parte, mas são tipificados como crimes descritos na lei supracitada, incluindo o estupro, atos libidinosos sem consentimento, importunação sexual, assédio sexual, exploração sexual, entre outros. Frisamos que essa violação da dignidade humana pode ocorrer de outras maneiras, como contato próximo ou físico inconveniente, na forma verbal, com uso de enredo erotizado/pornográfico para obtenção de satisfação sexual.

Outro avanço na legislação referente à violência sexual é a Lei n. ° 12.845/13, também conhecida como "Lei do Minuto Seguinte", que assegura às vítimas de violência sexual o direito de receber atendimento emergencial, completo, abrangente e gratuito no sistema público de saúde, sem a exigência de apresentar um boletim de ocorrência ou qualquer outro documento para comprovar o abuso sofrido. A legislação determina que os hospitais públicos devem oferecer suporte médico imediato, incluindo assistência social e psicológica, bem como o diagnóstico e tratamento de lesões físicas. Além disso, os hospitais devem disponibilizar medicamentos essenciais para evitar gravidez e doenças sexualmente transmissíveis (Brasil, 2013).

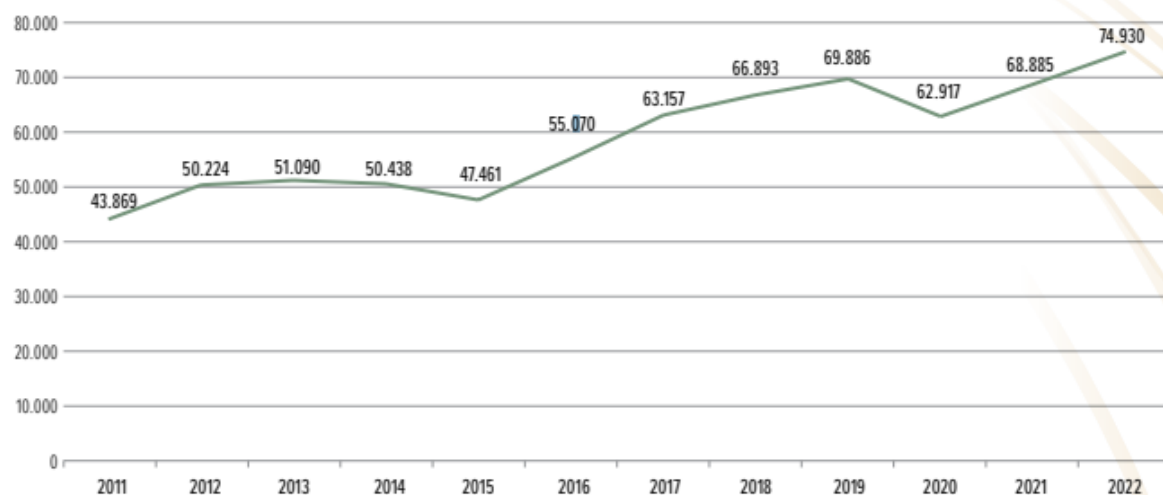
Recentemente, em 3 de abril de 2023, o Estado implementou o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. Sancionando a Lei n. ° 14.540/2023, que visa

coibir essas práticas nos órgãos públicos, como escolas, universidades, hospitais, dentre outros espaços governamentais, com a implementação de campanhas, capacitações e proteção de testemunhas e vítimas (Brasil, 2023).

Embora tenha havido progresso na criação de leis para combater a violência contra as mulheres, os números divulgados na edição de 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram uma situação preocupante: o Brasil teve o maior número de casos de estupro já registrado na história, com um total de 74.930 vítimas, sendo que destes casos mais de 50.000 foram estupro de vulneráveis. É importante notar que esses números representam apenas os casos denunciados às autoridades policiais, o que significa que eles são apenas uma pequena parte da violência sexual sofrida por todos os gêneros e idades. Em 2022, a taxa de estupro e estupro de vulnerável aumentou 8,2%, chegando a 36,9 casos para cada 100 mil habitantes. Além disso, os indicadores de violência doméstica também apresentaram acréscimos. O relatório "Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil" conclui que todos os tipos de violências contra as mulheres cresceram (Bueno et al., 2023, pp. 15, 16, 136 e 154).

Figura 2 - Evolução do número de estupros no Brasil (2011-2022)

Evolução do número de estupros e estupros de vulnerável
Brasil - 2011-2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Mesmo com os progressos na legislação e no combate à violência sexual, ainda é alarmante persistir no Brasil a prescrição para o crime de estupro, segundo o Decreto-Lei n. °2.848, datado de 1940, que em seu texto estipula como tempo máximo para denúncia 20 anos após a violência, em alguns casos esse tempo pode ser reduzido (Brasil, 1940).

Com a Lei n. ° 12.650/2012, conhecida como Lei Joanna Maranhão⁶, alterou-se o decreto acima citado, acrescido do inciso V que dispõe sobre abusos sexuais contra crianças e adolescente. Nesses casos, a data de prescrição deixa de contar a partir do dia do crime, para quando a pessoa completa 18 anos. Em tese, se o estupro ocorreu quando a criança tinha 9 anos, ela teria até os 29 anos para realizar a acusação, caso contrário o delito prescreveria. Com a nova normativa, passa-se a contar o prazo de prescrição quando adolescente completa 18 anos. Nesses termos, a vítima teria até os 38 anos para denunciar (Brasil, 2012).

Essa questão é particularmente preocupante, pois como mostrado neste capítulo, as taxas de criminalidade sexual aumentaram em nosso país. Tramita na Câmara o Projeto de Lei n. ° 4285/2020 (Neto, 2020), que visa tornar imprescritíveis os crimes de estupro e estupro de vulnerável. Em sua justificativa, o parlamentar argumenta que 'a cultura do estupro se perpétua no Brasil por conta de um outro tipo de cultura: a cultura da impunidade' (p. 4). Nesse sentido, apontando que as violências contra as mulheres são uma questão socialmente crônica. Ele finaliza destacando que a demora nas denúncias, influenciada por fatores como medo, vergonha, descrédito e contextos em que a vítima está inserida, pode favorecer o silenciamento por anos, e por vezes décadas, resultando na impunidade do crime devido à prescrição do delito.

Nos últimos anos, os debates têm crescido impulsionados pelas vozes das vítimas. Há tentativas de avanços no panorama legislativo brasileiro visando preencher essa omissão e proporcionar uma proteção mais efetiva às pessoas vitimadas. No entanto, quando buscamos algum amparo jurídico para crimes

⁶ Joanna Maranhão, é uma nadadora maranhense, que veio a público em 2008 para denunciar que foi violentada sexualmente aos 9 anos, por um ex-treinador. Na ocasião da revelação, o crime já estava prescrito (Brandão, 2009).

sexuais cometidos em ambientes religiosos, surge uma ausência para essa especificidade.

É imperativo que se tenha uma legislação específica para lidar com delitos contra a dignidade sexual nesses contextos, que deveriam promover a cultura da união e não a do horror. A falta de diretrizes e políticas públicas que contemplem as especificidades destes crimes pode vir a se tornar mais uma violência, contribuindo para a impunidade e o surgimento de mais casos.

Na sequência, iremos esmiuçar, na atualidade brasileira, quais dispositivos estão sendo propostos para a punição adequada aos responsáveis por atos tão hediondos e garantir a proteção e segurança das vítimas.

2.5. Abusos sexuais em meios religiosos no Brasil: uma lacuna legislativa

Como ora explanado, neste estudo, é sabido que violências sexuais contra mulheres vêm de longa data e de diferentes espaços. Quando colocamos uma lupa direcionada ao âmbito religioso, algumas lideranças se valendo da posição de poder, cometem crimes hediondos, em nome da “fé” envolvendo atentado violento ao pudor, estupro, pedofilia, efebofilia e outras sevícias. Com uma rápida pesquisa na *internet*, muitos destes casos acabam sendo abafados na própria instituição religiosa⁹, onde a pena máxima imputada é o afastamento das funções em determinado território geográfico.

Apesar dessa dura realidade, às vítimas de abusos sexuais, em meios religiosos, continuam sem uma diretriz jurídica e de cuidados específicos. No Brasil, até a presente data, não tem uma legislação específica de prevenção, proteção e penalizações devidas. Alguns movimentos na esfera do legislativo vem tentando se posicionar com projetos de lei no sentido de abarcar a especificidade dessas violências.

Em 2020, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, se pronunciou sobre o tema, porém, não incluindo as mulheres vítimas, com o Projeto de Lei n.º 3780/2020, que visava a proteção de menores e vulneráveis e defendia o aumento das penalidades "para os crimes sexuais contra vulnerável cometidos por

⁹ Em 2005, Regina Soares Jurkewicz. Traz em seu livro “Desvelando a política do silêncio: abuso sexual de mulheres por padres no Brasil” dados das punições assimétricas aos crimes cometidos.

sacerdotes de todos os credos religiosos, profissionais de saúde, de ensino e por qualquer outra pessoa que valer-se da confiança da vítima ou de seus familiares" (Alves & Mendonça, 2020).

As últimas atualizações sobre este tema vêm do Estado de São Paulo, com o Projeto de Lei n.º 7/2023, de autoria do Deputado Carlos Giannazi, mas a redação do mesmo foi elaborada pela ativista Tatiana Badaró, que sobreviveu após 12 anos de abusos, perpetrados por um líder religioso e luta contra violências em meios religiosos. O conteúdo do documento dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Vítima de Abusos em Contexto Religioso e Afins (DEVAR).

O texto inclui sujeitos de todas as idades e gêneros, ressalta a necessidade de profissionais capacitados para atender às vítimas em suas especificidades e, no Art. 4, explica que: "considera-se como contexto afim ao religioso qualquer grupo ou atuação profissional que tenha por finalidade promover o aprimoramento, o autoconhecimento ou a evolução moral e/ou espiritual da vítima, ou se apresente com denominação semelhante à religiosa e que esteja em condição de influência incontestável sobre a vítima" (Giannazi & Badaró, 2023).

Nessa direção, dispositivos legais vêm questionando o termo "consentimento" em situações sexualmente abusivas em meios religiosos. Tomemos como exemplo o artigo publicado sobre uma decisão inédita no Tribunal em Jerusalém, na qual mulheres sofreram abusos extremos por um líder de um grupo hassídico. As vítimas depuseram a favor; no entanto, os juristas observaram os aspectos contextuais e sociológicos que podem interferir na compreensão do consentimento, influenciados pela fé cega na liderança, dependência psicológica, afastamento do convívio social e pelo poder de controlar a psiquê e os corpos dessas vítimas por meio de uma religiosidade nociva. O réu foi considerado culpado, abrindo um precedente no Estado de Israel para esse tipo de crime sexual entre adultos, até onde o livre arbítrio é realmente pautado em uma escolha consciente (Dayan, 2018).

Fonseca e Martins (2022), psicólogas do Ministério Público de Goiás, também questionam o que é realmente consentido quando fiéis são violentadas por líderes religiosos. Nessa dinâmica, há uma relação hierárquica bem definida entre

o representante da espiritualidade no mundo carnal e as mulheres vitimadas, que podem estar sob influência indevida e desorganizadora utilizada pelo abusador como estratégia de convencimento. Adicionalmente, foram enfatizadas as questões neurobiológicas, como a imobilidade tônica, que é a resposta do organismo diante de uma situação aterrorizante, levando à incapacidade de reações de fuga ou luta, devido ao horror que a experiência traumática suscita no corpo físico-psíquico. Essa falta de reação pode ser erroneamente interpretada como consentimento passivo.

Ademais, é fundamental contextualizar a ocorrência de um estresse altíssimo ao qual as vítimas estão submetidas e compreender como um mecanismo de defesa psíquica diante de uma realidade tão brutal. As vítimas buscam refúgio mental e se dissociam da realidade, o que pode resultar em lapsos de memória, falhas de percepção e falta de reação motora. Esses aspectos neurobiológicos podem ser mal interpretados por profissionais sem capacitação, tornando-se fatores de revitimização, resultando no descrédito de suas experiências e no silenciamento de outras mulheres (Fonseca & Martins, 2022).

As subnotificações, baseadas no medo das vítimas de não terem o apoio necessário para enfrentar essa batalha, são alarmantes e fazem com que as situações de abuso se perpetuem, levando a novos casos de violência sexual no contexto religioso. Diferindo um pouco dessa regra, que teve pouco impacto no território brasileiro, mas ganhou destaque internacional, o movimento *#MeToo* obteve visibilidade nas redes sociais, especialmente no *Twitter*, quando uma atriz de Hollywood compartilhou sua experiência de assédio e incentivou outras mulheres a fazerem o mesmo.

É importante ressaltar a dimensão racial dessa iniciativa, que teve sua origem 11 anos antes, em 2006, quando a ativista Tarana Burke, uma mulher negra e vítima de abuso sexual, iniciou a *hashtag* como parte de seu projeto '*Girls for Gender Equity*'. O objetivo era encorajar meninas e mulheres a denunciarem casos de violência generalizada nos Estados Unidos. No entanto, foi somente com a adesão de artistas brancas que o debate ganhou visibilidade internacional (Slatton & Richard, 2020).

Em consonância, Abedi (2017) traz à tona que essa ação midiática serviu de inspiração para outras campanhas que denunciam abusos, a exemplo da *hashtag*

#ChurchToo, criada com o intuito de ampliar a divulgação dos casos de violência sexual, ocorridos em contextos religiosos. Relatos e notícias evidenciam que esse movimento tem se consolidado como uma plataforma para a exposição de experiências pessoais de violência sexual, ao mesmo tempo, em que denuncia as respostas institucionais ineficientes diante dessas situações. A busca por transformações e responsabilização em todas as esferas da sociedade, incluindo a religiosa, tem recebido destaque tanto na imprensa, quanto nas redes sociais (Bogen et al., 2022).

No Brasil, coletivos feministas também se utilizaram do mundo digital para expor suas pautas. Em 2013, a jornalista Juliana de Faria criou o site *Think Olga*, que posteriormente se tornou uma ONG. Com a proposta de ser um canal de comunicação e debate contra as diversas violências que as mulheres sofrem e ações afirmativas de campanhas, conscientização nas redes sociais, com foco nas interseccionalidades¹⁰ que atravessam os corpos femininos e suas representações na sociedade. Algumas dessas ações que obtiveram repercussão: *#PrimeiroAssédio*, *Chega de Fiu Fiu* e *#100VezesCláudia* (Faria, 2013).

Destacamos que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, ao citar o aumento de casos notificados de violência contra as mulheres, reflete a potência dessa ferramenta. “Seja como for, podemos ter como hipótese que estamos diante de um aumento das notificações, já que as vítimas estão mais informadas e empoderadas. É inegável o efeito de campanhas como a *#PrimeiroAssédio*, promovida pela organização *Think Olga*, que viralizou nas redes sociais em 2015 e resultou em mais de 82 mil compartilhamentos em apenas cinco dias” (Bueno et al., 2023, p.155).

¹⁰ A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, etnias, cor/raças, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177). Se o feminismo não for interseccional, ele não serve: é necessário que toda forma de ser mulher seja reconhecida. Olhar para a interseccionalidade é entender que, além do machismo e sexismo, mulheres negras e indígenas ainda sofrem com racismo, estrutura muito presente em nosso país (Antunes & Romão, 2020, p.9).

Entretanto, esses movimentos ainda não abordavam as peculiaridades da violência no terreno da religião em nosso país. A motivação para que a sociedade civil brasileira prestasse mais atenção aos casos de violências sexuais cometidas no âmbito religioso foi o estopim do caso “João de Deus” em 2018.

Esse fato ganhou grande repercussão midiática devido às denúncias feitas pela vítima holandesa Zahira Lienneke Mous, com uma postagem, em sua rede social, em maio do mesmo ano. Após a publicação, uma emissora de televisão brasileira interessou-se pelo caso e, em dezembro, a vítima foi convidada para dar uma entrevista e teve a coragem de mostrar seu rosto e expor os horrores vividos. Esse evento levou a outras reportagens, uma série documental com outras vítimas e um livro sobre o tema (Fibe, 2021).

Com as denúncias emergiram as estratégias utilizadas pelo líder religioso para abusar sexualmente das fiéis. Em 10 de julho de 2023, Zahira obteve justiça e o estuprador, João Teixeira de Faria, foi condenado pelo crime cometido contra ela a cumprir uma pena de 42 anos e 13 meses. No entanto, como ele já havia sido julgado por outras atrocidades e cumpria pena, devido à pandemia de COVID-19, ele foi transferido do regime fechado para o domiciliar desde março de 2020. Ao retornar a penitenciária, em segunda instância, ganhou o direito de cumprir a pena em sua mansão até a presente data (Oliveira, 2020; Schroeder & Azevedo, 2023).

É notável que a voz de uma mulher estrangeira e branca tenha desempenhado um papel tão importante em abrir caminhos para que centenas de outras vítimas denunciassem, e a mídia desse espaço às mulheres brasileiras vitimadas em contextos religiosos, para relatarem as violências que sofreram. Frisamos que essas denúncias não eram inéditas ao Poder Público, tanto no caso do abusador João de Deus, que cometeu seus crimes por décadas, como em relação a outros líderes vitimizadores. Foi necessária a holofotização para que essas vozes pudessem emergir de seus locais de abafamento e descaso, apesar de ainda haver subnotificações calcadas no medo e na vergonha.

Silva (2020), pesquisador da área de Comunicação Social, observa o papel da mídia como um instrumento importante na prevenção e orientação para mulheres vítimas de abusos sexuais, em meios religiosos. Embora a mídia aborde casos emblemáticos, contribuindo para sua visibilidade e discussão pública, ela muitas

vezes falha em fornecer orientações mínimas para mulheres que, por medo ou falta de informação, não sabem a quem recorrer para obter esclarecimentos iniciais ou compartilhar suas experiências dolorosas.

Os questionamentos levantados pelo caso João de Deus irromperam imediatamente pelos meios de comunicação e reverberaram durante semanas até mesmo na mídia internacional. A potência do acontecimento, responsável por desencadear debates não só em torno das lógicas da fé, como também nas penas e consequências para crimes de abuso sexual [...], é pertinente observar que, por mais que seja um debate recente e acalorado na pauta das reivindicações sociais, nenhuma entidade de defesa da mulher foi ouvida pelo programa em qualquer das edições. Orientações sobre como se comportar, reagir e combater ações de cunho violento, de abuso sexual, não foram transmitidas pelo Fantástico, tampouco indicações de quais órgãos públicos procurar a quais autoridades recorrer (Silva, 2020, p 272-278).

Neste contexto, recordamos Sabrina Bittencourt, uma ativista incansável que expôs os abusos sexuais cometidos por João de Deus e pelo guru Prem Baba. Devido às ameaças de morte constantes, ela foi obrigada a viver fora do Brasil e mudar de residência com frequência. Sua história é permeada por sofrimentos desde a infância, quando foi vítima de abusos a partir dos 4 anos, por membros da igreja mórmon frequentada por seus pais e avós. Aos 16 anos, grávida de um dos estupradores, ela interrompeu a gravidez.

Movida por uma dedicação inabalável na defesa das vítimas de abuso por líderes religiosos, Sabrina cofundou a plataforma Coame¹² (Combate ao Abuso no Meio Espiritual), para denúncias de violações sexuais envolvendo padres, pastores, gurus e outros. Ela auxiliou na investigação das acusações contra João de Deus e apoiou a filha do próprio médium, Dalva Teixeira, na denúncia contra o pai por abuso. Ela prometia desmascarar outras 13 lideranças, infelizmente, em fevereiro de 2019, Sabrina cometeu suicídio enquanto residia na Espanha (Carta Capital, 2019).

¹² COAME - <https://www.facebook.com/coamebr>

A partir deste momento histórico, profissionais de diversas áreas e outras pessoas que também foram vítimas de abuso estão se mobilizando nas redes sociais, criando movimentos que oferecem acolhimento, orientações jurídicas e dispositivos de escuta para o relato de suas experiências de violência sexual, em contextos religiosos. Exemplos desses movimentos incluem o MovAya¹³ (Movimento Nacional de Combate ao Abuso no Meio Ayahuasqueiro), o Contra Abuso Religioso (@badarotatiana)¹⁴ e o Instituto Escuta Ativa¹⁵.

A importância de se dar voz às vítimas se reflete nos relatórios oficiais. Segundo dados do Ministério Público do Estado de Goiás, durante o escândalo envolvendo João de Deus, foram registradas 596 denúncias, identificando 255 vítimas. Dessas, 23 tinham idades entre 9 e 14 anos, 28 entre 15 e 18 anos, e 70 pessoas tinham de 19 a 67 anos. O início dessa série de crimes, conforme relatado aos Promotores de Justiça, remonta a 1973 (Martins & Moraes, 2018).

Entre os anos de 2016-2018, o Disque 100¹⁶ registrou 462 denúncias relacionadas a abuso do poder religioso, dentre as quais 167 vítimas (36,14%) relataram abuso sexual (Fonseca, 2019).

É possível que persista no imaginário social, apesar do grande número de denúncias de abusos em meios religiosos, a ideia de que a probabilidade de atos vis contra as mulheres nesses locais é algo pontual. Esse questionamento nos perpassa ao constatar o teor de propostas legislativas, como o Projeto de Lei n.º 3/2023, inspirado no movimento *#MeToo*, que recebeu o nome de “Não é Não” (Rosário, 2023). Esse dispositivo legal visa estabelecer um protocolo de prevenção e combate à violência contra a mulher. As regras serão aplicadas em locais como casas noturnas, boates, shows, eventos musicais com venda de bebidas alcoólicas e competições esportivas. No entanto, o projeto não contempla locais de eventos religiosos, que não serão afetados caso as novas regras sejam aprovadas (Lima, 2023).

¹³ MovAya - https://linktr.ee/Movimento_Aya

¹⁴ Contra Abuso Religioso - <https://www.instagram.com/badarotatiana/>

¹⁵ Instituto Escuta Ativa - <https://www.instagram.com/institutoescutaativa/>

¹⁶ Disque 100 é um dispositivo oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que acolhe denúncias em anonimato, 24hs por dia, durante os 7 dias da semana.

Com base nos dados sobre as denúncias de abuso sexual em contextos religiosos, fica evidente a importância de o legislativo colocar em foco essa questão e criar mecanismos para que as vítimas possam denunciar com segurança. Devido ao medo e à falta de legislação específica, muitas vítimas podem se sentir desencorajadas a denunciar.

Para ampliar nossa compreensão sobre o tema, é fundamental explorar os aspectos do trauma psicológico decorrente de abusos sexuais, bem como suas implicações psíquicas. Com o objetivo de investigar mais a fundo essa análise, buscou-se examinar o trauma em suas diversas dimensões e as consequências para a saúde mental das vítimas.

3. Reflexões sobre o trauma e suas repercussões

O termo "trauma" tem origem na palavra grega τραῦμα, que significa 'ferida', derivada por sua vez do termo grego "τραυματόν" (que significa "perfurar"). Esse conceito pode ser descrito como uma lesão com abertura. Dessa forma, o trauma engloba uma variedade de danos resultantes de atos violentos, podendo ser físicos ou químicos, externos ao organismo. Essas lesões abrangem desde ferimentos leves, como arranhões e pequenos cortes, até casos mais graves, como hemorragias e comprometimento de órgãos vitais. Dependendo da gravidade, e da rapidez no tratamento, o trauma pode levar ao óbito ou a sequelas graves, afetando a saúde geral e o bem-estar da pessoa. Ele tem o potencial de acarretar consequências agudas tanto físicas quanto psíquicas (Klautau et al., 2016; Laplanche & Pontalis, 1967/ 2001; Medeiros & Fortes, 2020).

Entretanto, somente no final do século XIX, Pierre Janet e Sigmund Freud começaram a articular as primeiras descrições e implicações clínicas de eventos traumáticos. Isso inclui suas consequências físicas e psíquicas para os sujeitos afetados (Jones & Cureton, 2014).

Embora o trauma psíquico seja comumente associado a situações extremas, como desastres naturais, guerra ou violência física, ele também pode ser resultado de experiências do dia a dia. Isso acontece quando essas experiências são percebidas como ameaçadoras e incontroláveis (Herman, 1992). Por exemplo, episódios de bullying, abuso emocional, negligência na infância ou vivências de discriminação e preconceito podem causar trauma psicológico (Felitti et al., 1998).

Dessa forma, o trauma psíquico é uma resposta emocional intensa a um evento ou uma série de eventos que ultrapassam as capacidades adaptativas do indivíduo, seja por sua intensidade, repetição ou pela situação de vulnerabilidade do sujeito. Marcado por sensações de impotência, medo e insegurança. A natureza traumática do evento não é determinada, necessariamente, pela gravidade do incidente em si, mas pela experiência subjetiva do indivíduo e a sua capacidade de processar o ocorrido (Kolk, 2015).

No entendimento do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* - DSM-5 (American Psychiatric Association, 2013), as experiências traumáticas

podem abranger uma ampla variedade de situações. A ocorrência de eventos avassaladores pode ter efeitos duradouros ou temporários na saúde mental e física de uma pessoa. Em consonância com Kolk (2015), essas sequelas variam conforme os recursos internos do indivíduo e a receptividade do ambiente. Recorrer a um atendimento especializado, se necessário, é crucial e deve ser procurado o mais breve possível.

O DSM-5 (2013) faz um adendo para situações muito estressoras ao psiquismo, com a “exposição a episódio concreto ou ameaça de morte, lesão grave ou violência sexual em uma (ou mais) das seguintes formas: vivenciar diretamente o evento traumático, ou testemunhar pessoalmente o evento traumático ocorrido com outras pessoas” (p.271). Essas experiências podem levar ao desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) que pode ocorrer após a exposição aos eventos traumáticos, supracitados e também situações de guerra, desastres naturais ou acidentes graves.

O TEPT, configura-se na categoria dos transtornos de ansiedade, e deve haver exposição direta, testemunho ou experiência indireta de eventos traumáticos como: “saber que o evento traumático ocorreu com familiar ou amigo próximo. Nos casos de episódio concreto, ou ameaça de morte envolvendo um familiar, ou amigo, é preciso que o evento tenha sido violento ou acidental” (p.271).

É importante notar que situações estressantes que não representam uma ameaça imediata à vida ou à integridade física, como estressores psicossociais (por exemplo, divórcio ou perda de emprego), não são consideradas para diagnosticar TEPT, de acordo com definição do DSM-5 (2013).

Conforme o exposto há uma ligação intrincada entre o trauma psicológico e a violência sexual, dada a magnitude do impacto que esses atos violentos podem exercer sobre a saúde mental das vítimas, particularmente mulheres (Fergusson et al., 1996). Os crimes sexuais, que englobam um espectro de comportamentos abusivos e não consentidos - variando do assédio verbal até o estupro -, figuram como uma das principais causas de trauma psicológico na população feminina (Campbell et al., 2009).

Essas formas de agressão, profundamente traumáticas, podem deixar marcas indeléveis nas vítimas, tanto físicas quanto psicológicas. No entanto, é importante ressaltar que nem todas as pessoas serão afetadas da mesma maneira.

Esse tipo de trauma, enraizado na transgressão das fronteiras mais íntimas de um indivíduo, tem o potencial de gerar uma ruptura psíquica. O caráter violento e invasivo desse crime dá origem a uma série de consequências traumáticas de complexidade e devastação consideráveis. Na seção seguinte, exploramos mais esses aspectos, elucidando como eles se manifestam e afetam a vida das vítimas de violência sexual.

3.1. Consequências psíquicas da violência sexual em mulheres vítimas

O transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) é um dos desdobramentos mais comuns em mulheres vítimas de violência sexual

(Early, 1993). Este distúrbio é caracterizado por uma gama de sintomas físicos e psicológicos, manifestando-se quando a pessoa revive a situação traumática como se estivesse acontecendo novamente, com todas as emoções e sensações de angústia, ansiedade, dor e sofrimento presentes no momento do trauma (Kaplan & Sadock, 1990; Monson et al., 2016).

As consequências do acontecimento traumático só se estabelecem a posteriori. Ou seja, o traumatismo não se instala logo após o acontecimento traumático primevo, mas sim num segundo tempo. 'Só depois', quando a lembrança da cena, despertada geralmente por um traço [...] Sob essa ótica, traumatismo deve ser entendido como os danos psíquicos causados pelo acontecimento traumático resultante de uma violência externa (Klautau et al., 2016, p. 624).

O impacto da violência sexual é profundo e duradouro, pois esse crime viola não apenas a integridade física das vítimas, mas também sua dignidade e seu senso de segurança. A sensação de impotência, medo e insegurança é frequentemente avassaladora para as vítimas, constituindo a essência do trauma psicológico (Resick & Schnicke, 1992).

O grau de dano resultante da violência sexual é influenciado por diversos parâmetros: a duração da situação abusiva, a gravidade da violência física e

psicológica aplicada, e o grau de intimidade entre o agressor e a vítima. O prejuízo psicológico é intensificado quando a vítima é coagida a guardar segredo, especialmente quando existe uma relação próxima com o agressor. O apoio psicossocial é fundamental para mitigar os danos causados (Almeida-Prado & Féres-Carneiro, 2005; Almeida-Prado & Pereira, 2008; Early, 1993; Monson et al., 2016).

Em conformidade, com os autores previamente mencionados, as vítimas frequentemente experimentam efeitos como ansiedade e depressão, comportamentos autodestrutivos, baixa autoestima, abuso de substâncias e tendência ao isolamento ou à revitimização são comuns em vítimas de violência sexual. Estratégias de evitação e exposição repetida ao trauma são adotadas por pessoas vitimadas, muitas vezes, evitando relações íntimas, ou se colocando em situações de risco.

A ambiguidade dos limites intersubjetivos na violência sexual pode levar a sentimento de culpa, vergonha, humilhação, traição, dissociação e repetição traumática. A experiência torna-se ainda mais complexa quando a vítima tem sua palavra ou experiência questionada, o que contribui para a fixação do trauma, dificultando o processo de cicatrização, das feridas psíquicas, profundas deixadas na vítima (Almeida-Prado & Féres-Carneiro, 2005).

Outro ponto específico do trauma sexual relacionado à religiosidade é abordado por profissionais especializados em casos de abusos no âmbito da fé. Eles destacam a relevância desse tema, apontando que essa experiência traumática não apenas afeta significativamente vários aspectos da vida das vítimas, mas também incide sobre a esfera espiritual. Essa discussão levanta questões pertinentes à violência espiritual, trauma religioso e trauma espiritual, sublinhando a complexidade desses desafios enfrentados pelas pessoas que passam por situações de abuso no contexto religioso.

3.2. Violência espiritual e trauma espiritual/religioso

Tobin (2019), usando a metodologia feminista de Jaggar ¹⁸, elucida o conceito de "violência espiritual" criado por cristãos leigos para descrever situações ultrajantes, no campo religioso, que humilham e rebaixam os indivíduos, estando estreitamente relacionado aos abusos de poder clerical baseados em um modelo patriarcal.

Essa forma de religiosidade traumática apresenta semelhanças a violência psicológica, na qual líderes religiosos atacam a esfera espiritual dos indivíduos, por meio de violações e ameaças, impactando suas habilidades afetivas e cognitivas de se conectar com divindades pacificadoras e amorosas, podendo ser vivenciadas como vingativas e cruéis por aqueles que fogem das normas estabelecidas pela instituição (Tobin, 2019).

Em alguns ambientes cristãos, há uma visão extremamente nociva que retrata as mulheres, como espiritualmente indignas, responsáveis pelos pecados da carne, as descendentes de Eva. Um local que utiliza esse tipo de argumentação abusiva, que por si só já configura uma violência de gênero, pode facilitar que abusadores usem esse artifício para cometer seus crimes. Isso pode causar perturbação psíquica às vítimas, indo contra as expectativas de um ambiente de comunhão com a fé, sendo desvirtuado por aqueles que deveriam ser uma fonte segura de apoio, traindo a confiança das fiéis que veem na liderança um intermediário entre suas crenças e o divino.

Panchuk (2018) discute que a exposição à violência extrema em ambientes de religiosidade pode levar ao desenvolvimento de um “trauma religioso”, caracterizado por sentimentos de descrença, medo e desconfiança em relação às instituições espirituais. O trauma religioso terá variações de acordo com o dano, duração e repetição, e levando-se em consideração o momento do desenvolvimento humano das vítimas.

¹⁸ A metodologia feminista de Jaggar enfatiza a importância de uma análise crítica das estruturas de poder e a inclusão das perspectivas das mulheres e grupos marginalizados na pesquisa e no discurso acadêmico. Ela busca desafiar as normas dominantes e oferecer uma visão mais inclusiva e transformadora das questões de gênero e justiça social. Algumas diretrizes do método: reflexividade, interseccionalidade, participação e voz ativa feminina, análise crítica das estruturas de poder, metodologia participativa (as pesquisadas colaboram ativamente na pesquisa) e compromisso ético feminista (Jaggar, 1997; Linton 1997).

Psicólogas feministas enfatizam que o trauma pode se tornar crônico quando resulta da combinação de violência sexual em meios religiosos, com a acumulação de experiências traumáticas diárias de racismo, sexismo, hierarquia social e heterossexismo. Embora as pesquisadoras tenham focado em religiões cristãs, elas destacam que esse fenômeno pode ocorrer em quaisquer locais que se professe uma fé, com maior probabilidade naqueles que compactuam com relações de gênero assimétricas (Tobin, 2019; Panchuk, 2018).

Prusak e Schab-Przybycień (2021) compreenderam que essas experiências de violência em ambientes religiosos geram uma luta no sujeito em três esferas: interpessoal, intrapsíquica e relacional com o Divino. O afeto que emerge nas vítimas é um profundo caos interno.

Flynn (2008) realizou uma pesquisa com mulheres vítimas de abuso sexual e religioso e constatou que 72% delas se sentiam presas na situação de violência, e a maioria se sentia responsável pelo início dos abusos, enfrentando uma batalha interior entre a vergonha e a culpa, que fez com que se silenciassem. E quase todas, que revelaram, se defrontaram com o desmentido de suas vivências.

O trauma espiritual, afetou as relações sociais e, se o meio familiar for muito religioso, tende a culpabilizar a vítima e exige que ela se silencie sobre o caso, em prol da congregação. De acordo com o estudo, o efeito na religiosidade foi tão tóxico que passou a ser chamado de “violência espiritual”, gerando uma culpabilidade aflitiva e um pavor paralisante com a perda da “identidade espiritual” que proporcionava um sentimento de segurança transcendental, onde Deus representava um alívio para os momentos difíceis ao longo do desenvolvimento humano, atuando como uma imagem de um bem-estar “biopsicossocial-espiritual” da natureza humana. (Doyle, 2009; Kusner & Pargament, 2015; Tobin, 2019).

A violência sexual, independentemente do contexto em que ocorre, pode acarretar graves repercussões para a saúde e o desenvolvimento integral das vítimas, deixando um profundo sentimento de desamparo psicológico e social. Ao examinarmos os possíveis efeitos desse trauma sobre a saúde mental, é importante considerar sua influência ao longo do tempo.

Com o propósito de esmiuçar os efeitos do trauma sexual na subjetividade das vítimas, iremos recorrer a algumas contribuições da teoria psicanalítica que oferece uma perspectiva singular sobre o funcionamento psíquico diante de situações extremas de violência. Em seguida, abordaremos o trauma sexual segundo a psicanálise e o conceito de desmentido, que pode estar envolvido na negação ou minimização da experiência traumática tanto por parte das vítimas, quanto pelo meio social.

3.3. Psicanálise: trauma sexual, desmentido e confusão de línguas

A psicanálise começou a se debruçar acerca das experiências sexualmente traumáticas, a partir dos textos: “Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar”, “Estudos sobre a histeria” Breuer e Freud (1893/1895/1996), “As neuropsicoses de defesa” e na “A etiologia da histeria” Freud (1894/1895/1996). Com esse aporte teórico, derivado dos atendimentos clínicos que apareciam na época e não se tinha base orgânica que os explicassem, iniciou-se a investigação dos sintomas relacionados à histeria. Esse diagnóstico teria relações com vivências traumáticas de cunho sexual, especialmente em fases iniciais da vida dos pacientes.

Essa hipótese, considerada ousada para a sociedade puritana e conservadora da época, foi recebida com grande contrariedade pela comunidade científica. Essa forma de censura representou um grande desafio. Era necessário superar o desmerecimento acadêmico para que os potenciais estudos pudessem se desenvolver (Herman, 1992).

No entanto, posteriormente, Freud (1897/1996) revisou sua teoria da sedução, diante do grande número de pacientes que apresentavam sintomas e memórias de natureza sexualmente abusivas, ele começou a questionar a veracidade desses acontecimentos, ponderando se eram fatos reais ou parte de fantasias inconscientes. Assim, ele começou a compreender a potência das fantasias e a conceituar a "realidade psíquica" e seus impactos na realidade factual e no bem-estar de seus pacientes.

O marco dessa mudança foi a Carta 69 para Wilhelm Fliess, datada de 21 de setembro de 1897, que foi organizada para publicação por Masson (1986). Nela,

Freud relata que não acredita mais em sua teoria da sedução para explicar as psiconeuroses, uma vez que concluiu que a sedução infantil efetiva não estaria sempre presente na constituição do trauma psíquico e sim que poderia ter origem em fantasias inconscientes. Um ponto que ele menciona no escrito é: “[...] o conhecimento seguro de que não há indicações de realidade no inconsciente, de modo que não se pode distinguir entre a verdade e a ficção que foram catexizadas pelo afeto” (Freud, 1897, p. 265-266).

A ampliação da noção de realidade concreta e fantasiosa foi controversa, uma vez que não era possível afirmar que todas as pessoas que buscavam ajuda e relatavam abusos sexuais estavam lidando apenas com a realidade psíquica. Muitos pacientes de fato enfrentaram diferentes tipos de abuso, e eventos que deixaram marcas psicológicas e afetaram o desenvolvimento dos sujeitos (Masson, 1984).

Era um ponto de vista reconfortante para a sociedade, pois a interpretação de Freud – de que a violência sexual que afetava tanto as vidas das suas pacientes era apenas fantasia – não representava nenhuma ameaça à ordem social existente. Assim, os terapeutas podiam continuar do lado dos poderosos e dos bem-sucedidos, e não das vítimas infelizes da violência familiar. Contestar a base dessa acomodação era visto como algo mais do que uma investigação histórica; ameaçava questionar o próprio edifício da psicoterapia (Masson, 1984, p.XXI -XXII).

Ferenczi (1932/1992), contemporâneo e seguidor de Freud, é um importante teórico da psicanálise que dedicou grande parte de sua obra ao estudo do trauma. Ele tinha suas restrições em relação a essa mudança na abordagem psicanalítica. Sua pesquisa enfatizou o abuso sexual e a compreensão dos possíveis impactos do trauma psíquico, especialmente no que se refere à descredibilização das palavras da vítima. Quando as vítimas relatam suas experiências de abuso para terceiros ou instituições, suas palavras podem ser invalidadas.

O psicanalista introduziu novas reflexões e questionamentos, indo além da perspectiva freudiana, ampliando nossa compreensão da psicanálise e da dinâmica da mente humana. Em sua visão, experiências que geram grande comoção no psiquismo, e ultrapassam a capacidade de significação, podem se tornar retraumatizantes se não forem tratadas e ouvidas com sensibilidade. "O 'choque' é

equivalente à aniquilação do sentimento de si mesmo, da capacidade de resistir, agir e pensar (...) A consequência imediata de cada traumatismo é a angústia" (Ferenczi, 1932/1992, p.109-110).

Explorando esses aspectos, a discussão se aprofunda, tornando-se mais complexa em relação às questões intrapsíquicas e intersubjetivas¹⁹, com suas nuances e os desafios inerentes à compreensão da natureza humana . Segundo Ferenczi (1932/1992), o ambiente pode atuar tanto como facilitador quanto como dificultador do desenvolvimento psíquico humano. Em casos de violência sexual, o trauma se agravaria quando a vítima, cujo psiquismo foi invadido por situações violentas, não consegue simbolizar o horror vivido e tem suas palavras e percepções colocadas em dúvida, adentrando o território do desmentido.

Nessas situações, as possíveis consequências quando o ambiente que deveria acolher desqualifica a experiência traumática são a anulação do significado, a incapacidade de elaboração pelo aparelho psíquico da violência sofrida, a fixação do trauma na psique e o silenciamento da pessoa que, desamparada, muitas vezes duvida de sua própria percepção dos fatos, podendo chegar a negar para si mesma, como forma de lidar com a situação contraditória e confusa da vivência/não vivência. A experiência é frequentemente interpretada pelo meio como uma fantasia ou uma interpretação errônea dos fatos (Ferenczi, 1932/1992).

No diário clínico de Ferenczi (1932/1933/1991, p. 19), ele observa que "o processo que ocorre naquele que sofre uma agressão por uma força esmagadora: o agredido, cujas defesas são vencidas, abandona-se de certa forma ao seu destino inevitável e retira-se de si mesmo para observar o evento traumático de uma grande distância. Nessa posição de observador, ele pode eventualmente considerar o agressor como doente, como alguém insano, e às vezes pode até tentar tratá-lo, curá-lo."

A incompreensão ou a negação dos fatos por parte de terceiros afeta a capacidade de percepção e julgamento da vítima, levando a uma sensação de

¹⁹ O conceito de "intrapsíquico" se refere à parte interna da subjetividade dos sujeitos, englobando as pulsões, os conflitos internos, os impulsos, os mecanismos de defesa e as fantasias. Por outro lado, o conceito de "intersubjetivo" se relaciona com a parte externa dos indivíduos, abrangendo as interações com objetos (pessoas/instituições), os vínculos afetivos, os processos de identificação, as trocas com o meio através de comunicações e ações (Green, 2005).

irrealidade. Portanto, a inserção nessa situação de não validação, além de desestruturante, configura-se como um novo trauma, adicionando mais uma violência ao sujeito. "O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada (...); é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico" (Ferenczi, 1932/1992, p.79).

Para Figueiredo (2000) e (Kupermann (2015), em seus estudos, concordam com a proposta de Ferenczi: para eles o desmentido é a desautorização das palavras da vítima pode apontar para outro trauma, pois resulta de uma equação prejudicial: o relato de uma experiência real que é negado por outra pessoa ou instituição. Com isso, o psiquismo da vítima se vê novamente invadido pelo horror decorrente de mais um excesso de energia que o sujeito não é capaz de representar. A pessoa vê suas tentativas de reparação minadas e ocorrem, para além dos traumas físico e psicológico dos quais já foi vítima, dois momentos de revitimização: o choque ao receber uma resposta do meio que não acolhe a verdade e a constatação da negação de sua dor (Alves, 2018; Knobloch, 1998; Osmo & Kupermann, 2012).

A zombaria, somada à exposição ao ridículo e à negação da vivência traumática, produz na pessoa vitimada, que é o lado mais vulnerável da relação, uma incerteza em relação a si mesma e à percepção dos fatos ocorridos. "Quem sofre as consequências desestruturadoras de uma violência negada é sempre a parte mais vulnerável, que aceita a palavra do outro como verdade, em detrimento de qualquer apoio nos fatos percebidos como realidade pelo próprio sujeito" (Arreguy & Montes, 2019, p.256).

Neste ponto, busca-se estabelecer um paralelo entre o trauma sexual abordado por Ferenczi (1932/1992), em relação às crianças, e o que ocorre com adultos vítimas de violência sexual em um contexto de proteção, tal como o de uma instituição religiosa. Com isso, pretende-se demonstrar como os mecanismos psíquicos envolvidos nessas situações são semelhantes, apesar das disparidades de idade e maturidade.

No ambiente religioso, espera-se que os fiéis busquem a linguagem do amor fraternal, unidos por uma grande família com seus pares que congregam da mesma fé, geralmente liderados por uma pessoa em quem confiam, que irá guiá-los na conexão com o divino e o mundo transcendental. Com estes artifícios, lideranças

perversas podem responder a esse afeto de maneira sexualizada e perpetrar diversos abusos.

No influente ensaio "Confusão de Língua entre os Adultos e a Criança (A Linguagem da Ternura e da Paixão)" de Ferenczi (1932/1992), o autor explora a complexa dinâmica presente na comunicação abusiva entre adultos e crianças. Este trabalho foi inicialmente apresentado pelo autor em 1932, durante o XII Congresso Internacional de Wiesbaden, enfrentando forte oposição por parte de Freud. A resistência estava associada à ressurgência da teoria da sedução na psicanálise, um tema que havia sido motivo de divergências entre os dois teóricos e que eventualmente levou a uma ruptura na amizade de longa data entre eles (Figueiredo, 2000; Masson, 1984).

No cerne de seu ensaio, Ferenczi (1932/1992) destaca a interação entre o infante e sua expressão caracterizada por ternura, inocência e genuíno afeto. No entanto, ele observa que algumas respostas de adultos a essa demanda por cuidado e afeição podem ser manifestações de violência sexual, representando uma erotização da inocência infantil. O autor sugere que "adultos com tendências psicopatológicas, particularmente aqueles cujo equilíbrio mental foi afetado por infortúnios ou pelo uso de substâncias tóxicas, podem confundir as brincadeiras infantis com desejos de natureza sexual, levando-os a se envolver em atos sexuais sem considerar as implicações" (p. 102).

Esse disparate de linguagens, conforme apontado por Ferenczi (1932/1992), resulta em uma avalanche de terror para a criança, que não tem recursos para compreender tais ações. O autor adverte que essa experiência pode dar origem a um trauma patogênico na criança, carregado de sentimento de culpa e vergonha, exacerbados pelo silenciamento imposto pelos adultos abusivos. Através de ameaças diversas, incluindo a intimidação, de que ninguém acreditará nelas: "medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas" (Ferenczi, 1932/1992, p.102).

Não é incomum após os abusos, o agressor infligir à vítima rígidos padrões morais e religiosos, com intuito de salvar a alma dos indefesos. Essas vivências geram uma grande confusão psíquica que tem o potencial de comprometer

profundamente todo o desenvolvimento infantil (Abras, 2014; Mendes & França, 2012).

Nesse sentido, o trabalho de Ferenczi (1932/1992) expõe a importância crucial de compreender e abordar de forma sensível às complexidades da comunicação entre adultos e crianças, especialmente quando se trata de expressões de afeto e a proteção do bem-estar psicológico. Ele alerta que essas situações não ocorrem de forma isoladas ou em ambientes externos, mas ao contrário em sua grande maioria, são em locais que deveriam proporcionar segurança e confiança. Segundo suas palavras:

Em primeiro lugar, pude confirmar a hipótese já enunciada de que nunca será demais insistir sobre a importância do traumatismo, e, em especial, do traumatismo sexual como fator patogênico. Mesmo crianças pertencentes a famílias respeitáveis e de tradição puritana são, com mais frequência do que se ousaria pensar, vítimas de violências e de estupros. São ora os próprios pais que buscam um substituto para suas insatisfações, dessa maneira patológica, ora pessoas de confiança, membros da mesma família (tios, tias, avós), preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância e da inocência das crianças (Ferenczi, 1932/1992, p. 101).

Ressalta-se que existem assimetrias no desenvolvimento humanos, nas esferas biopsicossociais, entre adultos e crianças de acordo com a evolução de cada fase (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Os adultos que sofrem abuso sexual em um contexto religioso têm mais recursos do que as crianças para lidar com a violência, mas isso não significa que eles não sejam afetados psicologicamente. Eles podem romper o vínculo com a instituição ou com o agressor, buscar apoio jurídico ou social, denunciar o crime ou procurar ajuda terapêutica.

As crianças, por outro lado, dependem dos seus cuidadores para protegê-las e acolhê-las, e muitas vezes não têm voz nem compreensão do que está acontecendo. No entanto, os recursos dos adultos nem sempre são suficientes para evitar as consequências do trauma, como a perda de confiança, a culpa, medo, humilhação, constrangimento, tabu e vergonha (Panchuk, 2018; Santos & Jaeger, 2018).

Além disso, os adultos que são vítimas de abuso sexual em um ambiente religioso enfrentam um conflito entre a sua fé e a sua experiência, o que pode gerar uma crise existencial ou uma ruptura com o sagrado (Prusak & Schab-Przybycień, 2021). Por isso, é importante reconhecer que o abuso sexual, é uma violência que atinge tanto as crianças quanto os adultos, e que ambos precisam de acolhimento e tratamento adequados.

Freud (1917/1920/1996), ao longo de sua trajetória, reexaminou suas observações em relação ao trauma sexual, e que eventos dessa natureza consequências significativas na vida da pessoa afetada pelo excesso de angústia, levando a uma dissociação entre a experiência sensorial e a representação psíquica. Isso se manifesta em sintomas como ansiedade, depressão e perturbações sexuais.

Destacamos que, diante do tema pesquisado nesta dissertação, os estudos psicoterapêuticos não adotaram a perspectiva da clínica do desejo. Em vez disso, voltaram-se para a clínica do traumático²⁰, que requer capacitação específica para lidar com as complexidades e necessidades das pessoas que enfrentaram situações traumatizantes. Essa abordagem busca fornecer suporte adequado, possibilitando uma jornada de simbolização das vivências de horror (Caillot, 2022).

À medida que exploramos o árido terreno da violência sexual, à luz da perspectiva ferencziana e seus interlocutores, avançamos nossa compreensão sobre o trauma. Dessa forma, incorporamos brevemente, as evoluções freudianas sobre o trauma. O mecanismo de defesa da clivagem. E o conceito de trauma cumulativo de Khan (1963/1984). Essas concepções não apenas enriquecem nossa análise, mas também oferecem *insights* acerca dos estímulos angustiantes e suas repercussões psíquicas.

²⁰ **A clínica do desejo** [...] veem-se em ação o recalque, a simbolização, **a ambivalência** caracterizada por formações não oponíveis, mas conciliáveis; o objeto transicional de Winnicott e o brincar são bons exemplos. Nessa clínica do desejo também está presente a ambivalência, caracterizada por formações (amor, ódio) opináveis e conciliáveis. O intrincamento pulsional está acabado. O conflito é intrapsíquico e os sonhos são sonhos de desejo[...] ela se situa no oposto da do traumático. **A clínica do traumático** [...] ocupa o registro do assassinato, do incesto e da incestualidade. É a do agir – que implica um trabalho psíquico, muitas vezes difícil, de transformação da ação em fantasia – é também a clínica da exportação dos afetos e da **paradoxalidade** onde as **formações antagônicas** não são opináveis nem conciliáveis. (Caillot, 2022, grifo do autor, p. 189-190).

3.4. Clivar para suportar: mecanismo de defesa e o trauma cumulativo

O conceito de clivagem do ego teve inúmeras interpretações, tais como “clivagem da consciência”, “clivagem psíquica” e etc., de acordo com Laplanche e Pontalis (1967/2001). Segundo eles, “ A noção de clivagem do ego é definida por Freud principalmente nos artigos Fetichismo (1927), A divisão do ego no processo de defesa (1938) e em Esboço de psicanálise (1938), no quadro de uma reflexão sobre as psicoses e o fetichismo”p.66-67. Contudo, neste estudo, focamos na perspectiva Ferencziana (1932/1992), que compreende a clivagem como um mecanismo de defesa resultante de em uma fragmentação do ego.

As vítimas de violência sexual podem experimentar a clivagem como uma estratégia para lidar com o trauma, separando a parte de si mesmas que vivenciou o evento traumático do restante do seu eu. A clivagem do ego e a capacidade de reintegração, dependerão significativamente da qualidade das respostas do ambiente. É por meio das reações de validação ou invalidação no jogo intersubjetivo que se desenvolvem as respostas emocionais, com melhor ou pior prognóstico para o tratamento das questões psíquicas decorrentes de abusos sexuais (Ferenczi, 1932/1992).

Em conformidade com este entendimento Klautau et al. (2016) reforçam: “O desmentido é experimentado como violação, disparando o dispositivo da clivagem a partir da qual se observaria, simultaneamente, duas partes da personalidade em ação: uma estaria preservada, pois tudo sabe, mas nada sente; ao passo que a outra parte encontrar-se-ia destruída, destituída de valor por falta de confiança nos próprios afetos” (p. 629).

Sem a resposta do meio e um tratamento adequado, pode-se gerar um traumatismo psíquico, como descrito por Ferenczi e interpretado por Bokanowski (2005), que se refere aos efeitos duradouros do trauma na vítima. No contexto da violência sexual contra as mulheres, o traumatismo pode manifestar-se como uma paralisia psíquica que perturba gravemente a organização da economia pulsional, a simbolização e, conseqüentemente, a autonomia do ego. Isso pode resultar em dificuldades de longo prazo, incluindo dificuldades de relacionamento e baixa autoestima, destacando assim a importância das interações e da resposta ambiental para mitigar os impactos negativos.

Ao pesquisarmos acerca do tema deste trabalho, recorreremos também à perspectiva de Khan (1963/1984) e sua concepção de “trauma cumulativo”, que é descrito como vivências de tensão e angústia sentidas pelo bebê devido às falhas repetidas do ambiente/cuidador, que não consegue fazer a barreira protetora. Segundo essa visão, a soma de situações traumáticas resulta das repetidas falhas do ambiente em fornecer o suporte necessário ao indivíduo. Sob essa ótica, pode-se associar as vivências de eventos traumáticos à abertura de fissuras que deixam suas marcas.

Nessa conjectura, o caráter patogênico não emerge imediatamente durante a ocorrência do evento, isto é, quando as fissuras são criadas, mas sim se manifesta pela repetição e pelo acúmulo de pequenas rachaduras de maneira silenciosa e quase imperceptível. A acumulação dessas dores ao longo do tempo, implica que o aspecto traumático só se revele depois que os efeitos patogênicos das rachaduras acumuladas se manifestam.

Para Klautau (2017), a concepção de trauma cumulativo (Khan, 1963/1984) e as expressões do sofrimento psíquico resultantes do conceito do desmentido (Ferenczi, 1932/1992) encontram interlocução. Ao longo do tempo, o sujeito pode acumular gradualmente feridas psicológicas provenientes do não reconhecimento social e da negação dos efeitos decorrentes de situações de violência e vulnerabilidade.

Ao analisarmos os relatos das mulheres vítimas de violência sexual, observamos um processo progressivo, marcado pela repetição de violências diversas, que vão desde a sexual até a moral e desvalidação, propiciando a abertura de tais feridas. O acúmulo desses traumas torna-se prejudicial quando sentimentos de humilhação, vergonha e a ausência de reconhecimento tornam-se elementos constitutivos do sujeito. Esse cenário compromete a habilidade da vítima de interagir com o ambiente, minando sua capacidade de reconhecer suas potencialidades e de encontrar apoio em suas próprias percepções (Klautau, 2017).

Ao encerrarmos nossa análise sobre os diversos enfoques sobre o trauma, buscamos estabelecer uma interlocução entre a Psicanálise e a “Recusa de reconhecimento”, conforme proposto por Honneth (2011). Essa abordagem permitiu entrelaçar as ideias apresentadas, destacando a importância do

reconhecimento social diante das violências e traumas, desempenhando um papel crucial na promoção da saúde mental e na ampliação ou limitação do potencial do sujeito.

3.5. A recusa de reconhecimento: Um diálogo com a Psicanálise

O filósofo e sociólogo Honneth (1992/2011) introduz o conceito de "recusa de reconhecimento", argumentando que o reconhecimento é uma necessidade vital para o desenvolvimento humano. Ele destaca que a recusa do reconhecimento não é apenas uma questão individual, mas também uma questão social e política à qual os sujeitos enfrentam.

Seguindo essa construção teórica, o reconhecimento nas esferas do amor, do direito e da solidariedade são essenciais para o desenvolvimento da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima. A falta de reconhecimento nessas áreas pode levar à morte psíquica, morte social e à humilhação (Honnert, 2011).

Partindo deste ponto, o não reconhecimento ou o reconhecimento estigmatizante podem ser prejudiciais, impedindo o indivíduo de perceber suas próprias potências de vida e limitando sua participação plena na vida social e política. Por exemplo, uma pessoa que expõe desmandos institucionais, revelando crimes e abalando convicções, muitas vezes, em vez de encontrar a solidariedade no meio social, é rechaçada, ficando em uma posição paradoxal de marginalidade (Honnert, 2011).

O estudioso observou possíveis consequências desse não reconhecimento, como nas esferas dos direitos legais e políticos, resultam em um tratamento desqualificatório e injusto (Honnert, 2011).

Muitas vítimas de diversas violências, incluído em meios religiosos, se encontram nessa posição que mina suas esperanças de serem ouvidas, optando em se preservar do acúmulo de mais vivências traumatizantes, ficando sem o reconhecimento legal que deveria zelar pelos seus direitos e não compactuar com o descrédito, fortalecendo uma rede que se protege na impunidade.

Gondar (2012) amplia essa discussão para o campo psicanalítico-político, relacionando o conceito de desmentido de Ferenczi (1932/2012) com a recusa de

reconhecimento de Honneth (1992/2011). Ela propõe uma análise política dos conceitos ferenczianos, tentando ampliar as noções de trauma e desmentido para o campo social.

Nesta reflexão o pensamento de Ferenczi se revela surpreendentemente atual. Ele nos mostra a importância do reconhecimento e os efeitos do desmentido, revelando a precariedade que funda a nós mesmos e que se encontra na base de nosso laço social. Longe de reduzir-se a uma história familiar, o desmentido expõe, tanto na criança traumatizada pela hipocrisia dos adultos quanto no sujeito traumatizado pela violência social, uma mesma vivência de aniquilamento. Isso nos permite ver o quanto a salvaguarda da vulnerabilidade primária de todos os sujeitos se constitui numa questão ética, sendo o trauma uma consequência inevitável quando este cuidado não é efetivado. (Gondar, 2012, p 207-208).

Como exposto, Ferenczi (1932/2012) vê o desmentido como uma falha do ambiente em validar e dar sentido às experiências do indivíduo, com um impacto traumático. Ele utiliza o exemplo da sedução de uma criança por um adulto para ilustrar esse ponto. Nesse caso, o que é traumático não é apenas o ato em si, mas a falta de validação do sofrimento da criança.

Em resumo, tanto o desmentido em Ferenczi quanto a recusa de reconhecimento em Honneth (1992/2011), bem como a trauma cumulativo de Khan (1963/1984), segundo as análises de cada autor, podem ser vistos como aspectos traumáticos que interferem no desenvolvimento humano e suas potencialidades. Quando o não reconhecimento se torna uma característica que define a pessoa em seu meio social, mais próximo e na sociedade em geral, é extremamente deletério, impossibilitando o gozo dos direitos a uma vida plena e saudável, onde sua voz é ouvida e considerada.

É importante a valorização e o respeito das vivências traumáticas e dar visibilidade ao sofrimento resultante dessas experiências. Este é um passo crucial para qualquer estratégia de ressignificação, a validação do outro se torna uma via para a simbolização, diminuição do sofrimento e potência para que mais crimes encobertos venham à tona.

Nesse cenário, mulheres que passaram por essas experiências precisam contar com um espaço seguro e acolhedor, acompanhadas por profissionais capacitados na elaboração psíquica do evento traumático. Essa abordagem visa promover a integração da experiência sensorial com a representação na psique, auxiliando-as a desenvolver recursos internos para lidar com as consequências emocionais do trauma. Busca-se compreender a dimensão intrapsíquica e intersubjetiva do trauma sexual, proporcionando espaço para a expressão e colaborando na construção de uma narrativa que permita integrar o evento traumático à sua história de vida.

Encerrando esta seção teórica, os estudos psicanalíticos, que compõe essa fundamentação, destacam que o trauma sexual impacta tanto no intrapsíquico, assim como nas exterioridades das relações da pessoa vitimada, tornando-se uma questão social, relacional e cultural. Conforme salientado por Pereira e Carvalho (2017), a violência sexual é um fenômeno que coloca em evidência as influências de costumes culturais machistas. Essas práticas, ao objetificar o corpo e a sexualidade, perpetuam os abusos sexuais como uma forma patriarcal de exercício de poder.

Essa compreensão naturalmente nos conduz às justificativas que fundamentaram nossa pesquisa. Ao investigar os complexos aspectos do trauma sexual em contextos religiosos e suas implicações tanto na esfera psíquica quanto na social, buscamos contribuir para uma visão mais abrangente dessas dinâmicas.

Capítulo 04

Justificativa

A pesquisa teve por objetivo explorar um campo de estudo complexo e pouco estudado: a interseção entre a violência sexual em contextos religiosos, contra mulheres, e a dinâmica do desmentido proposta por Ferenczi, bem como as consequências psíquicas do abuso sexual nesses ambientes.

Para embasar nossa justificativa, em 2023, realizamos uma busca de trabalhos científicos nas seguintes bases de dados nacionais: Scielo Brasil, LILACS, Periódicos Capes e PePSIC. Além disso, consultamos material internacional nas bases *ScienceDirect*, *ResearchGate* e *APA PsycNet*. Os descritores utilizados para localizar as publicações em português foram: mulher, mulheres, violência sexual, abuso sexual, estupro, religião, igreja, líder religioso, meios religiosos e seita. Em inglês, utilizamos os descritores: *#metoo*, *#churchtoo*, *77onhe*, *women*, *sexual violence*, *sexual abuse*, *rape*, *religion*, *church*, *religious leader*, *religious environment* e *cult*. Os operadores booleanos “AND” e “OR” foram empregados para refinar as buscas.

Os critérios de inclusão para a seleção de artigos foram: publicações entre 2018 e 2023 em português e inglês, disponíveis na íntegra e abordassem o objetivo do estudo. Foram incluídos artigos, teses e capítulos de livros. A escolha de estudos dos últimos cinco anos teve como objetivo ressaltar a relevância do assunto em publicações recentes e enfatizar a importância da temática.

O resultado dessas buscas revelou nove trabalhos científicos, sendo dois deles brasileiros e sete de diversos países. Ao tentar adicionar os termos *deny*, *denial* e *denied* aos mesmos descritores, obtivemos um resultado nulo.

É inegável que o tema do trauma sexual é crucial e demanda atenção e investigação rigorosa. No entanto, ao voltarmos nossa análise nos contextos religiosos, onde a confiança e a fé desempenham um papel fundamental, nos deparamos com uma lacuna alarmante na literatura. A escassez de estudos que abordem as interações entre abuso sexual e instituições religiosas é notória, o que ressalta a urgência de uma pesquisa aprofundada nessa área.

A falta de pesquisas empíricas que explorem o conceito de desmentido e suas relações com o traumático em ambientes religiosos é igualmente evidente. O ato de desmentir é uma forma de silenciar e invalidar a experiência abusiva, e pode ter implicações profundas na recuperação e no bem-estar das vítimas. No entanto, sua aplicação e relevância específicas em contextos religiosos permanecem pouco examinadas, o que suscita a necessidade de uma investigação minuciosa.

Além disso, a ausência de políticas públicas afirmativas direcionadas às vítimas de violência sexual em ambientes religiosos é uma questão de grande preocupação. A compreensão da dinâmica única entre ambientes religiosos e o trauma sexual pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias de apoio mais eficazes e sensíveis às necessidades das vítimas.

A escassez de iniciativas nesse sentido refletem uma carência significativa no âmbito do legislativo de nosso país e ressalta a relevância de abordar essa lacuna por meio de uma pesquisa aprofundada e embasada.

Portanto, este estudo visou incentivar, mais produções acadêmicas/científicas por pesquisadores brasileiros, explorando as complexidades do trauma sexual em contextos religiosos sob a perspectiva do conceito do desmentido de Ferenczi.

A expectativa é que os resultados obtidos possam fornecer *insights* para a formulação de estratégias de intervenção, apoio e prevenção, contribuindo assim para uma compreensão dos traumas derivados das agressões sexuais nos espaços da fé.

Capítulo 05

Estratégias de investigação: integração de abordagens

Neste estudo, adotamos uma abordagem que combina análises quantitativas e qualitativas, proporcionando uma compreensão holística dos fenômenos sob investigação. Essa estratégia nos permitiu explorar tanto os aspectos mensuráveis quanto os contextuais e subjetivos, enriquecendo assim nossa apreensão do tema sensível que investigamos.

A principal base para a coleta de dados consistiu em entrevistas qualitativas. De acordo com Yin (2016), esse método facilita a conexão entre o pesquisador e os participantes, favorecendo uma escuta sensível e aberta aos conteúdos emergentes. Encorajamos o sujeito a utilizar suas próprias palavras para descrever suas experiências, o que possibilitou a coleta de material mais profundo e a extração das complexidades subjacentes às vivências do entrevistado.

5.1. Objetivo Geral: este estudo visa investigar os possíveis impactos psíquicos, em mulheres vitimadas sexualmente, em meios religiosos e, ainda, se foram desmentidas ou não ao revelar agressão.

5.2. Objetivos Específicos:

- 1 – Analisar a percepção de mundo das vítimas antes dos abusos.
- 2 – Descrever os principais sentimentos que emergiram quando foram abusadas em meios religiosos.
- 3 – Compreender os principais sentimentos que surgiram antes da decisão de revelar os abusos.
- 4 – Identificar os principais afetos que apareceram após a revelação.
- 5 – Investigar se houve alteração, na relação com a fé e religiosidade depois dos abusos.

6. Metodologia

6.1. Participantes

Participaram desta pesquisa 20 pessoas do gênero feminino, vítimas de abuso sexual em contextos religiosos, independentemente da idade em que ocorreu a violência, residentes no território brasileiro e faixa-etária acima de 18 anos no momento da entrevista. Como critério de exclusão, não foram considerados os dados de mulheres abaixo de 18 anos, de abuso que não tenha ocorrido no território nacional e não residentes no Brasil. Para cada entrevistada, foi designado um número de N01 a N20 visando à confidencialidade de suas identidades, e os dados sociodemográficos desta análise serão apresentados da seguinte forma:

Participante N 01: 46 anos, cor/raça negra, solteira, residente na Região Norte, superior completo e administradora.

Participante N 02: 58 anos, cor/raça parda, casada, residente na Região Sudeste, mestrado e psicóloga.

Participante N 03: 29 anos, cor/raça branca, casada, residente na Região Sudeste, superior completo e psicóloga.

Participante N 04: 42 anos, cor/raça parda, casada, residente na Região Sudeste, superior completo e professora.

Participante N 05: 48 anos, cor/raça indígena, união estável, residente na Região Sudeste, superior completo e professora.

Participante N 06: 35 anos, cor/raça branca, casada, residente na Região Centro-oeste, superior completo e psicóloga.

Participante N 07: 39 anos, cor/raça parda, solteira, residente na Região Nordeste, superior completo e gerente comercial.

Participante N 08: 26 anos, cor/raça branca, união estável, residente na Região Nordeste, superior incompleto e artesã autônoma.

Participante N 09: 27 anos, cor/raça negra, solteira, residente na Região Sul, superior completo e professora.

Participante N 10: 28 anos, cor/raça branca, solteira, residente na Região Sudeste, superior incompleto e confeitadeira.

Participante N 11: 49 anos, cor/raça branca, divorciada, residente na Região Sudeste, doutorado e psicóloga/professora.

Participante N 12: 29 anos, cor/raça branca, solteira, residente na Região Sul, superior completo e terapeuta holística.

Participante N 13: 25 anos, cor/raça parda, solteira, residente na Região Sudeste, ensino médio e agente administrativo.

Participante N 14: 42 anos, cor/raça branca, solteira, residente na Região Sudeste, superior completo e psicóloga.

Participante N 15: 50 anos, cor/raça branca, casada, residente na Região Sudeste, superior completo/especialização e psicanalista.

Participante N 16: 28 anos, cor/raça negra, solteira, residente na Região Sudeste, superior completo e cirurgiã dentista.

Participante N 17: 27 anos, cor/raça amarela, solteira, residente na Região Sudeste, superior completo e jornalista.

Participante N 18: 35 anos, cor/raça branca, solteira, residente na Região Sul, superior incompleto e estudante.

Participante N 19: 33 anos, cor/raça indígena, união estável, residente na Região Sudeste, superior incompleto e gerente de *e-commerce*.

Participante N 20: 45 anos, cor/raça branca, solteira, residente na Região Norte, superior completo/especialização e advogada.

6.2. Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu no ano de 2023. O recrutamento foi realizado através das redes sociais, utilizando o método de amostragem *snowball* (bola de neve), conforme descrito por Yin (2016). As participantes foram selecionadas após preencherem um breve formulário do *Google Forms*, permitindo a apuração dos critérios de inclusão e exclusão. As coletas e apresentação de documentos foram conduzidas de forma *online* e síncrona, utilizando a plataforma *Zoom*.

Antes do início das gravações, foi oferecido um espaço para esclarecimento de possíveis dúvidas. Em seguida, foi realizada a leitura conjunta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo I). Após a concordância, as gravações foram iniciadas, começando pelo preenchimento do formulário de dados sociodemográficos (apêndice I), que solicitava informações gerais como idade, cor/raça, região de residência, escolaridade, profissão e faixa salarial.

Foi utilizado um roteiro semiestruturado (apêndice II), composto por dezessete perguntas, que abrangem os principais temas relevantes para a pesquisa. O roteiro foi elaborado de forma a começar com perguntas menos ansiogênicas, progredindo gradualmente para aspectos mais sensíveis das experiências de cada entrevistada, seguindo a abordagem proposta por Bleger (1979/2001). Ao final da coleta, as indagações voltaram a temas que suscitavam um menor grau de ansiedade. As entrevistadas foram convidadas a fazer suas considerações finais, caso desejassem, e a gravação foi encerrada.

Em seguida, foi reservado um período para *feedback* entre a pesquisadora e as entrevistadas, com o intuito de proporcionar um ambiente de acolhimento após a rememoração de lembranças dolorosas. Foi destacado que, caso houvesse necessidade de suporte psicossocial, as entrevistadas poderiam entrar em contato com a pesquisadora, conforme desejado. Ficou acordado que, no prazo de 24 a 72 horas após a entrevista, a pesquisadora faria contato para acompanhar possíveis impactos psicológicos decorrentes do conteúdo discutido.

As informações sociodemográficas e as entrevistas foram registradas em áudio, utilizando a funcionalidade da plataforma *Zoom*. Posteriormente, a entrevistadora realizou a transcrição para análise e excluiu o conteúdo gravado.

6.3. Análise de dados

O uso de *softwares* específicos para análise de dados tem sido cada vez mais presente em estudos na área de Ciências Humanas e Sociais, especialmente naqueles estudos em que os discursos a serem analisados são volumosos (Chartier & Meunier, 2011; Lahlou, 2012; Nascimento & Menandro, 2006).

Para Martinez e Ferreira (2007) o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) emerge como uma poderosa ferramenta quantitativa, em nossas análises exploramos padrões e tendências, por meio da, frequência e média. A frequência representa a contagem de ocorrências de um determinado valor em um conjunto de dados, fornecendo uma visão panorâmica das distribuições. Já a média, também conhecida como valor médio, é a soma de todos os valores, dividido pelo número de observações, representando um ponto central de referência.

Na perspectiva qualitativa, a análise foi conduzida utilizando o *IraMuTeQ* (*interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires*), uma ferramenta dedicada à exploração de sutilezas e padrões semânticos presentes em dados textuais. Este *software* opera por meio da interface com o programa R, permitindo a análise da frequência e ocorrência das palavras no texto processado. As 20 entrevistas foram incluídas no corpus textual do *software*. Posteriormente, foram realizadas duas análises: a Análise de Similitude (SIMI), que avalia a proximidade entre segmentos textuais com base na frequência ou contexto de discussão, e a elaboração da Nuvem de Palavras, onde os termos são visualmente representados de acordo com sua frequência no corpus textual (Camargo & Justo, 2013).

Essas abordagens, colaboraram para uma visão mais detalhada das interconexões entre variáveis distintas, enriquecendo significativamente a interpretação dos resultados alcançados.

6.4. Cuidados Éticos

As bases que nortearam esta pesquisa permaneceram em consonância com as diretrizes do Conselho de Ética em pesquisa científica estabelecida nas resoluções n.º 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Sendo assim, a proposta deste estudo foi encaminhada à Plataforma Brasil e à Câmara de Ética da

PUC-Rio, que a aprovou e emitiu as certificações exigidas, sob o protocolo 40-2022. Cabe ressaltar que a pesquisadora executante se responsabilizou em fornecer, sempre que solicitado, esclarecimentos e relatórios pertinentes ao andamento da pesquisa.

As informações referentes a esta pesquisa e suas respectivas etapas: objetivos, justificativa e procedimentos éticos foram apresentadas às participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1 – TCLE). Este documento foi mostrado no início do processo de coleta e foi orientado à participante que lesse minuciosamente o conteúdo e a pesquisadora, autora, executante e responsável pela pesquisa estaria com total disponibilidade para esclarecer dúvidas ou questionamentos que surgissem durante, ou após a leitura. Somente depois desta etapa, os possíveis esclarecimentos e o aceite da participante permitiram que a pesquisa avançasse para as próximas etapas previstas.

Frisamos que o teor deste estudo poderia trazer possíveis riscos moderados às entrevistadas, devido à temática sensível desta pesquisa e à complexidade das experiências que seriam tratadas. Antes do início do processo de coleta de dados e gravação, foi oferecido um acolhimento inicial, abrindo caminhos para que a participante pudesse expressar livremente sobre possíveis angústias, evitando que a interação entrevistada-pesquisadora não tomasse contornos burocráticos, sem considerar a subjetividade da pessoa que se disponibilizou a participar deste estudo.

Desconfortos talvez surgissem no decorrer da entrevista, pois afetos e sensações seriam rememorados e lembranças traumáticas poderiam emergir mobilizando a participante. No entanto, destacamos que a pesquisadora executora era psicóloga e esteve responsável e à disposição para acolher possíveis mobilizações afetivas e desconfortos aos temas delicados que seriam tratados nesta pesquisa.

Neste sentido, foi reforçado que a participante poderia pedir uma pausa do processo quando não se sentisse confortável ou precisasse de um tempo para elaborações. A gravação seria interrompida e caso a participante desejasse retornaria a entrevista, ou se preferisse também poderia finalizar sua participação na pesquisa em qualquer momento do processo sem precisar de nenhum tipo de justificativa, esclarecimento ou punição.

O caráter da participação foi voluntário e garantiu toda privacidade e anonimato, evitando assim qualquer tipo de identificação da participante. Este cuidado teve como intuito resguardá-la de qualquer ameaça ou retaliação. À época da conclusão dos resultados desta pesquisa ela terá total acesso (caso deseje) ao material publicado que será enviado por *e-mail*.

Capítulo 07

Resultados e discussão

Por meio da abordagem integrada de análises, delineando as nuances que emergiram das minuciosas investigações conduzidas, foi possível identificar os padrões subjacentes e as intercorrências entre os dados, proporcionando assim uma visão abrangente dos fenômenos complexos abordados neste estudo.

Seguem os dados sociodemográficos, explorando alguns aspectos específicos do perfil das participantes e utilizando as informações coletadas por meio do *software* SPSS. As tabelas abaixo detalham as informações estatísticas:

Tabela 1 - Cor/raça, região do país, escolaridade e profissão (n=20)

Etnia	Frequência	Porcentagem
Branca	10	50
Parda	4	20
Negra	3	15
Indígena	2	10
Amarela	1	5
Total	20	100

Região	Frequência	Porcentagem
Sudeste	12	60
Sul	3	15
Norte	2	10
Nordeste	2	10
Centro-oeste	1	5
Total	20	100

Estado civil	Frequência	Porcentagem
Solteira	10	50
Casada	5	25
União Estável	4	20
Divorciada	1	5
Total	20	100

Fonte: dados gerados pelo SPSS, 2023

Tabela 2 - faixa etária (n=20)

Idade	
Média	37,1 anos
Mínimo	25 anos
Máximo	58 anos

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

Conforme os dados apresentados, observou-se que a maioria das participantes foi da cor/raça branca ($f = 10$; 50%) o restante da amostra ficou parda/negra ($f = 7$; 35%), indígena e amarela ($f = 10$; 15%). Com predominância de residentes na Região Sudeste ($f = 12$; 60%) e metade da amostra foi de solteiras ($f = 10$; 50%).

Tabela 3 - escolaridade, profissão e faixa-salarial (n=20)

Escolaridade	Frequência	Porcentagem válida (%)
Superior completo	10	50
Superior incompleto	4	20
Pós-graduação	3	15
Ensino médio	1	5
Mestrado	1	5
Doutorado	1	5
Total	20	100

Profissão	Frequência	Porcentagem válida (%)
Psicóloga	5	25
Professora	3	15
Gerente	2	10
Psicanalista	1	5
Administradora	1	5
Advogada	1	5
Agente administrativa	1	5
Artesã	1	5
Confeiteira	1	5
Cirurgiã Dentista	1	5
Estudante	1	5
Jornalista	1	5
Terapeuta Holística	1	5
Total	20	100

Faixa salarial	Frequência	Porcentagem válida (%)
3-5 salários-mínimos	8	40
6-9 salários-mínimos	5	25
1-2 salários-mínimos	4	20
0-1 salários-mínimos	2	10
+ 10 salários-mínimos	1	5
Total	20	100

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

A coleta, em quase sua totalidade, ($f = 19$; 95%) tinha escolaridade entre ensino superior incompleto até doutorado. Profissões ligadas áreas da saúde mental – psicólogas e psicanalista – ($f = 6$; 30%). Com faixa salarial entre 3-5 salários-mínimos ($f = 8$; 40%), e a faixa etária média das participantes foi de 37,1 anos, com idade mínima de 25 anos e idade máxima de 58 anos.

Esses dados preliminares, apontaram para restrições deste estudo, que teve pouco alcance na população que reside nos diferentes territórios nacionais e sem nenhuma participante com nível ensino fundamental ou inferior. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, indicaram que 46,80% da população, maior de 25 anos, não concluíram a educação básica, que vai de nenhuma instrução até o ensino médio incompleto.

Essa observação levanta questionamentos sobre a amplitude da pesquisa, uma vez que relatos de vítimas com variados graus de escolaridade estão atualmente em evidência, tanto nas redes sociais quanto na mídia. Além disso, outro dado relevante diz respeito à escolha profissional com enfoque na Psicologia. Algumas participantes enfatizaram essa conexão em seus discursos, destacando a relevância da escolha dessa área em suas vidas, as quais foram marcadas por experiências traumáticas em espaços da fé (ver tabela 3).

“Então eu voltei e tentei mais ou menos resgatar aquilo que tinha parado, o que eu era antes, vou recomençar a vida de onde eu tinha abandonado [...] fui fazer Psicologia, não havia outra opção” (N03).

“[...] na rua tinha um consultório, eu pensava: ‘eu quero entrar ali, vomitar tudo.’ Eu não tinha ideia do que era, mas eu quero entrar lá e vomitar tudo. Eu admirava muito a Psicologia [...] E eu, apesar de tudo que me ocorreu, consegui entrar para a faculdade, me formei, mas não atendo abuso, eu repasso” (N06).

“[...] a faculdade de Psicologia, para mim, salvou a minha vida” (N14).

Após coletar os dados acima, buscou-se identificar quaisquer experiências traumáticas vivenciadas pelas participantes ao longo de seu desenvolvimento, as quais não tenham ocorrido em meios religiosos, mas sim façam parte de sua história de vida em contextos familiares, escolares, de amizade, entre outros.

Tabela 4 - Traumas antes dos abusos religiosos (n=20)

Trauma não sexual	Frequência	Porcentagem válida (%)
Sim	13	65
Não	7	35
Total	20	100

Trauma Sexual	Frequência	Porcentagem válida (%)
Não	12	60
Infância - Intrafamiliar	4	20
Adolescência - Extrafamiliar	3	15
Infância - Extrafamiliar	1	5
Total	20	100

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

De acordo com a tabela 4, é possível inferir que a violência esteve presente em uma parcela significativa no desenvolvimento das participantes. O trauma não sexual correspondeu a ($f = 10$; 50%), enquanto o trauma com cunho sexual representou ($f = 8$; 40%) na infância/adolescência. Entretanto, a maioria das respondentes não sofreu abusos sexuais antes dos vivenciados por líderes religiosos ($f = 12$; 60%).

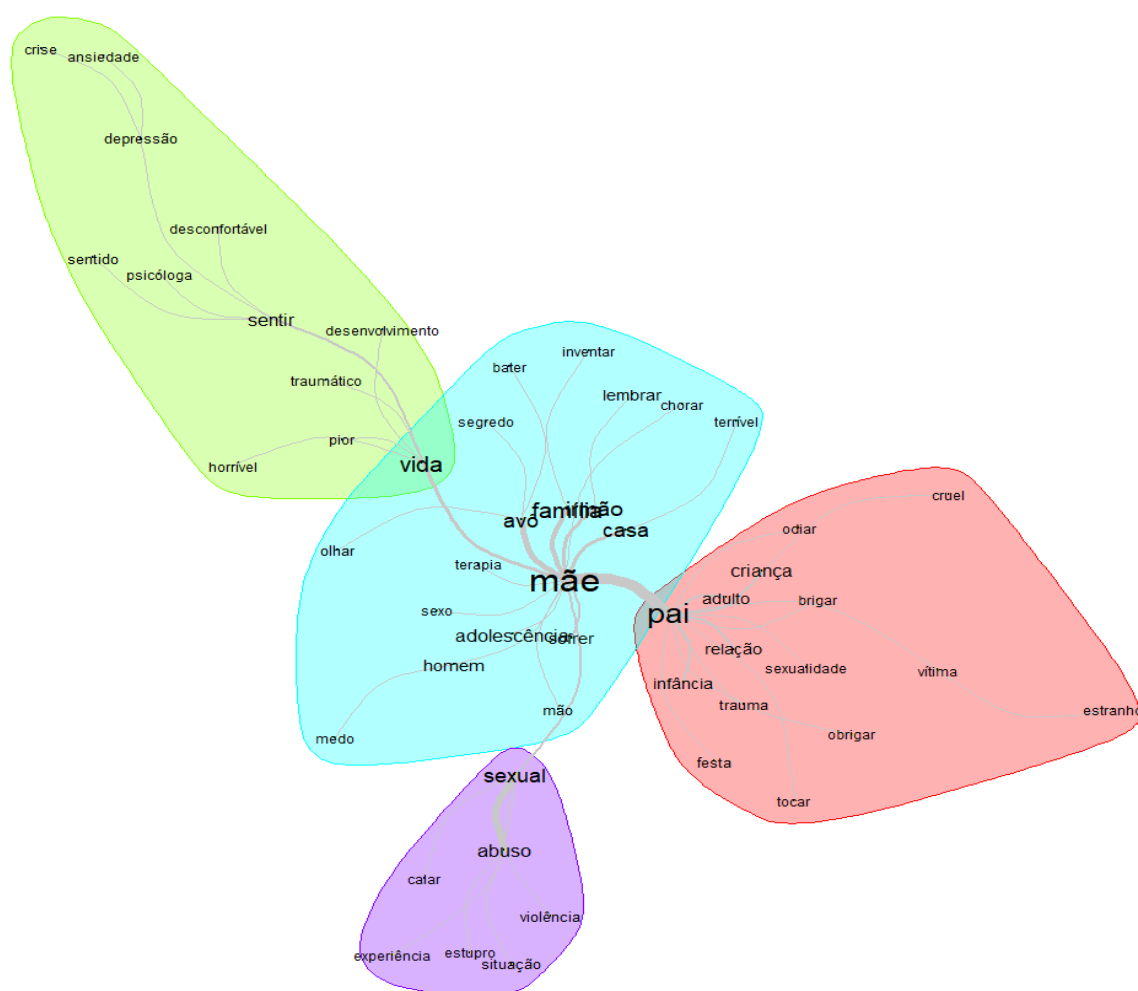
A infância e adolescência constituem fases cruciais no desenvolvimento, porém situações traumáticas como *bullying*, negligências e, especialmente, o trauma causado por violências sexuais são extremamente impactantes. O abuso sexual pode ocorrer em diferentes contextos: extrafamiliar, quando o agressor está fora das relações familiares, como, por exemplo, vizinhos, professores, de ou casos de pornografia infantil, ou exploração sexual; e no contexto intrafamiliar também conhecido como abuso sexual incestuoso, no qual o agressor é alguém do convívio familiar do infante e logo, com maior relação de proximidade, confiança e cuidado da vítima (Habigzang et. Al, 2011).

Conforme apontam várias pesquisas na literatura, o abuso sexual intrafamiliar apresenta maior complexidade, visto à necessidade de uma abordagem cuidadosa familiar para maior compreensão do ocorrido e, assim, a realização de intervenções para proteger a criança e tratamento da família. Pois, a dinâmica relacional entre os membros da família apresenta complicadores importantes que irão interferir no melhor ou pior prognóstico do caso (Almeida-Prado & Pereira,

2008/ Furniss, 1993; Habigzang, et al., 2005; Habigzang, et al., 2011; Rovinski & Pelisoli, 2019).

Neste cenário, empregamos a análise de similitude para identificar as principais palavras citadas em relação à pergunta 1 – história de vida. Nessa árvore de palavras, pode-se identificar que a palavra “mãe” se ramifica para os termos “pai”, “vida” e “sexual”, o que está relacionado ao conteúdo das vivências de brutalidade na jornada da infância/adolescência. Essas conexões se ligam a vivências, de “abuso”, “traumático”, “horrível”, “segredo” e outros que se associam com as experiências deletérias nesta fase do desenvolvimento.

Figura 3: Análise de similitude – “História de Vida” traumas e violências



Fonte: dados gerados pelo *IraMuTeQ*, 2023

Os trechos a seguir representam essas situações traumáticas, mas também contextos favoráveis ao desenvolvimento:

“Eu tenho a marca da 1ª lembrança da minha vida, tinha 4 anos e meu pai foi assassinado no garimpo, jogaram o corpo dele no rio e quando o encontraram, tinha sido muito comido por peixes [...]logo depois, meus avós paternos tiraram, eu e meu irmão da guarda da minha mãe. Meu avô paterno começou a abusar de mim, foi o 1º abuso que sofri. A 2ª pessoa que abusou de mim na infância, foi meu primo [...]eu era tipo a “Geni”, taca pedra, taca bost, ela dá para qualquer um, machuca ela [...]minha família materna também era terrível, atiravam com arminha de pressão em mim, um dia eu estava dormindo e acordei com as mãozinhas grudadas com superbonder e minha mãe ria junto” (N06).*

“Eu nasci numa família classe média, minha mãe foi mãe solteira, sem a figura paterna, mas sempre tivemos tudo, muito amor, muito carinho e muito cuidado por parte da nossa mãe, sempre foi assim. Ela foi o pai e a mãe da gente, a força, o alicerce. Eu tive uma infância boa, sempre tive tudo que precisei como criança, escolas boas, viagens, nunca tive nenhum tipo de privação, ou passei nenhuma necessidade. Nunca fui abusada quando pequena e nunca tive nenhum tipo de problema na escola” (N07).

“Minha mãe é falecida, vítima de feminicídio, meu pai, ele é vivo, porém, eu não tenho contato com ele hoje. Eu não sei, é estranho pensar que é naquela época e pensar hoje em dia, sabe? Mas eu tive momentos felizes na minha infância, mas parece que eu sou apegada mais aos momentos tristes” (N09).

*“ Eu via meu pai, de contatos íntimos com outras mulheres, ele me levava para passear com a amante dele e depois me trazia para casa, simples assim [...]eles se beijavam e faziam carícias na minha frente, eu tinha 5 anos nessa época [...]minha mãe se separou dele e buscou a justiça para pensão [...]eu o amava, ansiava pela presença dele [...] e com 9 anos, já estava um tempinho sem nos vermos e ele me ligou, peguei o telefone: ‘alô, papai, que saudade’. E ele: ‘cala a boca, , sua filha da p***, você não é minha filha, nunca mais vou te ver, você é isso, você é aquilo outro, você quer meu dinheiro? Você e sua mãe não merecem nada, você nunca mais vai me ver, eu não te amo, você não é alguém para mim que seja importante’ (N10).*

“Eu sempre lhe dei com esses elementos de uma maneira bastante harmônica, e os meus pais eram e são excelentes pais, então não existia nenhum tipo de imposição, de traumas” (N 15).

“Questões nas primeiras infâncias a respeito de abusos eu não tive, mas durante a adolescência eu passei por uma situação de estupro em uma festa. Eu tinha cerca de 17 anos, mais ou menos, então eu não consegui dialogar com os meus pais[...], fui extremamente retaliada por eles” (N16).

“Quando eu tinha 18 anos, minha mãe teve o 1º surto psicótico . Ela brigou com meu padrasto e tacou fogo na casa, eu peguei e fugi , não voltei mais [...]no incêndio, eu não perdi tudo, mas perdi tudo de referência: de casa, de lar, de afetividade” (N18).

Essas falas ilustram que as experiências traumáticas vivenciadas na infância e adolescência podem tornar os sujeitos mais vulneráveis a desafios emocionais e sociais ao longo da vida, resultando em consequências profundas que afetam não somente a saúde mental, mas também as relações interpessoais e a autopercepção (Hohendorff, et al.2015).

Entretanto, é importante destacar que esses fenômenos não constituem uma fórmula determinística para o futuro de um indivíduo. Igualmente crucial é reconhecer que a resiliência e a influência de outros fatores, como apoio familiar, atendimento especializado, validação da experiência relatada, podem desempenhar um papel significativo na elaboração das situações traumáticas enfrentadas por pessoas, com registros de violência em seu desenvolvimento (Furniss,1993; Melillo & Ojeda, 2005).

Nesta pesquisa, observaram-se casos em que mulheres provenientes de lares estruturados e com apoio foram, infelizmente, vitimadas em fases posteriores da vida. Da mesma forma, aquelas que enfrentaram adversidades na infância e adolescência puderam desenvolver recursos internos e encontrar apoio ao longo de suas trajetórias, o que as ajudou a lidar com líderes religiosos abusivos.

Tabela 5 - Incidência de violência doméstica (n=20)

Violência doméstica	Frequência	Porcentagem válida (%)
Sim	13	65
Não	7	35
Total	20	100

Fonte: dados gerados pelo SPSS, 2023

Ao adentrarmos na história de vida na fase adulta, antes e depois dos abusos em meios religiosos, a análise dos dados, da tabela 5, revelou uma alarmante taxa de 65% de vítimas de violência doméstica entre as participantes, apontando para a amplitude e a gravidade desse fenômeno.

“Eu já vi com meus próprios olhos, casos em que havia muita violência física, os rapazes batendo nas moças até que elas sangrassem. E eu já achava aquilo o fim, mas sabe o que falavam para mim? Sabe? Que ele estava descompensado, por causa do demônio que estava agindo no casamento deles, mas Deus vai restaurar tudo” (N04).

Conforme a pesquisa de Rosado-Nunes (2001), a superação da violência doméstica enfrenta significativos obstáculos em algumas práticas religiosas, as quais resistem a mudanças devido às suas raízes em perspectivas históricas, culturais e institucionais antigas. Essas perspectivas frequentemente buscam justificar a violência de gênero como parte da resignação feminina. Essa interpretação não abre espaço para o acolhimento de ordenamentos jurídicos e políticas públicas voltadas para a proteção e o combate às agressões, visto que se sustenta no dogma religioso, considerado inquestionável por se originar de uma visão do que seria divino.

Souza e Oshiro (2018), compartilham dessa perspectiva ao analisar instituições religiosas que utilizam seu poder para legitimar comportamentos e estabelecer normas que reforçam a obediência e a submissão das vítimas. Consequentemente, esse tipo de religiosidade não apenas contribui para a perpetuação de atos violentos, mas também se torna uma forma adicional de violência contra as mulheres, muitas vezes disfarçada como cuidado espiritual em relação às seguidoras.

De acordo com Chauí (1984) e Piosiadlo et al. (2014), essas vítimas estão frequentemente inseridas em contextos de vulnerabilidade, onde fatores sociais,

econômicos e emocionais as tornam suscetíveis, a diversas formas de abuso. A dependência financeira, o isolamento social e a baixa autoestima emergem como alguns dos principais fatores que podem contribuir para a perpetuação desse ciclo de violência.

Todos esses fatores podem favorecer que líderes perversos se utilizem dessas fragilidades, já que, em alguns casos, devido à extrema confiança das vítimas, eles são os únicos a saberem das violências que ocorrem no âmbito privado dessas mulheres.

Com a tabela 6, buscamos saber em quais contextos da fé, ocorreram os abusos. Esse é um dado relevante para avaliar a prevalência ou não de determinadas vertentes religiosas.

Tabela 6 - Contextos religiosos em que ocorreram as violências sexuais (n=20)

Meio Religioso	Frequência	Porcentagem válida (%)
Igreja Evangélica	4	20
Igreja Católica	3	15
Casa Ecumênica Espiritualista, Cirurgias Espirituais e Terapia Holísticas	2	10
Centro Espírita Kardecista	2	10
Umbanda	2	10
Umbanda Xamânica	1	5
Umbandaime	1	5
Candomblé	1	5
Meio Espiritualista com diversas vertentes	1	5
Espaço espiritualista com Terapia Holística, Apometria, Reiki e Umbanda	1	5
Igreja do Santo Daime	1	5
Escola Espiritualística Iniciática	1	5
Total	20	100

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

Com base nos dados coletados, pode-se observar que religiões de vertente Cristã (Evangélica e Católica) figuraram como os locais de maior ocorrência de abusos sexuais ($f = 7$; 35%), espaços religiosos de Matriz Africana e derivações - Umbandaime e Umbanda Xamânica²¹ - configuraram-se em ($f = 5$; 25%). O restante da amostra mostrou uma heterogeneidade de espaços da religiosidade ($f = 9$; 45%). Isso pode ser um indicador de que abusos sexuais ocorrem em variados locais que deveriam servir de proteção e congregação espiritual.

Focalizamos nas falas de algumas entrevistadas que perceberam ter se envolvido em ambientes com características de seitas. Nem todas reconheceram os sinais iniciais, e aquelas que foram alertadas por amigos e familiares não conseguiam identificar essas práticas como abusivas, considerando-as rituais relacionados à espiritualidade que estavam desenvolvendo.

“Uma seita em uma Casa Ecumênica Espiritualista, com cirurgias espirituais e terapias holísticas[...] mesmo se alguém falasse que isso tudo era, estranho, abusivo, e estava errado, eu não consegui enxergar dessa forma, nada que ninguém me falasse, eu conseguia ver e eu ainda tinha justificativas para o comportamento dele, era o que eles me ensinaram e me fizeram acreditar, então era por conta de doar energia. Porque as pessoas doentes precisavam deles [...]então tudo era feito de uma maneira que, psicologicamente, eu não conseguia sair. Eu fui ficando cada vez mais presa a ele, e psicologicamente dependente. Então, nem para os meus familiares, eu contava o que ocorria.” (N01).

“Era uma manipulação, bem na cara dura, só que eu não via isso como manipulação. Eu comecei a estranhar, quando quem saía da instituição, não podia sair dali em paz, ninguém podia seguir o seu caminho. Ninguém, porque qualquer pessoa que quisesse sair dali era traidor, era uma pessoa mal-agradecida, era uma pessoa que estava cuspiando no prato que comeu. De certa forma, humilhando os

²¹ Umbandaime é um neologismo criado pelos daimistas do CEFLURIS (Centro Eclético da Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra) para servir de referência ao estudo mediúnico na doutrina do Santo Daime, a partir de uma aliança com a Umbanda. Esta vertente da Umbandaime na CEFLURIS é relativamente recente e não é incorporada por todas as igrejas daimistas (Gregarich, 2012, p.77). Umbanda Xamânica faz menção a uma perspectiva particular na vivência espiritual e religiosa, unindo atributos da Umbanda, uma religião de origem afro-brasileira, com os princípios e métodos do Xamanismo, um sistema espiritual presente em diversas culturas indígenas (Oliveira, 2021).

conhecimentos que ele passou. Esse local tem característica de seita, você entra, não pode sair, se você sai, você tem retaliação” (N04).

“Uma miscelânea, eu vivi em uma seita, parecida com a do líder tal, o guru, inclusive, foi até o Estado deste homem para 96onhece-lo. Era uma crença meio espiritualista, que acreditava em espíritos, no livro dos Mórmons, extraterrestres, disco voador, ritos de matriz africana, cirurgia espiritual, com psicanálise, Jung, O ser e o Nada, do Sartre, Registro automático da memória, pregava o dogma do celibato e tinha a questão de se alimentar da energia da luz [...]uma amiga minha falou uma vez, e eu não dei muito ouvido e ela: ‘olha isso aí é pensamento de seita, isso é uma seita.’ Depois, com o tempo, fui refletindo e vendo, que realmente aquilo era surreal.” (N06).

Conforme discutido no primeiro capítulo desta pesquisa, é crucial entender o papel que as seitas nocivas e as práticas religiosas extremas desempenham na complexa e sutil dinâmica da influência coercitiva, bem como seus impactos psicológicos nos sobreviventes, interferindo no desenvolvimento global.

Esses grupos tóxicos representam um problema social generalizado e prejudicial. Diferentemente das relações saudáveis, sendo caracterizadas pela mutualidade e pelo respeito à dignidade humana, os relacionamentos de culto nocivos são unidirecionais. Eles estabelecem um sistema de dominação e submissão no qual os abusadores, malévolos e astutos, violam os direitos humanos e se beneficiam à custa daqueles que subjugam (Burchard, 2020).

Para compreender o percurso da nossa amostra, sistematizamos o início e as trajetórias das mulheres vítimas de abusos sexuais, em meios religiosos, quem apresentou o local e a idade que começaram a frequentar.

Tabela 7 - Ingresso e idade que chegou no meio religioso abusivo (n=20)

Quem levou?	Frequência	Porcentagem válida (%)
Mãe	4	20
Conhecida	3	15
Família extensa	2	10
Avó materna	2	10
Aniga	2	10
Pesquisa Internet	2	10
Freira	1	5
Vizinho	1	5
Pais	1	5
Namorada	1	5
Madrinha	1	5
Total	20	100

Idade de ingresso	Frequência	Porcentagem válida (%)
1 ano	1	5
3 anos	1	5
8 anos	1	5
9 anos	1	5
10 anos	2	10
11 anos	1	5
14 anos	1	5
16 anos	1	5
18 anos	2	10
19 anos	1	5
20 anos	1	5
21 anos	2	10
22 anos	1	5
25 anos	1	5
28 anos	1	5
33 anos	1	5
37 anos	1	5
Total	20	100

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

Na tabela 7 identificamos por quais as vias vítimas ingressaram nesses locais, foi principalmente por meio de familiares que já possuíam tradição em congregar nesses espaços ($f = 11$; 55%). Por essa razão, a prevalência de participantes que se envolveram com o contexto religioso, em que foram vitimadas, durante a infância e adolescência foi alta, com uma faixa etária entre 1 ano e 18 anos ($f = 11$; 55%).

Neste ponto, N04, que atualmente possui 42 anos e é sobrevivente de diversas formas de violência durante a infância e adolescência, tanto dentro quanto fora do contexto religioso, faz a seguinte reflexão sobre os ambientes de religiosidade e a questão da proteção:

“Todo mundo precisa saber que aquilo ali não é um ambiente protegido. Há pessoas que estão lá em nome de uma fé, têm muita gente realmete séria . Só que você não pode deixar o teu filho lá e não saber o que está acontecendo [...] E as pessoas fazem isso por algumas razões, dentre elas: por acreditar que ele estar lá é melhor que está na rua e está literalmente protegido de tudo. As pessoas não conseguem compreender, que quem talvez esteja ali dentro, liderando pode ser capaz de abusar [...] Existe muita fantasia, não devemos idealizar a imagem de um homem que se diz colocado por Deus [...] que espaço é esse que estamos delegando ao outro para cuidar plenamente de nossos filhos, dos nossos adolescentes?” (N04).

A entrevistada realça um ponto crítico: a suposição de que ambientes religiosos são totalmente seguros, esta concepção pode representar um fator de risco. Apontando que essa crença pode levar a uma falta de vigilância, possibilitando que abusos ocorram de maneira discreta. Isso é especialmente preocupante em relação às crianças e adolescentes, sendo particularmente suscetíveis a serem vitimadas por lideranças perversas.

Os dados sobre o envolvimento, participação, faixa etária dos primeiros abusos e o índice de ocorrência das violências sexuais, corroboram com os apontamentos de N04, que argumentou, na ocasião da entrevista, que os pais e responsáveis deveriam se envolver mais ativamente, para acompanhar de perto, o que acontece nesses locais.

Tabela 8 - Abuso Sexual: dados relevantes (n=20)

Participação no Meio Religioso	Frequência	Porcentagem válida (%)
Participação ativa	12	60
Frequentadora	5	25
Nenhuma	2	10
Análogo escravidão infantil	1	5
Total	20	100

Idade do primeiro abuso sexual	Frequência	Porcentagem válida (%)
9 anos	2	10
12 anos	3	15
14 anos	2	10
17 anos	1	5
18 anos	1	5
19 anos	2	10
20 anos	2	10
21 anos	1	5
22 anos	2	10
26 anos	1	5
28 anos	1	5
33 anos	1	5
38 anos	1	5
Total	20	100

Abusos sexuais repetidos	Frequência	Porcentagem válida (%)
Sim	13	65
Não	7	35
Total	20	100

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

Na tabela 8, constatamos que a participação ativa nos espaços religiosos foi uma característica marcante ($f = 12$; 60%). Isso resultava no fato de as vítimas passarem grande parte do tempo, imersas em diversas atividades e próximas aos abusadores. Esse *modus operandi* desde o início da relação entre as frequentadoras e as lideranças mal-intencionadas está em concordância com a literatura, que apresenta várias estratégias, como o controle rigoroso do tempo, mantendo as vítimas constantemente envolvidas em atividades supostamente benéficas e nobres,

das quais elas têm a honra de participar. O envolvimento com o círculo social traz uma sensação de pertencimento, sendo intensificada pelo início da relação, frequentemente marcado por “*love bombing*” visando de enredar a vítima sem que ela perceba as contradições entre o que é dito e o que é efetivamente praticado na instituição (Hassan, 2018; Pretorius, 2013; Singer & Lalich, 2003).

Independentemente da idade, essas táticas de controle geram um sentimento de plenitude e significado para vida, relacionados à espiritualidade e à comunidade.

“[...]Ele me convidou para fazer parte do grupo de voluntários e eu fiquei muito encantada, muito lisonjeada, pois fazer parte de um grupo que ajudaria milhares de pessoas doentes e eu estaria ali fazendo parte daquilo [...] eu era uma muito ativa no templo, e comecei fazer parte da organização” (N01).

“Eu era bem envolvida, fazia muitas atividades, viajava, dava aulas, ia para as missões” (N03).

“Eu era muito ativa, desde criança, eu já era muito ativa e quando fui convidada para participar do grupo jovem, acabei me tornando responsável por ele, ou seja, a liderança desse grupo. Eu fui a escolhida pelo pastor. Sempre é ele quem escolhe e a última decisão é sempre dele” (N04).

“Quando eu cheguei a 1.^a vez, nessa casa, eu fiquei completamente encantada, a forma como ele andava e as pessoas seguiam, parecia o próprio Jesus Cristo [...] ser convidada a ser voluntária da casa, fazer parte dos trabalhos do médico incorporado, faz parecer para você que é alguém grandioso, porque até a hora que ele chama você, ele fala, ‘venha fazer parte, do trabalho de Cristo’, você se sente recrutada pelo próprio Deus, e eu me senti o máximo, a escolhida, a filha amada, querida, adorada de Deus [...] nem todos são convidados para fazer parte do trabalho” (N07).

“Eu participava, de grupo de louvor, grupos de dança, essas coisas todas. Para mim era um acalento, era uma coisa que eu amava fazer. Era muito ativa, eu ia para igreja de 3 a 4 vezes na semana[...]quando eu tinha 9 anos, eu era convidada a cuidar das criancinhas, quando eu fiquei um pouquinho mais velha fui convidada, para uma ministração do louvor, para ler a palavra [...] eu me senti vista, na época, era a sensação de caramba! Estou sendo validada e gostam, gostam do que eu falo, eu sou competente para falar da palavra de Deus” (N10).

“Olha, foi levantado muito a minha autoestima logo no começo, era uma papo de ‘tu és a minha parceira, tu estás comigo, aí a gente vai fazer não sei o quê junto, eu finalmente tenho alguém que eu possa confiar. Eu sei que eu posso confiar em ti’ [...] eu me encantei nessa Instituição. Quem é que não gosta da atenção do líder onde todo mundo admira, sabe? Então eu fiquei toda encantada.” (N12)

Continuando a análise desse quesito, obteve-se o resultado de apenas frequentadoras ou daquelas sem nenhuma participação com ($f = 7$; 35%). Infelizmente, também foi identificada uma vítima de trabalho análogo à escravidão infantil ($f = 1$; 5%).

“Eu tinha que fazer trabalhos para poder purificar o meu karma, ele dizia que eu tinha participado da morte e crucificação de Jesus Cristo[...] então eu tinha que cuidar da chácara, capinar, cuidar do galinheiro, plantar, cozinhar [...] eu era muito humilhada [...] eu era menos que o cachorro, qualquer comida, eles escondiam de mim” (N06).

Em relação às circunstâncias em que ocorreram os primeiros abusos sexuais, é possível observar uma significativa faixa etária entre 9 e 18 anos ($f = 9$; 45%) (conforme detalhado na Tabela 8). Infelizmente, 7 das vítimas, desse grupo, eram menores de 14 anos, enquadrando-se em casos de estupro contra vulneráveis, consoante com a legislação brasileira estabelecida no código penal (Brasil, 2009). O outro segmento da amostra, por sua vez, experimentou abusos em idades variando entre 19 e 28 anos ($f = 7$; 35%), havendo também um pequeno número na faixa dos 30 anos ($f = 2$; 20%).

Os resultados, apresentados na tabela acima, também revelam que a recorrência das situações abusivas foi constatada em um percentual significativo ($f = 13$; 65%), enquanto uma parcela menor ocorreu de forma pontual ($f = 7$; 35%). Essas informações preparam o terreno para os dados subsequentes, que versarão sobre a percepção e o tempo de permanência no meio religioso abusivo. Essa abordagem proporcionou um olhar mais amplo para compreensão da continuidade das vítimas nesses espaços.

Tabela 9 - Percepção e permanência no meio religioso abusivo (n =20)

Tempo até percepção do abuso	Frequência	Porcentagem válida (%)
No decorrer do tempo	5	25
No dia do abuso	4	20
No 1o dia fui abusada	3	15
Percepção desde o início	3	15
No dia seguinte ao 2o abuso	1	5
4 meses	1	5
2 anos	1	5
8 anos	1	5
19 anos	1	5
Total	20	100

Tempo de permanência Meio Religioso	Frequência	Porcentagem válida (%)
1 dia	2	10
3 meses	1	5
4 meses	1	5
6 meses	1	5
1 ano	2	10
3 anos	3	15
4 anos	2	10
6 anos	2	10
7 anos	1	5
11 anos	1	5
12 anos	1	5
14 anos	1	5
17 anos	1	5
26 anos	1	5
Total	20	100

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

Tabela 10 - Tempo médio para sair do meio religioso abusivo (n=20)

Média	9,2 anos
Mínimo	1 dia
Máximo	26 anos

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

Ao correlacionarmos os resultados relativos à temporalidade das respostas, que indicam a percepção da realidade agressiva e criminosa aconteceu “no decorrer do tempo” ou que levou anos para se perceber ($f = 8$; 40%), baseamo-nos em estudos que apontam os aspectos afetados da memória, a negação da experiência e as defesas do ego como mecanismos utilizados para evitar lidar com a dor proveniente da traição da confiança e da surpresa nefasta. Essa interação de estratégias pode levar ao desenvolvimento de respostas psíquicas, provocando em algumas vítimas uma sensação de irrealidade (Figueiredo, 2000).

Ferenczi (1932/1992) discute o choque como um impacto inesperado que atinge um psiquismo despreparado atuando como um agente anestesiante que suprime toda atividade psíquica e causa uma desconexão com a percepção. Ele está delineando o conceito que compreendemos como trauma psíquico. De acordo com o autor, o trauma é caracterizado como uma comoção psíquica, um momento no qual a capacidade de estabelecer novas interações pulsionais e a decepção em relação ao objeto de confiança se tornam inviáveis. A desconexão com a percepção e a falta de investimento no objeto conduzem a um vazio com potencial para fragmentar o psiquismo. A amnésia traumática deriva dessa súbita carência de estruturas e processos psíquicos.

Uma representação imagética que pode contribuir para a compreensão do trauma é a do “lado inverso” da memória. Essa abordagem, intrinsecamente paradoxal, refere-se tanto ao aspecto latente do negativo relacionado à sensação de que a experiência não ocorreu ou ocorreu em completa negatividade, uma vez que os fatos se confundem na mente da vítima – uma espécie de paradoxo ocorrido-não ocorrido. Essa dualidade gera, conseqüentemente, efeitos no âmbito psíquico. Surge, então, uma situação inimaginável, irrepresentável e indizível (Moreno & Coelho-Junior, 2012).

Nesta direção, Botella e Botella (2012) destacam que o trauma deve ser interpretado na negação das representações.

[...] uma ausência repentina e intensa das dinâmicas psíquicas, o rompimento da coesão psíquica, a desintegração dos processos primários e secundários. Acreditamos que a natureza traumática reside na privação dos recursos do ego, por meio dos quais compreendemos o

impacto do trauma. A desorganização abrupta, como defendemos, não surge da percepção, mas sim da ausência de sentido resultante do excesso violento de excitação e do estado de desamparo do ego, resultando na incapacidade do ego de realizar representações (p. 93).

Nas entrevistas, foi possível identificar essa dificuldade de localização temporal dos fatos e a confusão das sensações que as experiências abusivas geraram em algumas participantes, que permaneceram por um período mais longo no contexto religioso abusivo e foram abusadas repetidas vezes (ver tabela 8 e 9).

“Durante 7 anos, eu não percebia que eu estava sendo abusada, mesmo se alguém falasse que isso tudo era, estranho, abusivo, e estava errado, eu não consegui enxergar dessa forma, nada que me falassem, que ia contra ele. Eu não conseguia ver e eu ainda tinha justificativas, para justificar o comportamento dele, era o que eles me ensinaram e me fizeram acreditar, era necessário essas práticas para doar energia para o médium” (N01).

“Demorou para isso acontecer, para eu realmente acreditar no que acontecia [...] um véu, parecia que tinha na minha frente dos meus olhos e eu continuei não querendo tirar o véu da situação, acho que eu só me dei conta quando eu percebi que não era só comigo [...] que outras pessoas também haviam passado por situação semelhante” (N03).

“Mas eu não percebi naquele momento. Eu me dei conta disso, tem 7 anos ou menos. Não é ali que você percebe, eu comecei a perceber o que houve, eu já tinha 33 anos [...] devido às leituras, as coisas começam a ser nomeadas. Não faz muito tempo que as coisas são nomeadas. [...] Eu tinha certeza de que tinha algo errado ali. Só que eu era uma menina dentro de um contexto que é extremamente machista, e é muito cruel, porque quando você se coloca, você é tida como endemoniada, você está fazendo os homens de Deus pecarem [...]você que é culpada [...] e eu estava nesse mesmo fatídico corredor, tudo acontecia nesse corredor, gente, eu estava nesse corredor e ele vinha atrás de mim.” (N04).

“Tem a forma com que ele age, que é sempre vendo quem aparenta ter para dar, é tipo um raio x, é observado: aparência física e financeira, roupa, acessório, relógio, celular e outros detalhes. O que você tem para dar, ele olha ali para ver

se realmente você vai ser oportuno para aquela situação. Porque o que ele precisa são pessoas que tenham dinheiro, que tenham condições e que acreditem piamente, primeiramente no trabalho, então não é algo que ele de imediato faz com você, ele não faz nada de imediato [...] demorou 1 ano para que ele começasse a demonstrar os abusos, que não eram só os sexuais e tinha também patrimoniais. [...] Eu não tive reação, eu não conseguia dizer nada, eu não entendia o que estava acontecendo” (N=07).

“Eu só percebi muito depois, é assim, bem mais velha mesmo, não no dia que o meu pai me ligou para poder dizer que eu não era mais filha dele por conta do negócio da pensão. Então a minha reação foi ir à casa do pastor, eu fui correndo, cheguei lá e ele me viu chorando, ele me colocou sentada no colo dele, esse foi o dia do 1.º abuso” (N=10).

“Pois, é, o que acontece, ele fez 2 vezes comigo, situações que eu estranhei muito, aquilo não eram práticas religiosas e sim sexualmente abusivas, mas mesmo assim, eu duvidei muito de mim na 1.ª vez, eu achei que estava doida” (N=14).

É relevante ressaltar que, apesar da prevalência das táticas de controle e dominação entre as vítimas, um fato intrigante se destaca. Algumas vítimas relataram situações em que o abuso ocorreu logo no primeiro dia ou em curto espaço-tempo de semanas de interação com o líder religioso abusivo. Esse cenário lança luz sobre uma variação nas dinâmicas de abuso, evidenciando que nem todas as vítimas passaram pelas mesmas estratégias de manipulação.

“Era a minha primeira vez nesse Centro, eu tinha 9 anos, quando aconteceu, ele estava sentado em uma cadeira, no Congá, com um monte de imagens em volta. E aí tinha uma senhora que me conduziu até lá. E aí ele falou comigo, botou a mão no meu ombro, desceu a mão em direção ao meu peito, eu acho que o seio estava naquela glândula na inicial[...]ele me puxou e me beijou na boca, enfiando a língua, segurando com força. Fiquei muito confusa, fiquei muito desconfortável, me afastei, eu fiquei com a sensação de desconforto com tudo durante muito tempo. Fui embora e nunca mais voltei” (N02).

“Chegou a minha vez do Padre Superior me chamar para ir buscar um material com ele que ficava na sala dele, no alto da torre da escola. E ele foi

conversando e sempre me tocando pelas costas, me segurando, e aquilo estava me incomodando muito. Essa época eu já estava com meus 14 anos. Quando ele pôs a mão nas minhas costas e chegou na minha cintura, eu disse: pode parar com isso, eu não estou gostando, você pode parar com isso [...] comigo ele se ferrou, porque fez isso só uma vez” (N=05).

“[...]hoje em dia, quando eu olho para trás, eu acho que desde o primeiro contato já não foi normal [...] ele soprou rapé em mim, eu senti uma pressão baixa, tão forte que eu quase caí do barranco, mas ele me segurou, só que ele me segurou e já me abraçou e me beijou [...]A gente está acostumada a ver violência sexual, quando a mulher está andando na rua e um estranho pega. Comigo era do nada, ele vinha e me forçava a alguma coisa, ou agia de uma maneira agressiva antes, durante ou após os abusos. Eu dizia: ‘não, não, não’, era uma persistência e ele vinha com o tal do alinhar os chakras” (N=08).

“Eu frequentei, as aulas desse ministro, pouco tempo, no máximo 3 meses [...] quando eu percebi, já tinha sido tarde demais. Já tinha acontecido. Tudo começou pelo vício dele em bebidas alcoólicas. [...] Eu estava na casa dos 20, e foi assim, nesse momento da bebida alcoólica, ele oferecia nas aulas. Eu sentia um estranhamento, mas achava que era coisa da minha cabeça, achava que fosse paranoia minha, eu colocava a confiança que eu tinha nele, na frente das minhas suspeitas. [...]Nessa transição para o coma alcoólico, eu lembro dele passando a mão pelo meu corpo, me masturbando e eu não conseguia reagir [...]eu só tive certeza 2 meses depois. Quando eu peguei o laudo da perícia e eu vi que minha calcinha tinha presença de espermatozoide, estava lá no documento constatado, foi assim que eu soube que realmente tinha acontecido. [...]Aí! É difícil! Ai! Que arrependimento! De ter bebido, de ter confiado[...] nunca mais voltei” (N=09).

Procuramos, entender quais os sentimentos que emergiram durante os momentos de abuso, bem como os afetos que atravessaram as vítimas antes da decisão de compartilhar as experiências de violências sexuais. Na investigação das intrincadas dimensões das vivências ocorridas em contextos religiosos, deparamo-nos com uma intersecção singular entre espiritualidade e componentes emocionais.

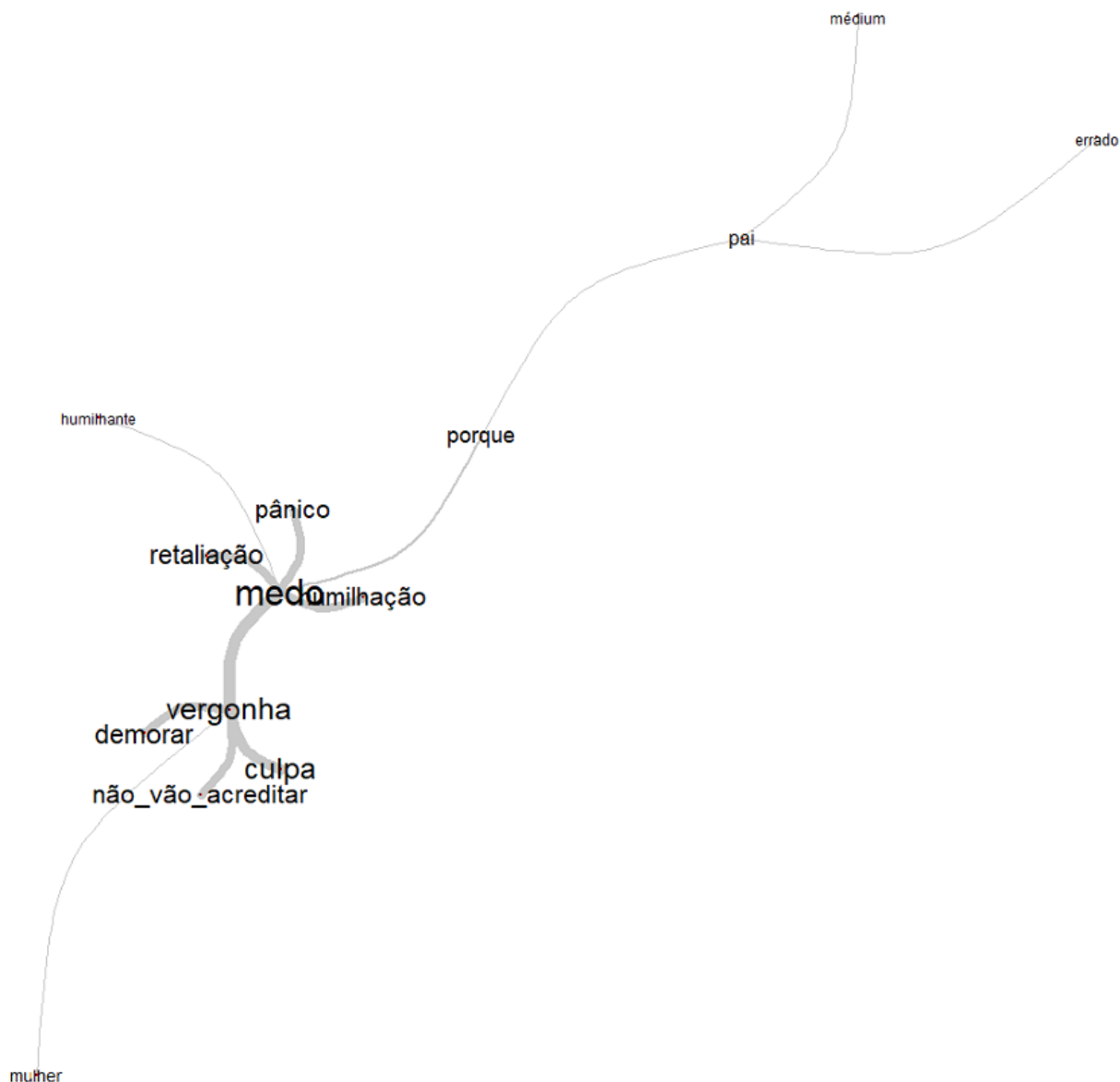
Nesta etapa, o foco abrangeu predominantemente esses aspectos, reservando para a abordagem dos desdobramentos emocionais subsequentes à denúncia, uma análise à parte.

Para capturar os afetos que emergiram, a partir da questão sobre as principais emoções presentes nas experiências de violência sexual, originou-se uma análise de similitude. Nela, destacou-se o termo “medo”, que se ramificou por proximidade com “humilhação”, “pânico” e “retaliação”. Houve interconexão também com as palavras “vergonha”, “demora”, “culpa” e o termo “não serem acreditadas”, refletindo o temor de que suas palavras não seriam validadas.

Outra ramificação que emergiu foi composta por palavras que buscavam conferir sentido ao indescritível da experiência, tais como “porque”, “pai”, “médiun” e “errado”. Por meio dessa representação visual, é possível intuir o impacto psicológico que afetou profundamente as vítimas.

Ao buscarem refúgio espiritual diante de situações complexas que emergem ao longo da vida, ou ao almejarem vivências fraternas de completude com o plano divino e a espiritualidade, por meio da comunhão com os pares na fé, essas mulheres se viram confrontadas com lideranças que, aproveitando-se da confiança que o cargo inspira, infligiram abusos sexuais e diversas formas de violência. Essas situações confusiogênicas e paradoxais podem ter deixado marcas significativas em suas vidas, realçando a relevância do tema abordado.

Figura 4: Análise de Similitude – Principais afetos durante os abusos sexuais



Fonte: dados gerados pelo *IraMuTeQ*, 2023

Ampliando o conceito de “Confusão de línguas” de Ferenczi (1932/1992) para o nosso campo de estudo, pode ser interpretado como uma fase no processo de construção psíquica, associado a traumas sexuais. Variações podem ser observadas na intensidade das emoções envolvidas e nas qualidades psicológicas atribuídas ao elemento externo. Isso se reflete diretamente na confiança depositada nesse objeto, que trai abusando do sujeito e, com esta ação, mergulha o psiquismo em um conflito traumático (Ribeiro & Machado, 2019; Osmo & Kupermann, 2012).

Em determinadas situações de trauma de natureza sexual, semelhantes à abordagem de Ferenczi, a surpresa decorrente da falta de reconhecimento e a sensação de estar isolado e completamente desamparado são vivenciadas como algo ainda mais angustiante do que o próprio ato abusivo (Dal Molin, 2017).

“[...]Eu estava num misto de que algo de errado aconteceu e, ao mesmo tempo, eu estava pensando, eu não posso julgar o padre por isso, então eu não conseguia definir, por descargo de consciência, eu fui conversar com ele e pedi perdão para ele [...]eu achei que precisava pedir já que estava pensando mal dele. Ele era uma figura tão importante, o padre da comunidade, e a gente tinha toda uma crença, meio que por isso eu achei, que se eu estava pensando mal dele, esse pensar mal seria errado, seria quase um pecado [...] e eu fiquei nessa mania, eu fiquei muito perturbada, [...] e eu não sabia se eu contava para alguém, se eu não contava” (N03).

“Ele vinha com os papos de fazer uma massagem na cama, eu tinha nojo, eu tinha medo, eu não queria, trancava a porta do quarto, ele tentava abrir, era horrível. Então ele foi me seduzido, ficando legal comigo. [...]Ele era melhor comigo do que a minha mãe. [...]Por um tempo, como eu, não tive pai, isso foi muito louco, porque eu o botei ali no lugar da falta, em algum momento ele era um pai., eu não tinha, um pai para me defender. E desde pequena tive que lidar com coisas horríveis, faltam adjetivos para descrever a minha situação” (N06).

“Engraçado que nessa época específica, eu achava tudo normal, que as coisas eram daquele jeito, eu achava que aquilo ali funcionava daquele jeito, porque tinha que ser assim, para dar energia para o médium. Eu acreditava no espírito do médico, eu acreditava no médium, acreditava na espiritualidade e achava que aquilo ali tudo era muito certo e correto. [...]Ele sabia como manipular as pessoas e é horrível, pensar que eu fazia parte daquele show [...]eu apanhava também das entidades, não só eu, quando alguém fazia alguma coisa que eles não gostavam, eles batiam, eu tomei vários tapas, inclusive na cara e ficava com manchas roxas no corpo” (N 07).

“Então ele era um 2.º pai, inclusive ele me tirou da maternidade junto com os meus pais[...]automaticamente, eu acho que, eu descartei aquela ideia que era abuso sexual, porque ele era meu pastor, ele era meu bispo, era tipo um pai. [...] eu estava numa situação de tanta fragilidade, tipo de colocar toda a minha confiança e a minha segurança e a minha estabilidade nele. [...] Eu fiquei buscando onde eu tinha errado, foi isso que aconteceu, eu pensava ‘foi eu quem me coloquei nessa situação’” (N10).

“[...] ele disse, que toda mulher é impura, que ele precisava limpar, eu coloquei a mão tampando a minha calcinha, ele disse que não estava me vendo com os olhos de homem, mas sim com os olhos de pai, e que tinha que fazer aquilo

para tirar todas as impurezas, ele tirou a minha mão [...] eu berrava por dentro, mas no meu olho só saía pouca lágrima. Eu não conseguia me mexer [...] eu senti muita raiva na hora, senti raiva, senti nojo, muito traída na minha fé [...] eu nem sei explicar como fui para casa, não sei te explicar como saí de lá e parei em casa” (N20).

Nos bastidores das narrativas, reside uma série de momentos traumáticos difíceis que precedem a corajosa revelação das violências profundas que muitas mulheres enfrentaram, em meios religiosos. Esses momentos foram marcados por um turbilhão de emoções conflitantes, medos e dilemas internos. O peso do silêncio, a luta contra o estigma e a hesitação em compartilhar experiências traumáticas compuseram mais afetos complexos e angustiantes. A batalha interna entre a necessidade de libertação e a preocupação com as possíveis consequências sociais e pessoais criaram uma atmosfera de tensão, quase, palpável.

Para identificar os sentimentos que surgiram ao tomar a decisão de compartilhar as violências sexuais, criou-se uma nuvem de palavras contendo os termos mais frequentemente mencionados. As palavras “medo”, “vergonha”, “culpa”, “retaliação”, “humilhação” e “falar” destacaram-se de maneira proeminente. A representação visual faz alusão à experiência vivenciada em contextos religiosos, bem como às principais dificuldades envolvidas em interromper o ciclo de abusos.

Figura 5: Nuvem de palavras – Afetos que permearam a revelação



Fonte: dados gerados pelo *IraMuTeQ*, 2023

“Eu consegui sair de lá já tem alguns anos, mas a decisão de sair e denunciar, foi muito difícil, não só para mim, como para outras vítimas, no caso do meio religioso, ainda tem a retaliação não só física, mas a espiritual, então nós ficamos com muito medo de retaliações a níveis de trabalhos espirituais, medo de morrer, de ser atacada, de adoecer. [...] Eu me sentia ameaçada, coagida nessas situações, [...] para mim, tinha um peso de destruir todo um trabalho de caridade” (N01).

“Eu acho que cheguei no fundo do poço. Por isso, que eu falei que eu estava sem vontade de viver. [...] Então fiquei bem isolada, muito isolada. [...] Eu acho que quando a gente se envolve lá dentro de uma comunidade religiosa, você tem a sua subjetividade muito polida. Você perde a identidade. Então quebrar com um ciclo de violência e falar isso seria basicamente acabar comigo: ‘o que eu vou fazer fora dali? Como eu vou ficar? Como que eu não vou ser religiosa?’ Eram as perguntas que eu me fazia, ‘o que eu vou fazer agora?’ [...] Eu tinha vergonha de usar roupas comuns, eu sentia que não iria fazer mais parte de nada, um medo da perda de sentido da vida” (N03).

“A verdade, mesmo é que eu nunca quis sair, até acontecer o meu casamento. Eu não via a minha vida sem ele, eu não enxergava a minha vida sem eles, eu viajava para eles, eu rodava o Brasil onde ele estivesse, [...] eu demorei muito a querer me posicionar por vergonha, por medo, da minha família, minha irmã e minha mãe que até hoje não sabem, elas não viram essa denúncia, elas só sabem o que eu falei, mas elas não sabem a fundo o que aconteceu comigo e nunca vão saber. Por muito tempo era um medo constante, que ele fizesse algo contra a minha ex-esposa, contra mim ou minha família, sofria retaliação espiritual, ele dizia que iria jogar uma doença, que mataria a minha mãe, ou a família da minha ex-companheira, era com ameaças de enviar energias, mas a gente nunca sabe do que ele poderia ter sido capaz, já que ele faz coisas terríveis” (N07).

“Angústia, eu tinha de contar para minha mãe, porque ela já havia me alertado sobre assédios e eu fiquei confusa se eu provoquei, precisava contar para ela. [...] Eu só lembro do medo, do pavor, de ser culpabilizada pela minha mãe” (N10).

Ao analisarmos os relatos das participantes, nos baseamos na perspectiva de Khan (1963/1984) sobre o “trauma cumulativo”, conforme discutido anteriormente neste estudo. Essa visão destaca a soma de situações traumáticas resultante das falhas repetidas do ambiente em fornecer suporte, ressaltando que o caráter

patogênico não se manifesta imediatamente, mas emerge gradualmente pela repetição e acúmulo de pequenas rachaduras ao longo do tempo.

Klautau (2017) reforça, conforme abordado anteriormente, o diálogo conceitual entre a concepção de Khan (1963/1984) e as expressões do sofrimento psíquico do desmentido de Ferenczi (1932/1992). No decorrer da vida, as vítimas acumulam feridas psicológicas devido à falta de reconhecimento e negação dos efeitos de situações de violência.

Assim, evidencia-se que as considerações teóricas deste trabalho são fundamentais para a compreensão do impacto traumático dos abusos em meios religiosos. Elas forneceram um alicerce para uma percepção sensível, que se revelou essencial na análise dos relatos das vítimas.

Prosseguindo com as investigações e direcionando o foco para a perspectiva de se houve ou não desmentido das vivências das vítimas pelo meio, exploramos questões relacionadas ao tempo decorrido entre o abuso e a revelação, bem como quem foi a primeira pessoa escolhida pela vítima para revelar os abusos. É relevante destacar que, neste ponto, nos deparamos com a necessidade das mulheres de falar livremente.

Durante a interação entre a entrevistada e a pesquisadora no momento da coleta de dados, diversos conteúdos até então não revelados surgiram. Nossa hipótese para esse fenômeno é o vínculo estabelecido e as estratégias empregadas durante a entrevista.

Tabela 11 - Revelação pela primeira vez (n = 20)

Tempo para contar	Frequência	Porcentagem válida (%)
Não lembra	2	10
2 dias	1	5
3 dias	1	5
2 semanas	1	5
2 meses	1	5
4 meses	1	5
1 ano	1	5
2 anos	2	10
3 anos	2	10
4 anos	1	5
5 anos	1	5
6 anos	1	5
8 anos	1	5
10 anos	1	5
19 anos	1	5
23 anos	1	5
50 anos	1	5
Total	20	100

Para quem revelou pela primeira vez	Frequência	Porcentagem válida (%)
Amiga	5	25
Mãe	3	15
Marido	2	10
Amigo	1	5
Colega de trabalho	1	5
Entrevistadora	1	5
Esposa	1	5
Irmã do convento	1	5
Mãe da namorada	1	5
Namorado	1	5
Pai	1	5
Pais	1	5
Terapia	1	5
Total	20	100

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

Na tabela 11, foi observado que o intervalo de tempo para a revelação pela primeira vez predominou em anos e décadas ($f = 12$; 60%), enquanto aquelas que não se lembram representaram uma parcela menor ($f = 2$; 10%). Esses dados corroboram com o que discutimos nesta dissertação a respeito das estratégias de controle das lideranças nocivas e os sentimentos que afloram nas vítimas antes de decidirem compartilhar suas experiências.

O período mínimo de tempo para a revelação foi de 1 a 50 anos. A amostra também revelou situações em que as vítimas contaram sobre os abusos no mesmo dia ou em questão de dias, semanas e meses ($f = 6$; 30%), apontando para uma minoria que conseguiu se afastar do meio religioso abusivo.

Prosseguindo nos resultados, os familiares e relacionamentos afetivos apareceram como os contatos mais confiáveis para escutá-las ($f = 9$; 45%), seguido de amigos ($f = 6$; 30%) e outras pessoas incluído a entrevistadora dessa pesquisa ($f = 5$; 25%).

Tabela 12 - Falou pela primeira vez na entrevista? (n = 20)

Desmarcou ou não apareceu	Frequência	Porcentagem válida (%)
Não	20	100
<hr/>		
Abriu o recurso de vídeo	Frequência	Porcentagem válida (%)
Sim	15	75
Não	5	25
Total	20	100
<hr/>		
A entrevistadora foi a primeira saber?	Frequência	Porcentagem válida (%)
Não	10	50
Primeira a saber todos detalhes	9	45
Sim	1	5
Total	20	100

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

Tabela 13 - Média de tempo da entrevista (n = 20)

Tempo	
Média	1h55m
Mínimo	30m
Máximo	3h05m

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

No decorrer da coleta, observou-se uma simetria nas respostas quando questionadas se a pesquisadora era a primeira pessoa a saber. Em vários momentos, as entrevistadas mencionaram: “*Eu nunca falei com todos esses detalhes*” (N01); “*Falar? Tudo isso que estou te contando, nunca*” (N05); “*Eu nunca contei essa parte, pois não lembrava*” (N06); “*Nossa, eu não lembrava dessa parte*” (N10). Uma participante revelou, 50 anos depois, que foi motivada a compartilhar o que estava “*guardado em uma caixinha*” (N02), por meio do pôster da pesquisa.

As frequências foram as seguintes: a pesquisadora foi a primeira a saber, resposta “não” ($f = 10$; 50%), resposta “com todos os detalhes” ($f = 9$; 45%) e resposta “sim” ($f = 1$; 5%). Interpretamos esses dados com base na compreensão das próprias participantes, que relacionaram a sequência temporal das perguntas, desenterrando gradualmente processos de memórias, anteriormente sepultadas pelo esquecimento (ver tabela 12).

Neste momento, iniciamos uma breve discussão sobre um aspecto que nos surpreendeu nesta pesquisa. Do $n=20$ que compõem esta amostra, nenhuma participante desmarcou ou deixou de comparecer ($f=20$; 100%), indicando a necessidade que as vítimas tem de falar em um espaço que se sintam seguras e ouvidas sem julgamentos. Inicialmente, antes das gravações, muitas demonstraram ansiedade ao compartilhar suas experiências, ao mesmo tempo, em que manifestaram apreensão em relação à condução do trabalho.

No entanto, à medida que avançávamos nas explicações e mantínhamos conversas mais descontraídas, as entrevistadas passaram a sentir-se seguras para ativar seus recursos de câmera ($f=15$; 75%).

O restante da amostra não tinha essa opção de recurso ou estava profundamente preocupadas com possíveis “*retaliações espirituais e físicas*” (N=12) e (N=17), caso seus rostos fossem exibidos, a frequência desse temor foi de ($f=5$; 25%). A duração média das sessões de gravação foi de 1 hora e 55 minutos. Não incluímos gravações de leitura de documentos, esclarecimentos e *feedbacks* (Tabela 12).

Bleger (1979/2001) destaca a importância do vínculo entre o entrevistador e o participante, enfatizando que o entrevistado precisa sentir-se seguro quanto ao

sigilo profissional. Além disso, é essencial assegurar que nenhum dado será revelado sem prévia autorização. Também é ressaltado que o entrevistador deve estar preparado para lidar com diferentes tipos de entrevistados e o silêncio (depressivo, reflexivo, confusional, etc.), evitando ser levado pela angústia e, assim, não atropelar o processo, proporcionando tempo para as elaborações e conexões que surgem na mente do participante.

Em entrevistas que abordam temas complexos, é comum que elas tenham uma duração considerável, tornando recomendável a disponibilização de horários para uma entrevista por dia, visando de prevenir racionalizações e atropelos (Bleger, 1979/ 2001).

Identificou-se a maneira como as narrativas das vítimas foram recebidas e tratadas pelos contextos nos quais elas sentiram confiança para revelar. Mais especificamente, buscou-se evidenciar se as experiências compartilhadas encontraram validação ou, em contrapartida, foram desmentidas e questionadas.

Essa dimensão da análise pode revelar não somente o impacto imediato da revelação, mas também a profundidade das barreiras enfrentadas pelas sobreviventes ao buscarem reconhecimento e justiça.

Tabela 14 - Desmentido e validação (n = 20)

Foi desmentida	Frequência	Porcentagem válida (%)
Sim	17	85
Não	3	15
Total	20	100
Sua experiência foi validade	Frequência	Porcentagem válida (%)
Sim	17	85
Não	3	15
Total	20	100
Desmentidos significativos	Frequência	Porcentagem válida (%)
Família / Pais / Parceiros(as)	5	25
Órgãos Públicos	5	25
Mãe de Santo / Entidades da casa	3	15
Ninguém	3	15
Amigos(as)	2	10
Membros da instituição	2	10
Total	20	100
Validações significativas	Frequência	Porcentagem válida (%)
Família / Pais / Parceiros(as)	6	30
Amigos(as)	3	15
Ex-membros	3	15
Órgãos Públicos	3	15
Psicóloga	2	10
Ninguém nunca contei	2	10
Ninguém nunca contei	1	5
Total	20	100

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

Em consonância com a tabela 14, considerando que a revelação ocorreu com diferentes pessoas e contextos de vida das entrevistadas, o desmentido e a validação alcançaram a mesma frequência, pois enquanto por um lado tiveram suas palavras colocadas em dúvida, por outro foram acolhidas em suas verdades. As respostas “sim” ($f = 17$; 85%) e “não” ($f = 3$; 15%) revelam essa paridade tanto para validação, quanto invalidação. É interessante observar desvalidação dos órgãos públicos que não acreditaram nas vítimas ($f = 5$; 25%) e aqueles que acolheram as denúncias ($f = 3$; 15 %).

Os casos de desmentido dentro da instituição religiosa, incluindo fiéis, foi de ($f = 5$; 25%). Frisando que os que acreditaram nas vítimas eram ex-membros ($f = 3$; 15%).

Foi constatado que, nenhum meio religioso, que compões essa amostra e teve ciências dos fatos ocorridos, validou as denúncias das mulheres vítimas (ver tabela 14).

Devido aos limites, nem todas as falas referentes ao desmentido e validação puderam ser incluídas neste trabalho, mas ressalta-se que todas são muito importantes. Alguns trechos abaixo demonstram como essas mulheres vítimas foram afetadas quando decidiram compartilhar suas histórias.

“[...] duvidaram da minha palavra, que o que eu estava falando não era verdade, me xingaram, disseram se aconteceu isso tudo, por que que eu fiquei tanto tempo com ele? Por que que eu não saí? Porque é que eu não denunciei antes, só agora que eu tinha saído? Então foram vários, os questionamentos a minha integridade e honestidade e isso me abalou, por mais que tenha sido uma minoria, ainda assim me abalou psicologicamente [...] O machismo é tão forte que dentro do nosso grupo os nossos colegas homens não acreditavam, eles sempre diziam que éramos nós, as vítimas que procuravam o médium e buscávamos por aquilo, por essas situações horrorosas e algumas mulheres também não acreditavam, tinham o mesmo discurso que a culpa é da vítima. Depois que eu denunciei, eu me senti acolhida pela minha amiga que contei a 1ª vez, pelo meu amigo que me incentivou a fazer as denúncias, pela promotora que pegou o meu caso” (N01).

“Algumas pessoas falaram deixa para lá e coisas mais nesse sentido. Eu lia muitas coisas na internet[...] eu li diversos comentários terríveis contra as vítimas. Então era muito difícil de ler aquilo[...] nos chamando por nomes de baixo calão, esses comentários iam em defesa dele, [...] esses relatos vinham de muitas mulheres leigas que não faziam ideia do que aconteceu. Eu me senti muito mal. [...] O advogado canônico foi uma das melhores coisas que me aconteceu na época ele foi extremamente compreensivo comigo” (N03).

“E agora que todo mundo sabe, eu saí de louca [...] E eu senti muita frustração ao revelar, pois, durante algum tempo todos tinham acesso a minha história, e eu me sentia muito exposta, muito triste, é muito ruim, eu me sinto punida, isso é uma dor que eu carrego até hoje” (N06).

“A vítima, se torna mais uma vez vítima, é uma revitimização, por conta do preconceito das pessoas, eu era a vista como uma vagabunda, aliciadora, descarada e mais uma série de coisas. Como eu me senti? Foi tudo muito traumático, eu fiquei muito, muito mal. Algumas pessoas, que não são desse meio, não foram agressivas, mas tiveram dificuldades para entender como uma mulher como eu estudada, independente, esclarecida caí numa lábia dessas, elas diziam realmente, se isso aconteceu é uma lavagem cerebral, não tem outra justificativa. E eu te falo, eu tenho vergonha de tudo isso. Minha mãe não me incentivou a falar,

ela dizia para eu deixar isso para lá, mas eu não deixei. [...] No dia, da 1ª entrevista, eu tive vergonha, por tudo que vivi e também porque era uma equipe composta só de homens, e sobre algo que eu nunca falei para ninguém. Já nesse 2º dia da denúncia no judiciário, quem colheu as informações foram mulheres: a advogada responsável, a escritã e a minha ex-esposa, então foi mais tranquilo para falar, acho que mais aconchegante, por serem mulheres, e mulheres que não estavam me julgando. Foi uma sensação de ter sido acolhida e respeitada como vítima” (N07).

*“O tempo inteiro, fui desacreditada, me senti péssima, me senti uma pessoa sem valor algum, que tipo, fo***-se, não tem como se sentir diferente. A delegada que me atendeu na 1ª vez, foi incompetente e machista, ela sim, desacreditou bastante. [...]eu o processei, ele foi inocentado, nas 3 instâncias por 2 juízes e 1 juíza, uma mulher enfim, talvez pense como homem [...] e aí ele entrou com um processo contra mim, eu fui considerada culpada e tive que pagar financeiramente pelo meu silêncio, acordo feito por mediação, caso eu não tivesse esse valor, eu seria encarcerada [...] Credo! Ai estou cansada! Foi muito decepcionante, aquela força que parecia que seria um processo coletivo e acabou sendo um processo individual, 100% sozinha, 100% sozinha com cansaço e exaustão” (N09).*

“Sim, minha mãe desde sempre acreditou, e aquela moça que veio nos visitar e contou o que o bispo fazia com a bebê filha dele, ela não duvidou de mim. [...] Eu quando criança não contei para mais ninguém, minha mãe sempre me ensinou não me expor, ela tinha uma fala assim: ‘filha, não se, cabe em todo lugar’[...] A reação de outras pessoas? Minha mãe contou para uma amiga dela, mas amiga questionou diversas vezes, se eu não tinha feito nada para isso acontecer, ela chegou a supor que eu tinha sonhado, que isso não tinha acontecido, quando a minha mãe me contou, que ela achou isso, eu comecei a desacreditar de mim. Durante um tempo, eu comecei a achar que eu havia sonhado isso” (N10).

“A minha amiga e irmã dela, não acreditaram em mim, eu fui desmentida, por ambas. Elas disseram que eu estava louca, que eu entendi completamente errado, que não entendi nada. Eu disse, ‘por quê? Ele já fez isso com vocês?’ E elas disseram nunca, ele era a melhor pessoa que conheciam no universo. Ele era uma pessoa boa, uma pessoa maravilhosa que só faz o bem, se existe o bem no mundo é ele. Que eu não entendi, não pode ter sido isso. Eu lembro da minha amiga dizendo: ‘você está exagerando, o que está acontecendo? Você quer atenção, é porque você terminou com seu namorado, você está precisando de ajuda.’ [...] Assim, desse jeito, ameaçaram falar para minha mãe, falaram que eu estava com problemas mentais, que isso ali era um grito de ajuda, eu estava pedindo ajuda. [...] Por conta disso, de vergonha, de culpa, de não ser bem recebida nunca mais contei [...] você é a 3.ª pessoa que está sabendo disso, em quase 20 anos do ocorrido [...] eu coloquei isso dentro de uma caixa de sapato lá, no fundo da minha alma” (N20).

As vítimas de violência e abuso sexual podem enfrentar um aumento significativo do sofrimento psicológico quando suas experiências traumáticas são desmentidas ou não validadas. Ao não serem ouvidas, acreditadas ou apoiadas, isso pode levar a uma sensação de isolamento, confusão e até mesmo à perda de confiança em sua própria percepção da realidade. Essa invalidação repetida das experiências traumáticas pode aprofundar o impacto do trauma, dificultando a capacidade de processamento emocional e de recuperação (Ferenczi, 1932/1992).

Além disso, a questão do trauma é ampliada pelo fato de que essa invalidação persistente pode comprometer não apenas o bem-estar emocional, mas também o senso de si mesmo e a percepção da própria história. É como se a negação das experiências traumáticas criasse uma fratura na narrativa interna, tornando mais difícil a integração e o enfrentamento do evento (Ferenczi, 1932/1992).

Nesse contexto, a recuperação torna-se um desafio ainda maior, à medida que a pessoa lida não apenas com o evento traumático em si, mas também com as consequências do desmentido e da falta de validação. Isso atua como mais um fator traumático que compromete o sentido, os processos de subjetivação e a espontaneidade, resultando em uma representação sem consistência psíquica. Isso coloca a questão do trauma no âmbito da possibilidade-impossibilidade da experiência (Peixoto Junior, 2006).

Conforme evidenciado em nossa análise, a invalidação ou minimização das situações traumáticas emergiu em diversos espaços, incluindo os religiosos e os órgãos públicos. É compreensível que muitas mulheres optem por ocultar essas experiências por meio do silenciamento, como uma estratégia de autopreservação. Nossa hipótese é que isso ocorre devido ao despreparo das instâncias que deveriam apoiar, incentivar e proteger, resultando, muitas vezes, em perpetuação do descaso (Kelly & Radford, 1996).

Adicionalmente, Moreira et al. (1992) destacam os mecanismos de autculpabilização que aprisionam a mulher no ciclo do medo e da vergonha. Esses mecanismos, ao deslocar a culpa do agressor para a própria vítima, podem levar a adotar comportamentos de autocensura ou autocrítica excessiva.

A base da violência contra as mulheres está profundamente enraizada no componente cultural da sociedade, que impõe padrões de comportamento ideais para ambos os gêneros, submetidos a estereótipos patriarcais que persistem na atualidade (Nader, 2006).

Muitas mulheres vitimadas, em meios religiosos, se veem na posição de silenciar suas dores, isto pode ser devido a confluência de diversos fatores que permeiam as dimensões emocionais e sociais. No âmbito emocional, o silêncio muitas vezes decorre dos laços afetivos entre a vítima, o ambiente da fé e o líder que, aos poucos, vai mostrando seu lado abusivo, acrescentando-se à cultura do machismo impregnada nesses meios.

Além disso, o sentimento de culpa, pois ela pode ser responsabilizada por destruir um trabalho espiritual ou de caridade que auxilia a comunidade, contribui para o silenciamento, como observado em algumas de nossas entrevistadas. As pressões sociais também são outro fator, uma vez que elas temem as reações vindas da família, dos amigos e da sociedade em geral, especialmente quando o caso se torna midiático.

Esses movimentos vão ao encontro do que Honneth (1992/2011) chamou de “recusa de reconhecimento”, despotencializando as pessoas que ficam em uma posição marginalizada. Concordamos com a correlação que Gondar (2012) faz entre os pensamentos de Ferenczi e Honneth; o desmentido é também uma forma de violência no campo social.

Diante dessa complexa situação em que as vítimas se encontram, é fundamental compreender os impactos psíquicos que podem surgir como consequência dessas experiências traumáticas. As dinâmicas de silenciamento e invalidação, muitas vezes presentes nos meios religiosos, não apenas dificultam a expressão das dores das vítimas, como também acarretam implicações emocionais e psicológicas de longo alcance. Portanto, é essencial examinar de que forma o trauma resultante desse ciclo de silêncio e revitimização afeta a saúde mental das vítimas, bem como sua capacidade de cicatrização do trauma.

Tabela 15 - Questões psíquicas (n = 20)

Buscou ajuda psicológica após o abuso/revelação	Frequência	Porcentagem válida (%)
Sim	13	65
Não	5	25
ONG única vez	1	5
Preciso	1	5
Total	20	100
Uso de medicação para saúde mental	Frequência	Porcentagem válida (%)
Sim	12	60
Não	8	40
Total	20	100
Pensou em suicídio	Frequência	Porcentagem válida
Não	12	60
Sim	8	40
Total	20	100
Principais diagnósticos de saúde mental	Frequência	Porcentagem válida (%)
Depressão	5	25
Nenhum	2	10
Ansiedade e Depressão	2	10
TEPT	2	10
TEPT, Bordeline, depressão e Bipolaridade	1	5
Amnésia	1	5
Compulsão Alimentar	1	5
Depressão e Anorexia nervosa	1	5
Depressão e Compulsão alimentar	1	5
Depressão e Ataque de pânico	1	5
Depressão e Usuária de cocaína	1	5
Depressão e Anorexia nervosa	1	5
Perdoar os pais	1	5
Total	20	100

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

Em conformidade com a tabela 15, que trata dos aspectos psíquicos das vítimas, chegou-se aos seguintes resultados. As que buscaram ajuda psicológica ($f = 13$; 65%), as que não ($f = 5$; 25%). Uma entrevistada, levantou a questão do atendimento oferecido por uma instituição ($f = 1$; 5%), mas que só se deu uma única vez no intuito de colher dados para denunciar, ela não fez a denúncia e não sentiu

que se formou uma rede de apoio com os profissionais do referido local. Outra ($f = 1$; 5%) informou que precisava de ajuda e foi encaminhada, pela entrevistadora, para as redes de cuidado e proteção.

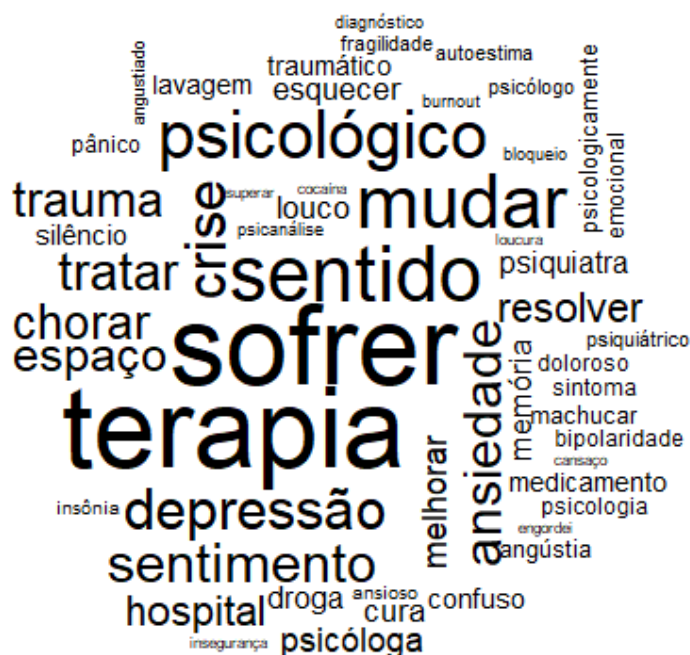
Em relação à necessidade de uso, de medicamentos, durante e após o abuso, para “sim” ($f_{12} =$; 60%) e para não ($f = 8$; 40%). É alarmante que mais da metade da amostra teve ideação ou tentativa de suicídio ($f_{12} =$; 60%) para sim e ($f = 8$; 40%) para não.

Nenhum sintoma foi ($f_2 =$; 10%), o principal diagnóstico identificado na amostra foi a depressão isolada ou com comorbidades, que englobou, ansiedade, ataques de pânico, borderline, bipolaridade, compulsão alimentar, uso frequente de cocaína e anorexia nervosa ($f_{14} =$; 70%). Outros diagnósticos, sem depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), amnésia e compulsão alimentar ($f_3 =$ 15%) e ajuda para “perdoar os pais” em decorrência do desmentido foi ($f_1 =$ 5%).

Os dados apresentados reforçam as conclusões das pesquisas discutidas na seção teórica deste estudo, que identificam e delineiam os principais sintomas e transtornos enfrentados por vítimas de violência. A consistência entre os resultados obtidos e as informações teóricas ressaltam a relevância desses achados, validando as descobertas à luz do conhecimento científico preexistente (Kilpatrick et al., 2003).

Mediante análise de nuvem de palavras, foi possível identificar os principais sentimentos, afetos, formas de apoio e expectativas predominantes durante o período em que as entrevistadas buscavam ajuda para lidar com as questões traumáticas que enfrentavam. Algumas estavam à beira do limite suportável, enquanto outras se encontravam no estágio de desvinculação da instituição e de denúncia. A nuvem de palavras inclui os termos mais frequentemente mencionados, entre eles "sofrer", "sentido", “terapia”, “depressão”, “ansiedade”, "mudar", "trauma", "psicológico", “chorar”, “espaço” e “melhorar”. Esses termos ganharam destaque notório, e a representação visual oferece *insights* sobre as implicações para a saúde mental das vítimas.

Figura 6: Nuvem de palavras – Busca de elaboração psíquica



Fonte: dados gerados pelo IRaMuTeQ, 2023

“O engraçado que eu fiquei pensando antes da nossa entrevista, eu tenho 58 anos, mas eu me lembro perfeitamente do episódio, eu lembro dos detalhes, lembro do lugar, do Congá, das características físicas desse Pai de Santo. Eu lembro do desconforto que eu senti. Me lembro quando ele me puxou para me beijar. [...]Eu estou me sentindo bem em ter falado, para você, depois de tantos anos, pela 1ª vez.” (N=02).

“O que me resgatou mesmo, foi meu trabalho artístico na época, e depois a terapia, que faço até hoje, com o mesmo terapeuta, tem 12 anos, pois para além dessas questões meios religiosos que te contei, desde a violência de ser retirada do meu meio indígena até esses padres abusadores [...]eu desenvolvi uma depressão gravíssima” (N=05).

“Na Psicóloga, eu me senti acolhida, super amada, super cuidada. E aquilo ali foi, por muito tempo, meu sustento para não enlouquecer. Foi muito sustentador, porque uma coisa é você não perceber o que está acontecendo com você, outra e quando você percebe, liga os pontos, é enlouquecedor” (N06).

“Busquei todas, todas as ajudas para minha saúde mental, nessa fase foi o momento que eu entrei em depressão. Tentei suicídio, me vi sem fé mesmo, assim, sem fé na vida, sem fé em nada. Hoje eu estou apenas com terapia semanal, mas passei por psiquiatra também, tomei remédio, mas os medicamentos não me fizeram bem” (N=09).

“Precisei de terapia, para trabalhar as possibilidades de perdoar a atitude dos meus pais, diante dos recursos que eles tinham, para tomarem aquela decisão” (N15).

“Olha! Tem mais, agora, que eu me lembrei, uns 4 ou 5 anos depois que aconteceu o estupro, eu comecei a ter pesadelos terríveis, foi quando eu tive a minha 1.ª crise de depressão[...]. Eu precisei fazer uso de 3 medicações, para dormir, para acalmar e antidepressivo.” (N20).

A psicoterapia desempenha um papel fundamental na jornada de recuperação das mulheres que enfrentaram traumas decorrentes de abusos sexuais. Além de oferecer um espaço seguro e confidencial para explorar emoções e pensamentos, o atendimento psicológico auxilia no fechamento das feridas emocionais. Dependendo da gravidade do traumatismo psíquico, o processo terapêutico pode minimizar as cicatrizes psicológicas, possibilitando a restauração do bem-estar emocional e mental. Esse trabalho terapêutico, se enquadra na clínica do traumático, requerendo capacitação específica para abordar as complexidades e necessidades das pessoas que enfrentaram situações excessivas de violência e pavor (Almeida-Prado & Feres-Carneiro, 2005; Caillot, 2022; Ferenczi, 1932/1992).

Na tabela 16, os resultados visaram compreender possíveis alterações na relação com a fé e religiosidade antes e após os abusos. A análise desses aspectos permitiu entender as implicações emocionais e relacionais com a espiritualidade após as experiências abusivas em contextos religiosos.

Tabela 16 - Relações com a fé e a espiritualidade (n = 20)

Fé / espiritualidade antes dos abusos	Frequência	Porcentagem válida (%)
Um pouco	9	45
Muita fé	7	35
Nenhuma	4	20
Total	20	100
Fé / espiritualidade após os abusos	Frequência	Porcentagem válida (%)
Alterou, mas ainda tem fé	9	45
Muita fé	6	30
Perdi a fé	5	25
Total	20	100

Fonte: Dados gerados pelo SPSS, 2023

Os dados acima, mostram os impactos nas crenças religiosas das entrevistadas. No início da entrevista, as participantes foram questionadas sobre as relações que tinham com a espiritualidade, antes dos abusos. Os resultados mostraram que ($f\ 9 = 45\%$) indicaram ter "um pouco de fé", enquanto ($f\ 7 = 35\%$) afirmaram ter "muita fé", totalizando um percentual afirmativo de ($f\ 16 = 80\%$). Por outro lado ($f\ 4 = 20\%$) participantes disseram não ter "nenhuma fé".

Ao encerrarmos a coleta, a mesma pergunta foi feita, referindo-se ao momento atual. Entre as respostas ($f\ 9 = 45\%$) indicaram que suas crenças religiosas foram alteradas, mas ainda mantinham a fé. Enquanto isso ($f\ 5 = 25\%$) participantes afirmaram ter "perdido a fé", totalizando uma alteração nesse quesito com ($f\ 14 = 70\%$). Aquelas que ainda mantêm "muita fé" passou para ($f\ 6 = 30\%$).

Esses resultados indicam que as violências sexuais, em meios religiosos, tiveram um impacto nas crenças das vítimas, levando-as a reconsiderar suas relações com a fé e a religiosidade. Essa constatação está em consonância com o conceito de “trauma espiritual/religioso”, conforme definido por Panchuk (2018). Esse termo descreve um evento traumatizante em ambientes religiosos, no qual as convicções pessoais estão intrinsecamente conectadas com a religião, resultando em um impacto na religiosidade, que reconfigura as percepções individuais sobre as divindades. Essa reformulação pode gerar experiências emocionais intensas, caracterizadas por sentimentos profundos de temor ou desconfiança em relação ao divino e aos ambientes religiosos.

Além disso, esse trauma tem o potencial de interferir nos mecanismos de resiliência das vítimas, que é uma habilidade do ser humano de lidar com adversidades. Ao invés de apenas "superar" as experiências dolorosas, a resiliência envolve uma transformação, na qual as vivências difíceis contribuem para um fortalecimento interno e uma integração positiva na saúde mental dos indivíduos (Melillo & Ojeda, 2005).

“Eu não perdi a minha fé, eu acho que se eu tivesse perdido a minha fé seria realmente perder tudo. Eu acredito em Deus, tenho crença espiritual. Eu hoje faço internamente, na minha casa é dentro do meu quarto, eu não preciso, estar em um local religioso para fazer isso, mas eu sinto falta de exercer a minha espiritualidade

para outras pessoas, mas fico hoje com receio de frequentar qualquer lugar” (N01).

“Professar a minha fé, estar na Igreja é importante para mim e a minha relação com Deus é uma relação que eu procuro todos os dias, tornar cada vez mais próxima. Então eu me apego muito a Deus. Eu oro. Eu vou à igreja. Eu participo das atividades [...] Deus, para mim, é muito importante. Eu acho que ter fé e desenvolver a sua espiritualidade, sua relação com Deus é uma coisa que te torna uma pessoa melhor” (N02).

“Ter fé? Hoje em dia não tenho[...] eu não consigo pensar, eu não sei, eu não penso, eu não penso em Deus, eu não falo com Deus, eu não rezo mais, eu não leio nada de religião, realmente tomei uma distância muito grande e eu também não quero pensar agora” (N03).

“Eu não acredito em mais nada, sei lá o que causou, sofri demais. Depois disso, eu comecei a desacreditar de tudo. Consegui encontrar um senso de sacralidade dentro de mim mesma, [...] eu tive que inventar coisas para mim, que me tiraram. Eu perdi a fé em Deus ou Deuses, [...] o que eu acredito, a gente vai morrer, mas dá para ficar vivo, na mente de algumas pessoas, com as coisas boas que a gente fez” (N06).

“Desconfiada de tudo, difícil de acreditar, eu não vou numa igreja, não consigo mais acreditar, a única coisa que ficou da espiritualidade para mim, foi os guias que eu conheci e respeito, o resto para mim, é tudo mentira” (N07).

“Na verdade, eu vejo como era bom ser ateia, viu? Poxa vida! Porque quando eu era ateia, tinha muita coisa que eu não sabia, a ignorância é uma benção e eu tinha muito mais paz. Então eu não queria ter passado pelo que eu passei. Entende? Não é saudade de quando eu era ateia, saudade da pessoa que eu era sem esse Estresse Pós-traumático. Sem toda essa história, que eu preferia não ter vivido, entendeu? Isso que eu quis dizer” (N12).

“A fé que já existia surpreendentemente, não foi afetada, pelo episódio, porque eu consegui fazer uma separação de quem era a pessoa, e de quem era a instituição e do que é a espiritualidade” (N15).

*“Eu continuo tendo fé, mas não quero ficar ligada a instituições. Tenho meus estudos semanais familiares. Somente eu, minha noiva e minha filha. Nós lemos uma página do Evangelho para crianças e conversamos de forma bem informal. O que abalou um pouco, depois dos abusos, foi a minha capacidade de confiar em lideranças religiosas e nas pessoas que estão conduzindo, de certa forma, aquela massa de fiéis. Não deixei de confiar na espiritualidade, porque a gente, como seres humanos, cometemos erros e fazemos as mer**” (N17).*

“Não sei, na verdade, a resposta é que não tenho resposta no momento, eu gostaria muito de ter fé, uma coisa boa de ter esse sentimento dentro de mim, mas não tenho e é muito ruim, você se sente muito sozinha quando não tem fé” (N20).

Esta análise, revela a profundidade e a persistência do impacto da violência sexual em ambientes religiosos sobre as crenças das vítimas. A fé, antes fonte de conforto e orientação, se transformou em um campo minado de memórias traumáticas e desconfiança. No entanto, a fé e a espiritualidade não foram completamente erradicadas. Em vez disso, elas foram transformadas e reconfiguradas à medida que as vítimas navegam em suas jornadas de recuperação.

Algumas vítimas conseguiram manter sua fé, embora com uma nova compreensão e prática dela. Outras se afastaram completamente da religião institucionalizada, mas ainda mantêm algum grau de espiritualidade pessoal. Ainda outras se encontram em um estado de incerteza, desejando a fé que uma vez possuíram, mas incapazes de reconciliar após as experiências traumáticas que sofreram.

Com as explorações e descobertas, no decorrer deste estudo, passemos agora para as considerações finais, onde discutiremos as implicações desses resultados e as possíveis direções para pesquisas futuras.

Capítulo 8

Considerações finais

Esta dissertação buscou integrar diversas perspectivas para aprofundar o entendimento das violências sexuais perpetradas em meios religiosos, examinando suas implicações psíquicas e as estratégias de controle subjacentes. Ao explorar as complexas interações entre a religião, o poder hierárquico e a vulnerabilidade das vítimas, emergiu uma teia intrincada de fatores que sustentam essas formas de abuso em diversos ambientes da fé.

A metodologia empregada neste estudo, com a utilização combinada dos *softwares SPSS e IraMuTeQ*, possibilitou um olhar abrangente dos aspectos pesquisados. Tal abordagem ofereceu um panorama multifacetado dos abusos e suas consequências, enriquecendo nossa compreensão sobre o fenômeno.

A análise das narrativas das vítimas permitiu desvendar camadas sutis de significado e padrões semânticos. Isso revelou as nuances das experiências em suas singularidades e pontos de convergência. Observamos que os constructos religiosos influenciaram profundamente a vivência pessoal e coletiva das vítimas, muitas vezes fortalecendo um ciclo de abuso mascarado pela autoridade religiosa.

Faz-se relevante mencionar algumas limitações do estudo. A amostra foi composta por mulheres, sendo que 19 das 20 participantes possuíam nível superior incompleto até doutorado. Entretanto, é importante observar que a maioria das brasileiras não concluiu o ensino fundamental. Além disso, embora a pesquisa tenha alcançado todas as regiões do Brasil, a predominância foi de residentes na região Sudeste do país. Em relação à cor/raça, metade das respondentes eram brancas, em um país onde a maior parte da população é negra (IBGE, 2022b).

No que tange às questões psicológicas, o estudo buscou compreender as questões do narcisismo patológico e da perversão narcísica em relação aos líderes religiosos tóxicos. Eles se valem da fé para manipular e subjugar, perpetuando um silenciamento que, por sua vez, reforça o trauma psicológico (Hassan, 2018; Racamier, 2022; Shaw, 2013; Singer & Lalich, 2003).

Também exploramos as repercussões de uma vivência espiritual com lideranças abusivas e nocivas, que muitas vezes pode levar ao “trauma religioso/espiritual”, afetando esta área da vida das vítimas como mais um fator patogênico que abala suas relações com a espiritualidade e o divino. O que antes era refúgio de paz e esperança, se torna uma zona de horror, com potencial em deixar marcas profundas (Panchuk, 2018).

Ao pesquisar os impactos psíquicos das violências sexuais em meios religiosos, à luz das contribuições de Ferenczi (1932/1992) e seus interlocutores, revelou-se a relevância do conceito do “desmentido”. Nesse cenário, as vítimas enfrentam frequentemente a negação de suas experiências traumáticas. Essa recusa por parte do meio não apenas amplifica o sofrimento, mas também reforça a perpetuação do abuso, oculto sob a fachada de um local harmonioso para o exercício da fé e da unidade da instituição religiosa.

Estas desvalidações, pelos diversos ambientes que a vítima está inserida, representam mais uma violência, que se acumula na psique das mulheres abusadas e silenciadas, trazendo consigo uma série de questões que afetam a saúde mental dessa população.

A psicoterapia desempenha um papel crucial na promoção de saúde mental das mulheres vitimadas, oferecendo um espaço de escuta, reconhecimento e validação de seus sentimentos e vivências. Possibilitando condições para o enfrentamento diante da desqualificação do afeto e da recusa do reconhecimento social, frequentemente associados à violência sexual. Esses elementos contribuem para a manutenção de um regime de intimidação e opressão que afeta inúmeras vítimas, as quais não conseguem mais suportar a sepultação de suas dores pelo descrédito de suas vozes (Gondar, 2012; Honneth, 1992/2011).

Sob essa perspectiva, o tratamento psicológico, com ênfase na clínica do traumático, na compreensão dos mecanismos de defesa como a clivagem, é uma abordagem terapêutica valiosa para ajudar as vítimas de violência sexual a processarem, as experiências traumatizantes, reintegrar as partes clivadas de seu ego e a lidar com a paralisia psíquica causada pelo traumatismo psíquico (Caillot, 2022; Ferenczi, 1932/1992).

Nessa direção, um dos aspectos que mereceu destaque neste estudo foi a várias formas de violência, incluindo aquelas de natureza doméstica, de gênero e os abusos sexuais infantojuvenis que ocorreram em diferentes momentos: antes, durante e após os martírios enfrentados pelas participantes nos meios religiosos..

Esta foi uma das constatações mais sérias desta pesquisa: a vulnerabilidade específica das mulheres e crianças em nossa sociedade patriarcal. Embora nem todas as participantes desta amostra estivessem em situação de vulnerabilidade, o simples fato de ser um corpo feminino em nossa cultura machista já nos coloca suscetíveis a diversas formas de violência, incluindo a religiosa.

As dinâmicas de poder e as estruturas hierárquicas se apresentaram como fatores para a perpetuação dessas vulnerabilidades. Essa realidade destaca a necessidade premente de reflexão e abordagem das raízes profundas da violência de gênero em contextos religiosos.

Embora o foco de nosso estudo tenha sido mulheres, sublinhamos que também houve alguns casos de vítimas do gênero masculino, que nos procuraram para participar da coleta. Como essa amostra não fazia parte do critério de inclusão, eles não participaram das entrevistas, mas foram acolhidos via *WhatsApp*. Este dado adiciona uma dimensão maior à compreensão do alcance dos abusos sexuais em ambientes religiosos, sendo os homens também desmentidos e silenciados, com ameaças e desqualificações.

Este dado reforçou, a nossa conclusão, sobre a pertinência de amplificar as vozes das vítimas em nosso território e promover um debate contínuo sobre a violência sexual em contextos religiosos, de modo a enfrentarmos de maneira efetiva essa delicada questão.

É de suma importância destacar que uma parte das entrevistadas conseguiu interromper os abusos sexuais perpetrados por líderes religiosos, seja através da revelação precoce das agressões ou do desligamento rápido da instituição. Essas mulheres relacionaram suas atitudes protetivas a uma educação sexual recebida da família, sendo que a maioria citou as mães, que discutiam abertamente o assunto desde a infância, além de receberem orientações básicas na escola. Ao contrastar esses dados com aquelas que não tiveram um ambiente propício para dialogar sobre

questões de sexualidade em suas famílias ou na escola, identificou-se um fator considerado de risco para as vítimas, independentemente de serem mais jovens ou mulheres maduras.

Diante das complexidades reveladas por esta pesquisa, torna-se fundamental propor políticas públicas eficazes para enfrentar e prevenir a violência sexual em ambientes religiosos. Sugerimos a implementação de campanhas abrangentes de conscientização, visando educar o público sobre as formas de abuso em contextos religiosos. Isso inclui orientações sobre como identificar ações que não são espiritualmente saudáveis, mas sim estratégias perversas das lideranças, os impactos para a vítima e para a comunidade, e como denunciá-las. Além disso, a fiscalização desses espaços religiosos é imperativa, com a aplicação de regulamentações e normas de conduta rigorosas para garantir a segurança das pessoas que frequentam esses locais.

Recomendamos a elaboração de legislações específicas para tipificar esses crimes e garantir que os perpetradores sejam responsabilizados de maneira adequada. Além disso, é necessário capacitar profissionais para lidar com essa demanda, que está relacionada ao traumático, sem perder de vista os impactos potencialmente desagregadores para as pessoas vitimadas a curto e longo prazo. No entanto, é crucial abordar o tema com delicadeza e compreensão, considerando os contextos de vida e os laços formados em torno das questões da fé e religiosidade das vítimas.

Em síntese, esta pesquisa buscou lançar luz sobre uma realidade muitas vezes oculta: a violência sexual em ambientes religiosos e os complexos mecanismos de controle que a sustentam. Ao explorar os impactos psíquicos e a interseção entre o religioso e o traumático, faz-se um chamado à conscientização sobre a urgência de ações preventivas e de apoio às vítimas.

Esperamos que este estudo estimule a reflexão, levando mais pesquisadoras(es) a se dedicarem ao tema, fortalecendo o diálogo e a mobilização por mudanças concretas. É fundamental impulsionar mais estudos na área para embasar políticas públicas e intervenções governamentais que há muito tempo precisam ser implementadas. Isso é crucial para que as violências sexuais em

ambientes religiosos deixem de ser abafadas pela impunidade e ocorram cada vez menos.

Concluimos, sem esgotar o tema, que por meio de uma abordagem abrangente e colaborativa, envolvendo a esfera legislativa do governo, profissionais de saúde mental, mais pesquisas, instituições religiosas com lideranças sérias e a mobilização da sociedade civil, além do fortalecimento da voz das vítimas nas redes sociais e outras vias de comunicação — com a devida proteção para que estas não sejam retaliadas —, podemos vislumbrar um futuro onde as pessoas se sintam mais protegidas para professar sua fé em ambientes religiosos seguros e saudáveis para todos.

Capítulo 9

Referências bibliográficas

- Abedi, M. (2017, 22 de novembro). #ChurchToo: Hashtag explains sexual assault goes beyond politics and Hollywood. *Global News*.
<https://globalnews.ca/news/3877228/churchtoo-hashtag-sexual-assault/>
- Abras, R. M. G. (2014). Ferenczi, uma clínica a partir do traumático. *Reverso*, 36(67), 85-89.
- Afek, O. (2019). Reflections on Kohut's theory of self psychology and pathological narcissism-Limitations and concerns. *Psychoanalytic Psychology*, 36(2), 166–172. <https://doi.org/10.1037/pap0000201>
- Alcici, R. D. S. (2021). *A mulher como campo de batalha: Um estudo psicanalítico do estupro como arma de guerra* (Dissertação de mestrado). PUC-Rio.
- Almeida-Prado, M. D. C., & Féres-Carneiro, T. (2005). Abuso sexual e traumatismo psíquico. *Interações*, 10(20), 11-34.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v10n20/v10n20a02.pdf>
- Almeida-Prado, M. D. C., & Pereira, A. C. C. (2008). Violências sexuais: incesto, estupro e negligência família. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(2), 277-291. <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/9rvfMnkKFxkwPQnNGSrX9wd/?lang=pt>
- Alves, L. H. da S. (2018). *Um estudo psicanalítico sobre o trauma e o sofrimento psíquico em situação de violência* [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21091>.
- Alves, R.D., Mendonça, A,L,D .Projeto de Lei 3780/2020. *Dispõe sobre estabelecer medidas contra o abuso sexual praticado por ministros de confissões religiosas, profissionais das áreas de saúde ou de educação e por quaisquer pessoas que se beneficiem da confiança da vítima ou de seus familiares para praticar tais crimes, quando a vítima for menor de dezoito anos ou incapaz*. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1912828&filename=PL%203780/2020
- American Psychiatrias Association (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. (DSM-V). (5th ed.). APA.
- Antunes, M., & Romão, R. (2020). *Cuidar é revolucionário: Relatório anual 2020*. Think Olga, Think Eva. https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/12/tabloide_OLGA_EVA_2020_digital.pdf
- Armstrong, K. (2009). *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. Editora Companhia das Letras.

- Arreguy, M., & Montes, F.F. (2019) Ferenczi e a educação: desconstruindo a violência desmentida. *Estilos da clínica*, 24(2), 246-261.
- Baffa, P.M: *Entrevista com Bial: Caso João de Deus* [Talk Show]. Direção de Maria Pia Baffa; Produção de Anelise Franco; São Paulo: Rede Globo; 2018.
- Band News. (2020). *Caso Flordelis: Testemunhas relatam abusos sexuais*. [Reportagem]. Band News.
- Bandeira, L. M., & Almeida, T. M. C. (2015). Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. *Revista Estudos Feministas*, 23(2), 501-518. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p501>
- Barker, E. (1989). *New Religious Movements: A Practical Introduction*. Her Majesty's Stationery Office.
- Beckford, J. A. (1985). *Cult controversies: The societal response to new religious movements*. Tavistock.
- Bial, P. (Diretor). (2020). *Em Nome de Deus* [Série de TV]. Rede Globo..
- Birman, J. (2009). *Cadernos sobre o mal*. Civilização Brasileira.
- Bleger, J. (2001). *Temas de Psicologia: Entrevistas e grupos* (R. M. M. Moraes, Trad.; 2º ed). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1979).
- Bogen, K. W., Haikalis, M., M.Lopez, R. J., López, G., & Orchowski, L. M. (2022). It Happens in #ChurchToo: Twitter Discourse Regarding Sexual Victimization Within Religious Communities. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(3–4), 1338–1366.
- Bokanowski, T. (2005). Variações dos conceitos de traumatismo, traumático e trauma. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 39(1), 27–38.
- Botella, C., & Botella, S. (2002). *Irrepresentável, mais além da representação*. Editora Criação Humana.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina* (M.H. Kuhner, Trad.; 2ª ed.). Bertrand Brasil.
- Braga, A.X. (2016). *Sociologia da Religião*. Capes. <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/175184>
- Brandão, G. (2009, setembro 30). *Lei Joanna Maranhão: aprovada prorrogação de prazo para prescrição de crime sexual contra criança*. Senado Notícias.
- Brasil. (1940). Lei n.º 2.848/1940, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal* <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Brasil. (2006). Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

- Brasil. (2009). Lei n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm
- Brasil. (2012). Lei n.º 12.650, de 17 de maio de 2012, (*Lei Joanna Maranhão*). Altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112650.htm
- Brasil. (2013). Lei n.º 12.845, de 1º de agosto de 2013 (*Lei do Minuto Seguinte*). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Brasil. (2019). *Violências patrimonial, moral e psicológica contra a mulher*. <https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/violencias-patrimonial-moral-e-psicologica-contr-a-mulher>
- Brasil. (2021). Lei n.º 14.188, de 28 de julho de 2021. *Violência psicológica contra a mulher*. (Art.147-B) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14540.htm
- Brasil. (2023). Lei n.º 14.540/2023, de 3 de maio de 2023. *Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14540.htm
- Brenner, L. (2017). *Beware of love bombing*. Watchman. [Expositor]. <https://watchman-ga.org/beware-of-love-bombing/>
- Breuer, J. & Freud, S. (1996). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad. Vol. 2). Imago. (Trabalho original publicado em 1893).
- Breuer, J. & Freud, S. (1996). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 2). Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: theoretical models of human developmental*. 6th ed ,793-828. John Wiley.
- Bueno, S., Martins, J., Lagreca, A., Sobral, I., Barros, B., & Brandão, J. (2023). Violência doméstica e sexual. In Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (pp. 17, 136, 154). FBSP. <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

- Burchard, E. R. (2020). Domestic Violence in a Fabricated Family: Reflecting on a Cult Next Door. *ICSA Today*, 11(2), 4-9.
- Burke, T. (2006). *Me Too*. Movement. <https://metoomvmt.org/get-to-know-us/tarana-burke-founder/>
- Cabrini, R. (2020, 14 de setembro) . O clamor das prisioneiras da mente - Parte 1 . *Conexão Repórter*. [Reportagem]. SBT. <https://www.youtube.com/watch?v=9MgW-fUOgv0>
- Cabrini, R. (2020, 23 de setembro). O Clamor das Prisioneiras da Mente - Parte 2. *Conexão Repórter*. [Reportagem]. SBT <https://www.youtube.com/watch?v=YEF7eYPcEx8>
- Caillot, J.-P. (2022). Perversão narcísica, sado-masiquismo e engrenagem perversa. In M. C. C. Almeida-Prado (Ed. e Trad.), *Perversão Narcísica: Incesto, assassinato e seus equivalentes*. Artesã.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IraMuTeQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.
- Campbell, R., Dworkin, E., & Cabral, G. (2009). An ecological model of the impact of sexual assault on women's mental health. *Trauma, violence & abuse*, 10(3), 225–246. <https://doi.org/10.1177/1524838009334456>
- Capucci, R., & Marques, M. (2020, 20 de agosto). *Ministério Público da Bahia investiga denúncias feitas por 14 mulheres de abusos sexual e psicológico contra líder espiritual*. [Reportagem]. G1 Bahia. <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/08/02/ministerio-publico-da-bahia-investiga-denuncias-feitas-por-14-mulheres-de-abusos-sexual-e-psicologico-contralider-espiritual.ghtml>
- Cardeñana, E., Lynn, S. J., & Krippner, S. (2000/14). *Varieties of Anomalous Experience: Examining the Scientific Evidence*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10371-000>
- Carta Capital. (2019, 3 de fevereiro). *Sabrina Bittencourt, que denunciou João de Deus, comete suicídio*. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/sabrina-bittencourt-que-denunciou-joao-de-deus-comete-suicidio/>
- Carunchio, B. F., Torres, C. M., Maraldi, E. de O., da Silva, F. E., Machado, F. R., de Medeiros, G. T., Pereira, G. R. R., Reichow, J. R. C., Martins, L. B., Martinez, M. D., Huang, M. F. de C., Filho, P. A. da S., Ribeiro, R. N., Zangari, W. (2018). Capítulo 2 – Religiosidade, Espiritualidade e Subjetividade. Em *Psicologia & Religião: Histórico, Subjetividade, Saúde Mental, Manejo, Ética Profissional e Direitos Humanos*. [Cartilha] . Universidade de São Paulo. http://www.usp.br/interpsi/?page_id=368
- Cassorla, R. M. S. (1984). O narcisista, branca de neve, e o poder em nossa sociedade: uma hipótese psicanalítica. *Estudos de Psicologia*, (3 e 4), 94-100. <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estudos/article/download/7690/5226>

- Chartier, J.-F., & Meunier, J.-G. (2011). Text mining methods for social representation analysis in Large Corpora. *Papers on Social Representations*, 20(37),1-47.
- Chauí, M. (1984). Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas antropológicas da mulher*, 4, 25-62.
- Cialdini, R. (1984). *Influence : The new psychology of modern persuasion*.Quill.
- Convenção de Belém do Pará. (1994). *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*.
<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>
- Costa, J. F. (1986). *Violência e psicanálise*. (2º ed). Edições Graal.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Dal Molin, E. C. (2017). Trauma, silêncio e comunicação. In C. P. França (Org.), *Ecos do silêncio: reverberações do traumatismo sexual* .63-86. Blucher.
- Dal Piva, J. (2018, setembro 13). A ciranda de sexo, dinheiro e mentiras de Prem Baba. *Época*. <https://oglobo.globo.com/epoca/a-ciranda-de-sexo-dinheiro-mentiras-de-prem-baba-23066393>
- Dalgalarrodo, P. (2008). Fanatismo religioso, sectarismo e psicopatologia. In *Religião, Psicopatologia e Saúde Mental* (Cap. 5, 170–172). Artmed.
- Dayan, H. (2018). Sexual abuse and charismatic cults. *Aggression and violent behavior*, 41, 25-31. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.04.004>
- De Oliveira, M., & Rose Maio, E. (2016). "Você Tentou Fechar as Pernas?" – A Cultura Machista Impregnada nas Práticas Sociais. *Polêm!ca*, 16(3), 001-018. <https://doi.org/10.12957/polemica.2016.25199>
- Dickinson, T. (Diretor). (1940). *À Meia Luz (Gaslight)* [Filme-Suspense].
<https://www.youtube.com/watch?v=APPjME7hOnM>
- Doyle, T.P. (2009). The Spiritual Trauma Experienced by Victims of Sexual Abuse by Catholic Clergy. *Pastoral Psychol* 58, 239–260.
<https://doi.org/10.1007/s11089-008-0187-1>
- Durkheim, E. (1996). *As formas elementares da vida religiosa*. Martins Fontes. (Obra original publicada em 1912).
- Early, E. (1993) *The Raven's Return : The Influence of Psychological Trauma on Individuals and Culture*. Illinois: Chiron Publications.
- Erikson, E. H. (1972). *Identidade, juventude e crise* (Á. Cabral, Trad.). Jorge Zahar.
- Faria, J. de. (2013). *Quem somos*. Think Olga. <https://thinkolga.com/quem-somos/>

- Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., & Marks, J. S. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 245-258. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8)
- Ferenczi, S. (1991). *Diário Clínico* (Á. Cabral, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1932-1933).
- Ferenczi, S. (1992). *Obras Completas: Vol. Psicanálise IV* (Á. Cabral, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1932).
- Fergusson D. M., Lynskey, M. T., & Horwood, L. J. (1996). Childhood Sexual Abuse and Psychiatric Disorder in Young Adulthood: I. Prevalence of Sexual Abuse and Factors Associated with Sexual Abuse. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 35(10), 1355–1364. <https://doi.org/10.1097/00004583-199610000-00023>
- Ferraro, K. J. (2006). *Neither Angels nor Demons: Women, Crime, and Victimization*. Northeastern University Press.
- Ferreira, A. B. de H. (1996). Culto. In *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1975).
- Ferreira, A. B. de H. (1996). Dogma. In *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1975).
- Fibe, C. (2021). *João de Deus: O abuso da fé*. Globo Livros.
- Figueiredo, L. C. M. (2000). Verleugnung: a desautorização do processo perceptivo. In *Psicanálise e universidade: temas contemporâneos: Percepção - Lei - Vínculo social*. Passos.
- Flynn, K. A. (2008). In their own voices: Women who were sexually abused by members of the clergy. *Journal of Child Sexual Abuse*, 17(3–4), 216–237. <https://doi.org/10.1080/10538710802329684>
- Fonseca, B. (2019). *Governo registrou 167 denúncias de violação sexual por líderes religiosos em três anos*. Agência Pública. <https://apublica.org/2019/06/disque-100-registrou-167-denuncias-de-violacao-sexual-praticada-por-lideres-religiosos-em-tres-anos/>
- Fonseca, L. N., & Martins, L. D. (2022). Por que ela não fez nada? Explicando a não reatividade em mulheres estupradas por líderes religiosos. *Revista do CNMP*, 10, 245-270. <https://ojs.cnmp.mp.br/index.php/revistacnmp/article/view/138/217>

- Frankl, V. (2010). *O Em Busca De Sentido: Um psicólogo no campo de concentração*. (35ª ed.). (Walter O. Schlupp; Carlos C. Aveline, Trad.). *homem em busca de sentido*. Vozes. (Obra original publicada em 1946).
- French, C. C., & Stone, A. (2013). *Anomalistic Psychology: Exploring Paranormal Belief and Experience*. Red Globe Press.
- Freud, S. (1996). As neuropsicoses de defesa. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 1). Imago. (Obra original publicada em 1894).
- Freud, S. (1996). A etiologia da histeria. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 3). Imago. (Obra original publicada em 1896)
- Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 14). Imago. (Obra original publicada em 1914)
- Freud, S. (1996). Conferência XVIII: Fixação em traumas - o inconsciente. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 16). Imago. (Obra original publicada em em 1917)
- Freud, S. (1996). Além do princípio de prazer. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 18). Imago. (Obra original publicada em em 1920)
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal*. Artes Médicas.
- Galanti, G.-A. (1993). Reflections on “Brainwashing”. In M. D. Langone (Ed.), *Recovery from Cults: Help for Victims of Psychological and Spiritual Abuse* (pp. 98-117). W. W. Norton & Company.
- Garcia-Moreno, C., Hegarty, K., d’Oliveira, A. F., Koziol-McLain, J., Colombini, M., & Feder, G. (2015). The health-systems response to violence against women. *The Lancet*, 385(9977). [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61837-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61837-7)
- Giannazii, C. Badaró, T. (2023). PL 7/2023. *Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Vítima de Abusos em Contexto Religioso e Afins (DEVAR)*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. https://www.al.sp.gov.br/spl/2023/02/Propositura/1000482668_1000619370/Propositura.pdf
- Gianni, C. Badaró, T. (2023). PL 7/2023. *Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Vítima de Abusos em Contexto Religioso e Afins (DEVAR)*.

- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de psicanálise Rio de Janeiro*, 34(27), 193–210.
- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. Escuta. (Obra original publicada em 1967).
- Green, A. (2005). O intrapsíquico e o intersubjetivo: pulsões e/ou relações de objeto. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 12(1), 51–83.
<https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/911>
- Greganich, J. (2012). O Axé de Joramidam: A Aliança entre o Santo Daime e a Umbanda. *Debates Do NER*, 1(19), 77–106.
<https://doi.org/10.22456/1982-8136.25786>
- “Guru espiritual” denunciado por crimes sexuais durante reuniões de seita é preso em Fortaleza. (2020, 29 de setembro). [Reportagem]. G1 Ceará.
<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/09/29/guru-espiritual-denunciado-por-crimes-sexuais-durante-reunioes-de-seita-e-preso-em-fortaleza.ghtml>
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P.X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Habigzang, L. F., Ramos, M.D.S., & Koller S.H. (2011). A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 467-473.
- Hamilton, P. (2018). *Gas Light*. [Peça teatral]. Abacus. (Obra original publicada em 1938).
- Hassan, S. (2018). *Combating cult mind control: The guide to protection, rescue and recovery from destructive cults* (30th anniversary ed.). Freedom of Mind Press.
- Hassan, S. (2021). *The BITE model of authoritarian control : Undue influence, thought reform, brainwashing, mind control, trafficking and the law* [Dissertations & Theses Global]. Fielding Graduate.
- Heise, L. L., Ellsberg, M., & Gottemoeller, M. (1999). Ending violence against women. *Population Reports, Series L, No. 11*.
<https://vawnet.org/sites/default/files/assets/files/2016-10/PopulationReports.pdf>
- Heringer, C. (2020, 17 de agosto). Casa de Flordelis tinha rituais secretos com nudez, sexo e até sangue, revela testemunha. *Extra*.
<https://extra.globo.com/casos-de-policia/casa-de-flordelis-tinha-rituais-secretos-com-nudez-sexo-ate-sangue-revela-testemunha-rv1-1-24491691.html>
- Herman, J. (1992). *Trauma and recovery*. Basic books.

- Hervieu-Lérger, D. (20015). *O peregrino e o convertido: a religião em movimento* (2ª ed.; J. B. Kreuch, Trad.). Vozes.
- Hill, P. C., & Pargament, K. I. (2008). Advances in the conceptualization and measurement of religion and spirituality: Implications for physical and mental health research. *Psychology of Religion and Spirituality, S(1)*, 3–17. <https://doi.org/10.1037/1941-1022.s.1.3>
- Hochman, J. (1990). Miracle, mystery and authority: The triangle of cult indoctrination. *Psychiatric Annals, 20*(4), 179-187.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2015). Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento. *Psicologia: Ciência E Profissão, 35*(1), 182–198. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000202014>
- Holoyda, B., & Newman, W. (2016). Between Belief and Delusion: Cult Members and the Insanity Plea. *The journal of the American Academy of Psychiatry and the Law, 44*(1), 53–62. <https://jaapl.org/content/44/1/53.long>
- Honneth, A. (2011). *Luta por conhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais* (L. Repa, Trad.; 2. ed., 1. reimpr). Editora 34. (Obra original publicada em 1992).
- Hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* (A. L. Libânio, Trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Educação*. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *População*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>
- Jaggar, A. M. (1997). Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In A. M. Jaggar & S. R. Bordo (Orgs.), *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Jaggar, A. M.. (2014). Feminist Methodology in Practice: Learning from a Research Project. In *Just Methods: An Interdisciplinary Feminist Reader*, edited by Alison M. Jaggar, 498–518. New York: Paradigm Publishers.
- James, O. (2012). *Love bombing: Resetting your child's emotional thermostat*. Karnac Books.
- Johnson, A. W., & Earle, T. K. (2000). *The evolution of human societies: From foraging group to agrarian state* (2nd ed.). Stanford University Press.
- Jones, L. K., & Cureton, J. L. (2014). Trauma Redefined in the DSM-5 : Rationale and Implications for Counseling Practice. *The Professional Counselor, 4*(3), 257-271. <https://doi.org/10.15241/lkj.4.3.257>

- Jorge, S. C. A. (2021). Santificado seja o vosso nome. *Reverso*, 43(81), 75-84. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952021000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Jurkewicz, R. S. (2005) *Desvelando a política do silêncio: abuso sexual de mulheres por padres no Brasil*. Editoras Católicas.
- Kaplan, H. I., & Sadock, B. J. (1990). *Compêndio de psiquiatria*. (2a ed.). Artes Médicas.
- Kelly, L., & Radford, J. (1996). 'Nothing really happened': the invalidation of women's experiences of sexual violence. *Critical Social Policy*, 10(30), 39-53. <https://doi.org/10.1177/026101839001003003>
- Kernberg, O. F. (1979). *Desordenes fronterizos y narcisismo patológico*. (S. Abreu, Trad.). Paidós.
- Khan, M. M. R. (1984). O conceito de trauma cumulativo. In G. Vaz (Trad.), *Psicanálise: Teoria, técnica e casos clínicos*. (2º ed, pp. 57–74). Francisco Alves.(Obra original publicada em 1963).
- Kilpatrick, D. G., Ruggiero, K. J., Acierno, R., Saunders, B. E., Resnick, H. S., & Best, C. L. (2003). Violence and risk of PTSD, major depression, substance abuse=dependence, and comorbidity: Results from the National Survey of Adolescents. *Journal of Consulting & Clinical Psychology*. 71,692–700.
- Klautau, P. (2017). O método psicanalítico e suas extensões: escutando jovens em situação de vulnerabilidade social. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 20(1), 113–127. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n1p113.8>
- Klautau, P., Winograd, M., & Sollero-de-Campos, F. (2016). Do traumático ao trauma: A lógica do presente permanente. *Psicologia em Revista*, 22(3), 613–635. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9523.2016V22N3P613>
- Knobloch, F. (1998). *O Tempo Traumático*. EDUC.
- Kohut, H. (1966). Forms and Transformations of Narcissism. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 14(2), 243–272. <https://doi.org/10.1177/000306516601400201>
- Kolk, B. A. (2015). *The Body Keeps the Score: Brain, Mind, and Body in the Healing of Trauma*. Viking.
- Kosak, M. M., Pereira, D. B., & Inácio, A. A. (2018). Gaslighting e Mansplaining: As formas da violência psicológica. *Anais do V Simpósio Gêneros e Políticas Públicas*, 5(1). <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1030/916>

- Kupermann, D. A. (2015, setembro). “Desautorização” em Ferenczi: do trauma sexual ao trauma social. *Revista Cult online*, 205 (18).
<https://revistacult.uol.com.br/home/2015/09/a-desautorizacao-em-ferenczi-do-trauma-sexual-ao-trauma-social/>
- Kusner, K., & Pargament, K. I. (2015). Shaken to the core: Understanding and addressing the spiritual dimension of trauma. In R. A. McMackin, E. Newman, J. M. Fogler, & T. M. Keane (Eds.), *Trauma therapy in context: The science and craft of evidence-based practice* (pp.211–230).APA. <https://doi.org/10.1037/13746-010>
- Kuster, E. (2017). Do simbólico ao real: Faces da violência de gênero. *REDISCO Revista Eletrônica de Estudos do Discurso do Corpo*, 12(2), p. 96.
<https://doi.org/10.22481/redisco.v12i2.2389>
- Langone, M. D. (1993). *Recovery from Cults: Help for Victims of Psychological and Spiritual Abuse*. W. W. Norton & Company.
- Langone, M. D. (1993). *Recovery from Cults: Help for Victims of Psychological and Spiritual Abuse*. W. W. Norton & Company.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (2001). Trauma ou Traumatismo. In P. Tamen (Trad.), *Vocabulário de Psicanálise* (4º ed, 522-527). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1967)
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B.. (2001). Clivagem do Ego (ou do Eu). In P. Tamen (Trad.), *Vocabulário de Psicanálise* (4º ed, 65–68). Martins Fontes. . (Obra original publicada em 1967)
- Lahlou, S. (2012). Text mining methods: An answer to Chartier and Meunier. *Papers on Social Representations*, 20(38),1-7.
- Lifton, R. J. (1989). *Thought reform and the psychology of totalism: A study of "brainwashing" in China*. W. W. Norton & Company. (Obra original publicada em 1961).
- Lifton, R. J.. (2019). *Losing reality: On cults, cultism, and the mindset of political and religious zealotry*. New Press.
- Lima, K. (2023, 1 de agosto). ‘Não é Não’: Câmara aprova protocolo para coibir violência contra mulheres em bares, boates e shows com bebidas alcoólicas. [Reportagem]. G1.<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/01/nao-e-nao-camara-aprova-protocolo-para-coibir-violencia-contra-mulheres-em-bares-boates-e-shows-com-bebidas-alcoolicas.ghtml>
- Linton, R. (1997). Rumo a um método feminista de pesquisa. In A. M. Jaggar & S. R. Bordo (Orgs.), *Gênero, corpo, conhecimento* (pp. 293-314). Rosa dos Tempos.

- Lucchetti, G., Lucchetti, A. L. G., & Avezum Júnior, Á. (2011). Religiosidade, Espiritualidade e Doenças Cardiovasculares. *Revista Brasileira de Cardiologia*. http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2011_01/a_2011_v24_n01_07giancarlo.pdf
- Madaleno, A. (2019). Uma resposta aos acadêmicos que dizem que não há influência indevida nas seitas destrutivas. *Comunidade Desperta!* <http://www.desperta.net/2/post/2019/06/uma-resposta-aos-academicos-que-dizem-que-nao-ha-influencia-indevida-nas-seitas-destrutivas.html>
- Malgarim, B. G.; Benett, S. C. (2010). O abuso sexual no contexto psicanalítico: Das fantasias edípicas do incesto. *Aletheia*, 33, 123-137.
- Martinez, L., & Ferreira, A. (2007). *Análise de Dados com SPSS - Primeiros passos*. Escolar editora.
- Martins, V., & Moraes, R. (2018, 21 de dezembro). *MP recebe denúncias de abusos por João de Deus de mulheres entre 9 e 67 anos*. [Reportagem]. G1. <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2018/12/21/mp-recebe-denuncias-de-abusos-por-joao-de-deus-de-mulheres-entre-9-e-67-anos.ghtml>
- Masson, J. M. (1984). *Atentado à Verdade - a supressão da teoria da sedução por Freud* (A. M. Sarda & H. G. Barbosa, Trad.). José Olympio Editora.
- Masson, J. M. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904*. (V. Ribeiro, Trad.). Imago.
- Melillo, A., & Ojeda, E. N. S. (Orgs.). (2005). *Resiliência: Descobrindo as próprias fortalezas* (V. Campos, Trad.). Artmed.
- Mendes, A. P. N., & França, C. P. (2012). Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual. *Psicologia Em Estudo*, 17(1), 121-130. <https://www.scielo.br/j/pe/a/TTvX3yxH39TJV7yMqyHnTtR/>
- Mendes, A. P., Rolim, L., Carvalho, P. M., Campagnac, V., & Cortes, V. de A. (Organizadoras). (2020). *Dossiê mulher 2020*. 15ª ed, p.14. Instituto de Segurança Pública. http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2020.pdf
- Monson, C. M.; Resick, P. A.; Rizvi, S. L. (2016). *Transtorno de estresse pós-traumático. Manual Clínico dos Transtornos Psicológicos: tratamento passo a passo*. Roberto Cataldo Costa, Trad. 5ª ed, 62-113.
- Moreira, M. I.C.; Ribeiro, S. F.; Costa, K. F. (1992). Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogos de espelhos. In Costa, A. O. e Bruschini, C.(Orgs.). *Entre a virtude e o pecado*. Rosa dos Tempos.
- Moreira-Almeida, A., Neto, F. L., & Koenig, H. G. (2006). Religiousness and mental health: a review. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28(3), 242-250. <https://www.scielo.br/j/rbp/a/v6WPG8DFL5ND3gc4bmhsPRF/?lang=en>

- Moreno, M. M. A., & Coelho Junior, N. E. (2012). Trauma: o avesso da memória. *Ágora: Estudos In Teoria Psicanalítica*, 15(1), 47–61.
<https://doi.org/10.1590/S1516-14982012000100004>
- Nader, M B. (2006). Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In Silva, G. D. ; Nader, M. B.; Franco, S. P; (Orgs.). *História, mulher e poder*. 235-251. EDUFES.
- Nascimento, A. R. A., & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: Uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 72-88.
- Negreiros, A. (2021). A baleia é mais segura que um grande navio. Em *A vida nunca mais será a mesma: Cultura da violência e estupro no Brasil* (pp. 20-25). Objetiva.
- Neto, A. B. C. (2020). Projeto de Lei n. n °4285/2020. *Torna imprescritíveis os crimes de estupro e estupro de vulnerável*. Câmara dos Deputados.
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2260683>
- New York Times. (2018, March 9). I was assaulted. He was applauded [Opinion].
<https://www.nytimes.com/2018/03/09/opinion/jules-woodson-andy-savage-assault.html>
- Odalía, N. (1991). *O que é violência?* (6ª ed.). Brasiliense.
- Oliveira, A. (2021). Do Brasil para o Uruguai, do Uruguai para a Espanha: A Umbanda como Xamanismo Sincrético em Barcelona. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 14(41), 49-69.
- Oliveira, R. (2020, 30 de março). *Justiça concede prisão domiciliar a João de Deus por causa da pandemia de coronavírus*. [Reportagem]. G1 Goiás.
<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/03/30/juiza-de-abadiania-concede-prisao-domiciliar-a-joao-de-deus.ghtml>
- Oliveira, R. C. de, Lima, J. de C. P., & Gomes, R. F. (2019). Machismo e discurso de ódio nas redes sociais: Uma análise das "opiniões" sobre a violência sexual contra as mulheres. *Revista Feminismos*, 6(1).
<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30363>
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>
- Orner, E. (Diretora). (2019). *Bikram: yogi, guru, predador*. [Documentário]. Netflix
- Osmo, A., Kupermann., Daniel. (2012). Confusão de línguas, trauma e hospitalidade em Sándor Ferenczi. *Psicologia em Estudo*, 17(2), 329-339.
<https://www.scielo.br/j/pe/a/zhbBSFMNJdcDJfQnd8pppcP/#>

- Palayon, R. T., Todd, R. W., & Vungthong, S. (2022). Distinguishing the Language of Destructive Cults from the Language of Mainstream Religion: Corpus Analyses of Sermons. *rEFlections*, 29(1), 20–37. <https://doi.org/10.61508/refl.v29i1.257065>
- Panchuk, M. (2018). The shattered spiritual self: a philosophical exploration of religious trauma. *Res Philosophica*, 95(3), 505-530. <https://doi.org/10.11612/resphil.1684>
- Pargament, K. I. (1999). The psychology of religion and spirituality? Yes and no. *The International Journal for the Psychology of Religion*, 9(1), 3–16. https://doi.org/10.1207/s15327582ijpr0901_2
- Peixoto Junior, C. A. (2006). Trauma, vida nua e estado de exceção: notas sobre clínica e política. *Interações*, 11(21), 57-78. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072006000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Pereira, H. H. T. F. P., & Cavalcanti, S. C. M. (2016). A prática do estupro de mulheres como estratégia de guerra sob o viés do direito internacional. *Tema-Revista Eletrônica de Ciências*. (ISSN 2175-9553), 16(24; 25).
- Pereira, I. M., & Carvalho, A. A. de M. C. (2017). "A culpa é sempre delas...sempre": disciplina e poder na culpabilização da vítima de estupro. *Colineares*, 4(2). <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCOL/article/view/140/100>
- Piosiadlo, L. C. M., Fonseca, R. M. G. S. D., & Gessner, R. (2014). Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. *Escola Anna Nery*, 18, 728-733.
- Pretorius, S. P. (2013). The ‘love’ that religious cults offer and its effects on members. *Journal for Christian Scholarship*, 49(3), 181-201. <https://doi.org/10.10520/EJC147234>
- Prusak, J., & Schab, A. (2021). Spiritual trauma as a manifestation of religious and spiritual struggles in female victims of sexual abuse in adolescence or young adulthood in the Catholic Church in Poland. *Archive for the Psychology of Religion*, 44(1), 40–65. <https://doi.org/10.1177/00846724211060391>
- Racamier, P.-C. (2022). *Pensamento perverso e lavagem cerebral*. In M.C. C. Almeida-Prado (Org.), *Perversão Narcísica: incesto, assassinato e seus equivalentes*. M.C.C. Almeida-Prado, Trad. 1a ed., pp.19-39. Rio de Janeiro. Artesã. (Obra original publicada em 1992).
- Reis, L. A. dos., & Menezes, T. M. de O. (2017). Religiosidade e espiritualidade nas estratégias de resiliência do idoso longo vivo no cotidiano. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 70(4), 761–766. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0630>

- Resick, P. A., & Schnicke, M. K. (1992). Cognitive processing therapy for sexual assault victims. *Journal of consulting and clinical psychology*, 60(5), 748–756. <https://doi.org/10.1037//0022-006x.60.5.748>
- Ribeiro, M.F. R., & Machado Jr, P. P. (2019). As linguagens da ternura e da paixão. *Jornal de Psicanálise*, 52(97), 271-276
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352019000200020&lng=pt&tlng=pt.
- Rocha, Z. (2014). A perversão dos ideais no fundamentalismo religioso. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 17(3), 761–774.
<https://doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n3-Suppl.p761.16>
- Rodrigues, D. (2008). Novos movimentos religiosos: Realidade e perspectiva sociológica. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 19(1), 17–42.
https://www.researchgate.net/publication/228439361_Novos_movimentos_religiosos_Realidade_e_perspectiva_sociologica
- Rosado-Nunes, M. J. (2001). O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. *Cadernos Pagu*, 16, 79-96.
- Rosário, M. (2023). Projeto de Lei n.º 03/2023: *Protocolo Não é Não*. Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2345625>
- Rovinski, S. L. R. (2014). Avaliação psicológica forense em situações de suspeita de abuso sexual em crianças: Possibilidades e riscos. *Revista Práxis*, 2, 19-25.
- Saffioti, H. I. B. (2020). *Gênero Patriarcado Violência* (2ª ed.). Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo.
- Santos, M. S., & Jaeger, F. P. (2018). “Até hoje não sei o que é a palavra amor!”: o impacto do abuso sexual em mulheres. *DiÁLOGO*, (37), 9-20.
<https://doi.org/10.18316/dialogo.v0i37.3430>
- Sardinha, T. B. (2000). Análise multidimensional de Biber. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 16, 99–127.
<https://doi.org/10.1590/S0102-44502000000100005>
- Schein, E. H., Schneier, I., Barker, C. H., & Studies, M. I. of T. C. for I. (1961). *Coercive Persuasion*. Norton.
- Schroeder, L., & Azevedo, J. V. (2023). *João de Deus é condenado em mais 3 processos por crimes sexuais; penas já somam 370 anos de prisão*. [Reportagem]. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/joao-de-deus-e-condenado-em-mais-3-processos-por-crimes-sexuais-penas-ja-somam-370-anos-de-prisao/>
- Shaw, D. (2003). Traumatic abuse in Cults: A Psychoanalytic perspective. *Cultic Studies Review*, 2(2), 2003, 101-131.
<https://www.icsahome.com/articles/traumatic-abuse-in-cults-shaw>

- Shaw, D. (2013). *Traumatic Narcissism: Relational Systems of Subjugation*. Routledge.
- Silva, M. V. M. e. (2020). O acontecimento João de Deus e os enquadramentos na mídia televisiva. *RuMoRes*, 14(27), 261–285.
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2020.160698>
- Singer, M. T., & Lalich, J. (2003). *Cults in our midst: The continuing fight against their hidden menace* (rev. ed.). Jossey-Bass.
- Slatton, B. C., & Richard, A. L. (2020). Black Women's experiences of sexual assault and disclosure: Insights from the margins. *Sociology Compass*, 14(6). <https://doi.org/10.1111/soc4.12792>
- Souto, L. (2022, 7 de novembro). Fé violada: 5 mulheres abusadas por líderes religiosos relatam dor e medo. *UOL - Seu universo* online. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/11/07/fe-violada-abusadas-por-religiosos-contam-como-ficou-sua-crenca-apos-crime.htm>
- Souza, S. D. & Oshiro, C. P. (2018). Mulheres evangélicas e violência doméstica: O que o poder público e a igreja têm a ver com isso? *Caminhos*, 16(2), 203-219
- Stocker, P. C., & Dalmaso, S. C. (2016). Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Revista Estudos Feministas*, 24(3), 679-690. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p679>
- Supremo Tribunal Federal do Brasil. (2023, agosto 1). *Tese da legítima defesa da honra é inconstitucional* [Vídeo]. YouTube.
<https://www.youtube.com/watch?v=Dq2tVcDRmgA>
- Sweet, P. L. (2019). The Sociology of Gaslighting. *American Sociological Review*, 84(5), 851–875. <https://doi.org/10.1177/0003122419874843>
- The New York Times. (2018). *I Was Assaulted. He Was Applauded*. [Opinion]. <https://www.nytimes.com/2018/03/09/opinion/jules-woodson-andy-savage-assault.html>
- The New York Times. (2018, March 9). *I Was Assaulted. He Was Applauded*. / *NYT - Opinion*. <https://www.youtube.com/watch?v=yu-ICnjoBC8>
- Tiburi, M. (20189). *Feminismo em comum: Para todas, todes e todos*. (12a ed.). Rosa dos Tempos.
- Tobin, T. W. (2019). Religious Faith in the Unjust Meantime: The Spiritual Violence of Clergy Sexual Abuse. *Feminist Philosophy Quarterly*, 5(2). Article 5, 1-29. <https://doi.org/10.5206/fpq/2019.2.7290>
- Torinha, F. (1937). Cultu. In *Dicionário Latino Português*. Gráficos Reunidos.

- Treis, M. E. J., & Morais, P. S. V. (2018). Estupro Genocida: como a tática de guerra marcou a sociedade ruandesa. *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, 11(21).
- Valle, J. E. R. (2005). Religião e espiritualidade, um olhar psicológico. In M. M. AmatuZZi (Org.). *Psicologia e espiritualidade*. 83-107. Paulus.
- Vilhena, J., & Zamora, M. H. (2004). Além do ato: os transbordamentos do estupro. *Revista Rio de Janeiro*, (12), 115-130.
- Vivas, F., & Falcão, M. (2023, agosto 1). *STF invalida uso da 'legítima defesa da honra' em feminicídios* [Reportagem]. G1.
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/01/stf-invalida-uso-da-legitima-defesa-da-honra-em-casos-de-feminicidio.ghtml>
- West, L. J., & Martin, P. R. (1994). Pseudo-identity and the treatment of personality change in victims of captivity and cults. In S. J. Lynn & J. W. Rhue (Eds.). *Dissociation: Clinical and theoretical perspectives*. Guilford Press.
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa Qualitativa: do início ao fim*. (D. Bueno, Trad.). Penso.
- Zanello, V. (2016). Saúde Mental e Gênero: O adoecimento psíquico e as violências invisibilizadas. [Entrevista]. *Jornal do Federal*, 27(112) 12–14.
https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2016/03/CFP_JornalFed_Mar_Final_15.03.pdf

Anexo I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde

RESOLUÇÕES Nº 466/2012 e Nº 510/2016

INFORMAÇÕES AOS PARTICIPANTES

Olá! Convidamos você a participar desta pesquisa intitulada “Mulheres vítimas de violência sexual em meios religiosos: contextos, desmentido e trauma” desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Desenvolvimento: Biologia & Cultura (DBC) e pelo Grupo de Pesquisa em Avaliação Psicológica – Pessoas & Contextos (APlab), ambos localizados na PUC-Rio, com autoria de Renata Benigno Ribeiro – mestranda – sob a orientação da Professora Luciana Fontes Pessoa e coorientação da Professora Juliane Callegaro Borsa. Nela, visamos investigar quais os possíveis impactos psicossociais nas mulheres que foram vitimadas sexualmente em meios religiosos e tiveram sua vivência denegada e as repercussões da revelação da agressão em suas vidas.

Sabemos que a sociedade e legislação brasileiras precisam avançar na prevenção e cuidados para com as mulheres vítimas de abuso sexual nos meios religiosos. Nesse sentido, sua participação é muito importante e poderá ajudar na compreensão e reflexões sobre a violência da qual foi vítima, contribuindo com estudos que podem vir a balizar estratégias que favoreçam a revelação dos abusos e refletir sobre a necessidade de oferta de serviços de acolhimento e proteção.

Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam no fornecimento de conhecimentos teóricos-científicos que servirão de subsídios para elaboração de políticas públicas afirmativas para auxílio das vítimas.

Rubrica da pesquisadora

XXXXXXX

Para participar você precisa:

- (1) Ser mulher e maior de 18 anos e brasileira;
- (2) Ter sofrido violência sexual, perpetrada pela liderança religiosa da instituição que frequentava;
- (3) A instituição onde ocorreu o abuso seja no território nacional;
- (4) Que a vítima tenha revelado para uma outra pessoa ou pessoas do seu contexto familiar, social, religioso ou feito algum tipo de denúncia junto aos órgãos de proteção, ou por alguma via midiática;
- (5) Concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deste estudo.

No entanto, é imprescindível que você tenha as seguintes informações para decidir participar ou não deste estudo:

* No caso de concordância em participar será realizada a coleta em duas partes: primeiro um breve questionário sociodemográfico e na sequência um roteiro de entrevistas contendo perguntas abertas acerca do tema, violência sexual em meios religiosos e suas vivências neste contexto.

* A entrevista será realizada por meio da plataforma de videoconferência on-line *Zoom*. Haverá gravação, mas somente os áudios serão armazenados em dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou “nuvem”. Após as coletas serão transcritos para a análise dos dados e posteriormente deletados preservando quaisquer formas de identificação das participantes. Ressaltamos que a plataforma, *Zoom*, possui conteúdo das chamadas protegidas por tecnologia de criptografia, mas como todo ambiente virtual existe limitações para assegurar total confidencialidade e risco de violação.

*Frisamos que futuramente, na publicação dos resultados da pesquisa, qualquer dado que possa identificar você, de forma direta ou indireta, será alterado.

* Não haverá obrigatoriedade do uso de câmera, ficando facultado a você abrir ou não seu recurso de vídeo, caso deseje utilizar este recurso, somente os áudios serão gravados, preservando assim o seu anonimato.

* A marcação da entrevista será acordada entre você e a pesquisadora responsável com dia e horários, priorizando a sua disponibilidade.

Rubrica da pesquisadora

xxxxxxx

* Não haverá previsão de duração da entrevista, pois devido à temática sensível desta pesquisa e a complexidade das experiências que serão tratadas, antes de começo do processo de coleta de dados e gravação, será oferecida acolhida inicial, para que você possa falar sobre possíveis angústias, dúvidas e esclarecimentos.

* Esta pesquisa segue as orientações éticas das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde Resolução. Portanto, serão garantidos a manutenção da confidencialidade, sigilo e sua privacidade nesta pesquisa, visando que você não sofra nenhum tipo de retaliação, ameaças ou sanções e se respeite e favoreça o vínculo de confiança entre você e a pesquisadora que não poderá fazer nenhum tipo de revelação não autorizada por você. Apenas os pesquisadores envolvidos terão acesso aos seus dados e é de nossa responsabilidade resguardar o sigilo os mesmos.

* Compreendemos que existem riscos moderados deste estudo como: cansaço ou sensação de desconforto emocional por alguma lembrança traumática. Dessa forma, é importante salientar que a pesquisa é conduzida por profissionais de Psicologia cujos dados de contato estão ao final deste termo e que poderão lhe acolher caso necessite.

* Neste sentido reforçamos que você poderá pedir uma pausa do processo, caso se sinta desconfortável ou precisar de um tempo para elaborações, a gravação será interrompida e caso deseje poderemos retornar ao processo, ou caso prefira também poderá finalizar e encerrar sua participação na pesquisa em qualquer momento da coleta sem precisar de nenhum tipo de justificativa, esclarecimento ou punição.

* Sua participação é voluntária, podendo ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo e/ou constrangimento.

*Após a coleta, mesmo que essa tenha sido encerrada antes do processo concluído, será ofertado a participante escuta, acolhimento, feedback e orientações sobre as redes de assistência psicossocial.

* Os dados da pesquisa farão parte do acervo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ficando disponíveis apenas para consulta de pessoas autorizadas. Todos os materiais da pesquisa ficarão armazenados em arquivo em computador com login e senha restritos ao Grupo de Pesquisa Desenvolvimento: Biologia & Cultura (DBC) e o Grupo de Pesquisa em Avaliação Psicológica – Pessoas & Contextos (APLab), ambos localizados na PUC-Rio, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora, sua orientadora e coorientadora, pelo período de 5 anos. Após esse período, todos os arquivos serão destruídos.

Rubrica da pesquisadora

XXXXXXX

* É importante salientar que você não terá nenhum custo em participar dessa pesquisa. Do mesmo modo, você não receberá nenhum retorno financeiro por sua participação.

* Os resultados serão publicados em artigos científicos de livre acesso. Porém, os dados de identificação que possam identificá-la serão alterados, buscando respeitar o sigilo e confidencialidade de sua participação. Caso deseje, você poderá fornecer seu e-mail para serem enviados assim que publicados (o preenchimento é opcional) E-mail:

* Este termo foi elaborado de forma que você possa acessá-lo pelo link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1pTaXcDlIfjWKt6mNdf12r3tqErfjMt79?usp=sharing> ou caso, seja da sua preferência enviaremos para seu e-mail, de ambas as formas, estará devidamente assinado pelas responsáveis desta pesquisa, frisamos que sua assinatura não será pedida. Caso você concorde em participar desta pesquisa, assinale o seu aceite ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável. Esses procedimentos estão em conformidade com as garantias de maiores possibilidades de sigilo e confidencialidade, para você, e ora já detalhadas neste documento.

*Seguem os telefones e o endereço institucional da pesquisadora responsável, da orientadora e da coorientadora e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Pesquisadora Responsável: Renata Benigno Ribeiro

R. Marquês de São Vicente, 225, Edifício Cardeal Leme, 2º andar - Gávea, Rio de Janeiro RJ, 22430-060 – Telefones: (21) 99780-7183 / (21) 3527-2366

E-mail: renata.psicologa.br@gmail.com

Orientadora desta pesquisa: Dra. Luciana Fontes Pessoa

Professora/Pesquisadora do Departamento de Psicologia da PUC-Rio

R. Marquês de São Vicente, 225, Edifício Cardeal Leme, 2º andar - Gávea, Rio de Janeiro RJ, 22430-060 - Telefone: (21) 3527-2366 - E-mail: peossoalf@gmail.com

Coorientadora desta pesquisa: Dra. Juliane Callegaro Borsa

Professora/Pesquisadora do Departamento de Psicologia da PUC-Rio

R. Marquês de São Vicente, 225, Edifício Cardeal Leme, 2º andar - Gávea, Rio de Janeiro RJ, 22430-060 - Telefone: (21) 3527-2366 - E-mail: juliborsa@gmail.com

Rubrica da pesquisadora

XXXXXXX

*Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (21) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, das 10h às 12h e 14h às 16h.

Declaro que fui suficientemente informada sobre os objetivos, riscos, benefícios e procedimentos a serem realizados nessa pesquisa. Além disso, compreendi que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que posso desistir a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou constrangimento.

() Concordo em participar desta pesquisa, assim como concordo com os termos expressos neste termo de compromisso.

() Não Concordo.

Rio de janeiro ____ de ____ de ____.

Nome da pesquisadora: Renata Benigno Ribeiro

Assinatura:xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Nome da orientadora: Luciana Fontes Pessoa

Assinatura:xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Nome da coorientadora: Juliane Callegaro Borsa

Assinatura: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Agradecemos a sua colaboração no desenvolvimento deste estudo.

Anexo II – Parecer da Câmara de Ética em pesquisa da PUC-Rio

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-Rio

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 50-2022 – Protocolo 40-2022

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "Mulheres vítimas de violência sexual em meios religiosos: contextos, desmentido e trauma" (Departamento de Psicologia da PUC-Rio)

Autora: Renata Benigno Ribeiro (Mestranda do Departamento de Psicologia da PUC-Rio)

Orientadora: Juliane Callegaro Borsa (Professora do Departamento de Psicologia da PUC-Rio)

Coorientadora: Luciana Fontes Pessoa (Professora do Departamento de Psicologia da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo que visa investigar os impactos psicossociais da violência sexual em mulheres vitimadas em meios religiosos, que tiveram sua narrativa desmentida e as repercussões da revelação nos diferentes contextos que transitam. Abordará mulheres maiores de 18 anos que sofreram violência sexual perpetrada pela liderança religiosa de instituição que frequentava e fizeram alguma revelação e ou denuncia da violência sofrida. O recrutamento será através das redes sociais e pelo recurso de amostragem Snowball (Bola de Neve). Utilizará como recurso um questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada por meio da plataforma Zoom. A análise dos dados coletados seguirá a Análise de Conteúdo segundo Bardin (2016) com o auxílio do software IramuteQ.

Aspectos éticos: O projeto, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

Parecer: Aprovado.


Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio


Profª Ilda Lopes Rodrigues da Silva
Coordenadora da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2022

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPg/PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22453-900
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: vinc@puc-rio.br

Anexo III - Parecer Consubstanciado do CEP - Comissão de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres vítimas de violência sexual em meios religiosos: contextos, desmentido e trauma

Pesquisador: RENATA BENIGNO RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 60445122.0.0000.5282

Instituição Proponente: PONTIFÍCIA CATOLICA DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.577.929

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa de mestrado em psicologia desenvolvida pela PUC Rio.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar os impactos psicossociais da violência sexual em mulheres vitimadas em meios religiosos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Presentes no TCLE bem como forma de superação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de fundamental temática cara à sociedade brasileira.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos estão de acordo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, a COEP deliberou pela aprovação deste projeto, visto que não há implicações éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Faz-se necessário apresentar Relatório Anual - previsto para agosto de 2023. A COEP deverá ser

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Continuação do Parecer: 5.577.929

Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	10:42:51	RIBEIRO	Aceito
----------------	------------------	----------	---------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 11 de Agosto de 2022

Assinado por:
ALBA LUCIA CASTELO BRANCO
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br

Apêndice I – Questionário Sociodemográfico (coleta será na ocasião entrevista)**Entrevistada:** N1**Data da entrevista:** / /2023**Entrevistadora e pesquisadora presente:** Renata Benigno Ribeiro**Local ou meio de comunicação para a entrevista:** Plataforma *Zoom***Procedimentos:**

- () Entrevista gravada e autorizada;
 - () Explicar novamente o intuito da entrevista e da pesquisa;
 - () Explicar os objetivos das perguntas.
-

1. Qual é a sua idade?

2. Qual a sua cor ou raça na seguinte classificação do IBGE?

☐ Amarela ☐ Branca ☐ Indígena ☐ Parda ☐ Preta

3. Qual é a seu estado civil?

4. Atualmente em qual região você reside?

☐ Norte ☐ Nordeste ☐ Centro-Oeste ☐ Sudeste ☐ Sul

5. Qual sua escolaridade?

6. Qual sua profissão?

7. Faixa Salarial:

- () 0-1 salários-mínimos (R\$ 0,00 - R\$ 1.100,00)
- () 1-2 salários-mínimos (R\$ 1.100,00 - R\$ 2.200,00)
- () 3-5 salários-mínimos (R\$ 3.300,00 - R\$ 5.500,00)
- () 6-9 salários-mínimos (R\$ 6.600,00 - R\$ 9.900,00)
- () acima de 10 salários-mínimos (acima de R\$ 11.000,00)

8. Você gostaria de receber por e-mail uma devolutiva dos resultados gerais deste estudo?

- Sim (e-mail: _____)
- Não

Apêndice II – Roteiro Semiestruturado da Entrevista

A) História de vida

- 1) Me fale um pouco sobre sua história de vida.
- 2) Você poderia contar sobre como era a sua relação com a fé/espiritualidade antes da época que iremos conversar nessa entrevista?

B) O abuso

- 3) Qual era o contexto religioso que você frequentava quando ocorreu o abuso?
- 4) Como você chegou ao meio religioso que iremos conversar?
- 5) Por quanto tempo você frequentou?
- 6) Como era sua participação e envolvimento nesse meio religioso?
- 7) O que considera ter sido importante para você ter percebido que não eram práticas religiosas e sim abusivas?
- 8) Você poderia contar quais as situações sexualmente abusivas que você vivenciou neste contexto?

C) A denúncia - Desmentido e/ou validação

- 9) O que te ajudou a pensar em quebrar esse ciclo de abusos, quais motivos fizeram você revelar?
- 10) Para quem você revelou pela primeira vez? Como a(s) pessoa(s) ou instituição reagiu?
- 11) Após essa primeira vez, você contou para outras pessoas ou foi incentivada a compartilhar sua experiência? Se sim, poderia me falar um pouco mais desses momentos?
- 12) Em algum momento você percebeu que suas palavras, ao contar a experiência traumática que você foi vitimada, não foram recebidas como verdadeiras? Caso sim, como se sentiu?
- 13) Ocorreu de pessoas ou instituições acolherem suas denúncias? Caso sim, como se sentiu?

D) Impactos Psíquicos

- 14) Como você se sentiu após revelar a violência da qual foi vítima?
- 15) Quais dificuldades você percebeu ou sentiu para quebrar com essa violência?

16) Você precisou ou teve acesso a atendimento psicológico, psiquiátrico ou fez uso de medicação em decorrência da vivência traumática?

E) Percepção de mundo em relação com a fé/espiritualidade atualmente

17) Como está atualmente sua relação com a fé/espiritualidade?